

SIMONE APARECIDA RAMALHO

PSICOLOGIA DE MASSA DO FASCISMO:
REICH E O DESENVOLVIMENTO
DO PENSAMENTO CRÍTICO

*Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo,
como parte dos requisitos para a obtenção
do título de Mestre em Psicologia.*

SÃO PAULO

2001

SIMONE APARECIDA RAMALHO

PSICOLOGIA DE MASSA DO FASCISMO:
REICH E O DESENVOLVIMENTO DO
PENSAMENTO CRÍTICO

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Escolar

Orientador: Prof. Dr. Paulo Albertini

São Paulo

2001

PSICOLOGIA DE MASSA DO FASCISMO:
REICH E O DESENVOLVIMENTO DO
PENSAMENTO CRÍTICO

SIMONE APARECIDA RAMALHO

BANCA EXAMINADORA

(Nome e Assinatura)

(Nome e Assinatura)

(Nome e Assinatura)

Dissertação defendida e aprovada em: ___/___/___

Em memória de Wilhelm Reich.

E para todas as pessoas que se dedicam à construção de um conhecimento
que só tem sentido se aliado à busca de emancipação do homem.

AGRADECIMENTOS

Empreender uma formação que leva à uma Dissertação de Mestrado é um processo de amadurecimento intelectual e pessoal, marcado pela intermitência entre o sofrimento e o prazer. Essa aventura, sabemos, só é possível com a participação e os cuidados de muitas pessoas. Eis aqui os meus agradecimentos a algumas em especial:

Ao **Prof. Dr. Paulo Albertini** pela orientação paciente, companheira e fértil. Mas sobretudo por ter sido o educador que contribuiu fundamentalmente em minha formação, ensinando a ver a Psicologia como profissão e conhecimento pela “busca do possível dentro do impossível”. Sinceramente, muito obrigada.

Ao **Prof. Dr. José Leon Crochik** e à **Prof.ª Dr.ª Luisa Marta Bellini** pelas precisas contribuições no Exame de Qualificação que provocaram o amadurecimento necessário ao trabalho.

Aos **alunos e professores do Curso de Psicologia da Universidade Metodista de Piracicaba**, especialmente à **Prof.ª Dr.ª Telma Regina de Souza** possibilitadores de que, ao ensinar Reich, eu pudesse aprender seu potencial crítico.

Aos **colegas do grupo de orientação** pelas contribuições e pelo espírito solidário.

Ao parceiro no estudo de Reich **João Rodrigo Oliveira e Silva** pelas diversas trocas e idéias compartilhadas há muito tempo e também pela cumplicidade durante o curso e preparação do trabalho.

Aos amigos e parceiros do Andar a Vida: **Alexandre Moreira de Souza**, **Elaine de Cássia Costa Cabrit**, **Eliane Silvia Costa** e **Mirna Yamazato Koda** pela compreensão, cuidado e incentivo de todo tempo.

Ao **Dr. Leonídio Galvão dos Santos** pela confiança e credibilidade que tanto contribuem para meu crescimento profissional, mas especialmente pelo apoio e amizade durante a realização deste trabalho.

À amiga **Kátia Maria de Souza** pela disponibilidade e pelos diversos “Ats”.

Às amigas **Marina Halpern-Chalom** e **Lúcia Barbante**, fraternas companheiras de crescimento.

À amiga **Lígia Ferreira Galvão** por uma infinidade de coisas. Mas especialmente pela amizade e incentivo de sempre, pela revisão cuidadosa e pela leitura crítica. Em suma, pela sua presença fundamental.

À amiga **Yara Malki** pela força na “gestação”.

À minha analista **Luciana Meireles Silva Gordinho** pela expansão.

À “madrinha” **Juliana Aguiar** pelos cuidados com o corpo, tão necessários na fase de finalização do trabalho.

À amiga **Cristina Teixeira de Moraes**, pela presença luminosa e segura em todos os meus caminhos e nesse, desde o princípio.

Aos meus **pais** pelo apoio incondicional.

À **todos meus amigos e familiares** que compreenderam minhas faltas e ausências e agüentaram uma época de muita energia investida na Dissertação.

Ao companheiro **André**, pelo amor e paciência.

Que mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação, e que tal iluminação pode bem provir, menos das teorias e conceitos, e mais da luz incerta, bruxuleante e freqüentemente fraca que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar em quase todas as circunstâncias e irradiarão pelo tempo que lhes foi legado na Terra (...). Olhos tão habituados às sombras, como os nossos, dificilmente conseguirão dizer se sua luz era de uma vela ou a de um sol resplandecente.

Hannah Arendt

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
1. INTRODUÇÃO	03
1.1. Aproximações ao tema	03
1.2. Reich na produção acadêmica	13
1.3. Problema de pesquisa e percurso metodológico.....	23
2. REICH: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA	30
2.1. Sobre o projeto reichiano.....	26
2.1.1. Higiene Mental e Prevenção: protagonistas ou vilões	38
2.1.2. O mergulho na cena social.....	
2.1.3. As rupturas, o cientista e as perseguições.....	
2.1.4. O Psiquismo: cultura ou natureza?.....	
2.2. Otimismo x Pessimismo.....	
3. PARA LER <i>PSICOLOGIA DE MASSA DO FASCISMO</i>	
3.1. O contexto.....	

3.1.1. Antecedentes históricos: <i>contextos externos</i>	
3.1.1.1. Reich e a luta contra a servidão voluntária.....	
3.1.1.2. O problema da falsa consciência: Marx e as tendências socialistas.....	
3.1.1.3. O freudo-marxismo.....	
3.1.2. Antecedentes teóricos: <i>contextos internos</i>	
3.1.2.1. Sobre a teoria da genitalidade.....	
3.1.2.2. Sobre a teoria do caráter.....	
4. PSICOLOGIA DE MASSA DO FASCISMO	41
4.1. A crítica ao “marxismo vulgar” e a questão da ideologia.....	43
4.1.1. O lugar da Psicanálise: possibilidade de compreensão.....	45
4.2. A família como fábrica de ideologia.....	55
4.2.1. A religião.....	
4.3. A máquina nazista e sua interpretação.....	
4.4. A análise reichiana: ambição, ingenuidade ou crítica?.....	
5. DIÁLOGOS: O PENSAMENTO DE REICH EM MOVIMENTO	
5.1. Reich-Adorno: o sujeito e a crítica.....	
5.1.1 Adorno: educação e violência.....	
5.1.2 Reich: acontecimentos sociais, educação e processos psíquicos.....	
5.2. Reich-Freud e o problema da cultura.....	
5.2.2 Freud: o começo e o fim das ilusões.....	
5.2.3 Reich: a recusa da resignação.....	

5.3. Outras questões.....

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

REFERÊNCIAS.....65

RESUMO

ABSTRACT

*O saber é um trabalho. Por ser um trabalho, é uma negação reflexionante, isto é, uma negação que, por sua própria força interna, transforma algo que lhe é externo, resistente e opaco. O saber é o trabalho para elevar à dimensão do conceito uma situação de não-saber, isto é, **a experiência imediata cuja obscuridade pede o trabalho da clarificação**. A obscuridade de uma experiência nada mais é senão seu caráter necessariamente indeterminado e o saber nada mais é senão o trabalho para determinar essa indeterminação, isto é, para torná-la inteligível. Só há saber quando a reflexão aceita o risco da indeterminação que a faz nascer, quando aceita o risco de não contar com garantias prévias e exteriores à própria experiência e à própria reflexão que a trabalha.*

Marilena Chauí

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de um processo de conhecimento que se inicia muito antes da presente pesquisa, há vários anos no contato com o pensamento de Wilhelm Reich, autor que pode nos levar por muitos caminhos e nos convida a refletir sobre as inúmeras dimensões da subjetividade humana, presentes em sua obra. Nesse sentido, desenvolveremos nesta parte introdutória o registro do percurso de estudo desde o contato inicial com Reich até a delimitação de perguntas atuais, bem como acompanharemos a investigação recente no campo da psicologia de orientação reichiana, para posteriormente apresentarmos o desenho do problema de pesquisa. Objetivamos assim, definir a história do interesse por este autor e situar o trabalho no momento atual de estudo de sua obra.

1.1. Aproximações ao tema de pesquisa

O interesse pela obra do psicanalista Wilhelm Reich surge ainda nos tempos da graduação em que conviviam a formação em Psicologia com a militância política de esquerda e a participação em diversos movimentos sociais, predominantemente o movimento estudantil universitário no início da década de 90.

Experenciava descontentamentos de lado a lado. No interior da atividade política parecia sempre deparar-me com o “muro” dos posicionamentos ideológicos, principais obstáculos às ações transformadoras e ao apelo dos grupos políticos à crítica de uma determinada ordem de coisas, apelo àquilo que se costuma chamar nos movimentos de esquerda de “consciência”. Por que aquelas pessoas, para ficar apenas no plano, digamos assim, pragmático, das ações políticas, lesadas em seus

interesses mais objetivos por um determinado grupo político ou por uma organização política da vida, tanto se desinteressavam por refletir sobre seus posicionamentos? Ou, pior ainda, consentiam ou até mesmo concordavam com este direcionamento? Não parecíamos encontrar alternativas. E mais, muitas vezes caíamos em um certo ressentimento, muito comum nas esquerdas, em relação àqueles que acabam, hora ou outra, sendo chamados de “alienados”.

Se na prática da militância política os horizontes não eram animadores, no contato com o conhecimento e com as práticas psicológicas, o cenário não era muito diferente. Em muitos momentos do curso, não parecia nem sequer ser uma preocupação a relação do conhecimento psicológico com os processos sociais, muito menos em qual seria o papel da intervenção psicológica na transformação/manutenção das desigualdades brutais a que estamos submetidos. Era raro poder ouvir reflexões acerca das implicações ideológicas dos posicionamentos tomados pela ciência psicológica e das ações da Psicologia como profissão.

Parecia fácil chegar à conclusão de que empreendia uma formação *apenas* para a construção de profissionais que seriam algo como técnicos da vida privada, de modo estrito.

Nesse caldo, tomava muitas vezes a parte (o conhecimento psicológico que tinha contato no curso) pelo todo (as inúmeras possibilidades de se produzir conhecimento em Psicologia e as plurais intervenções profissionais nesse campo) e chegava mesmo a questionar o desejo de concluir a formação ou *ser* psicóloga. E era também com estes ouvidos que podia ouvir o saber tanto da psicanálise, quanto de outros corpos teóricos com os quais tinha contato, com uma crítica às vezes permeada por um ceticismo que obstruía a possibilidade de conhecimento.

É nesta encruzilhada que surge o contato com Reich e se efetiva quase como que um chamado para poder escutar de forma diferente um saber advindo do curso de Psicologia. É preciso admitir que em um primeiro momento o contato é da ordem da *identificação*.

Ocorre inicialmente um certo encantamento em encontrar um autor que parecia estar ocupado com questionamentos tão familiares. Há um mergulho em sua obra em busca das respostas a perguntas que eram anteriores na produção do processo de conhecimento pessoal, a saber, a possibilidade de integração entre as preocupações políticas e a produção de conhecimento sobre a subjetividade humana e, o que mais me surpreendia, no desafio de encontrar a melhor forma de contemplá-las na intervenção psicológica, na clínica psicanalítica, território visto por mim como aquele em que menos poderiam estar. Uma clínica que, em Reich, adquiria um papel também de busca de prevenção do sofrimento humano, aliada de um projeto amplo de transformação social. Ainda nesse sentido, a produção reichiana parecia fazer inúmeras contribuições à compreensão dos processos vivenciados na prática política, trazendo aos acontecimentos políticos sua dimensão subjetiva, para além do plano da consciência¹.

Surge ao mesmo tempo que o contato com Reich a esperança de uma prática psicológica engajada e uma mudança fundamental no meu posicionamento tantas vezes cético em relação à psicologia: poder refletir sobre a possibilidade ou não da

¹ Esta forma de aproximação pessoal com a obra de Reich, muitas vezes parece se assemelhar com o relato de outros estudiosos, em que aparecem elementos ligados a um certo descontentamento com as possibilidades de relação entre psicologia e posicionamentos de esquerda e o encontro esperançoso com o texto reichiano: possibilidade de integração. É comum encontrarmos também nestes relatos um segundo momento em que este encantamento quase juvenil amadurece, mas mesmo assim deixa suas marcas no percurso profissional posterior. Ver a respeito o artigo de Heidi Tabacof (1995) *Roteiro para encontrar Wilhelm Reich* in Pulsional- Boletim de Novidades- Ano VIII, número 70, São Paulo, p.24-27.

integração entre minhas concepções políticas e o exercício profissional e o desejo, profundamente alimentado pelo espírito científico de Reich, de adentrar no território da produção de conhecimento neste campo de saber e não mais abandoná-lo.

A abertura para experimentar de fato a prática do exercício profissional em Psicologia, para além dos modelos universitários e para tomar contato com outros saberes, acabou por me aproximar do trabalho na área de Saúde Mental em diversos segmentos, sobretudo nas intervenções desenvolvidas na rede pública (nas quais trabalho até hoje) e também da psicanálise que, em momentos anteriores, foi alvo predileto de minhas críticas desde o ponto de vista ideológico.

O testemunho do exercício profissional trouxe certa disponibilidade para poder estudar de forma mais orgânica a produção psicanalítica e, é importante dizer, um certo redimensionamento em relação a inquietações anteriores e a dicotomias que tomava como insuperáveis. Parecia surpreendente encontrar toda uma gama de profissionais envolvidos com as intervenções em Saúde Mental, profundamente ocupados com a relação entre os fatores sociais e o adoecimento psíquico dos sujeitos de tratamento. E mais surpreendente ainda – psicanalistas!

Como em alguns momentos esta observação ainda me parecia contraditória, tamanhas eram minhas restrições ao lugar político que atribuía à psicanálise freudiana, fui buscar a prova dos nove, como se costuma dizer, na produção teórica de diversos psicanalistas contemporâneos sobre a clínica que empreendia – a clínica da psicose – e mais uma vez espantava-me por encontrar ressonâncias de minhas preocupações pessoais no pensamento destes autores.

Se, por um lado, encontrava apaziguamento entre parte da produção psicanalítica, as demandas que advinham da clínica e a atitude de diversos profissionais no campo da Saúde Mental e percebia na experiência o quanto é inadequado tomar a psicanálise e os psicanalistas como um só corpo teórico, já que há tantas diferenças conceituais e de posicionamentos ideológicos em torno de questões tão importantes, por outro reinstalava-se o conflito. E Reich?

No plano teórico eram inevitáveis novas perguntas: teria Reich, como tantos fazem questão de afirmar, se equivocado em sua crítica a parte da psicanálise freudiana? Seria, de fato, um autor “ingênuo” por suas utopias, simplificador de questões demasiadamente complexas, como minha prática profissional demonstrava? Sua obra seria datada a ponto de invalidar o valor de suas contribuições na atualidade? A evolução da produção psicanalítica e de outras áreas do conhecimento nestes últimos 70 anos já teria solucionado os problemas circunscritos por Reich, não fazendo mais sentido seus questionamentos básicos formulados nas décadas de 20 e de 30?

Pela quantidade de dúvidas, o leitor pode fazer idéia de que, também no plano do desenvolvimento de meu processo de formação, foi necessário se interrogar: teria sido o contato com Reich, este autor tão inquietante, cuja obra é marcada do começo ao fim por um tom de crítica radical, uma *paixão de juventude*² ?

Sem dúvida, a resposta a esta última pergunta é parcialmente afirmativa. Tornava-se claro que o contato com essa figura singular que é Wilhelm Reich e com seu texto visceral foi da ordem do apaixonamento, fato para o que muito contribuem

² Lembrando do texto de Reich (1988/ 1996) *Paixão de Juventude: uma autobiografia, 1897-1922* . São Paulo: Brasiliense.

as características de autor e de obra. Ligação que nitidamente desempenhou fundamental papel em um longo período de minha formação – representante de alternativas para encontrar o “possível dentro do impossível”³. Mas não apenas isto.

Foi preciso distanciar-me de um contato mais intenso com o pensamento do autor, dar lugar maior às novas experiências, para poder retornar e concluir que as perguntas que ainda tentava dar conta de responder em minhas atividades estavam relacionadas em suas bases às idéias de Reich. Mais ainda: eram em grande parte *provocadas* pela produção do autor, mesmo que agora de uma forma um pouco mais amadurecida. O processo de constituição de perguntas atuais é o que pretendo desenvolver a seguir.

Os acontecimentos que vieram confirmar o interesse em dedicar-me ao estudo da obra de Reich e a percepção da relevância da produção desse autor, ainda pouco lembrado pela produção acadêmica, incidem basicamente em dois planos.

Em primeiro lugar, esta decisão baseia-se em demandas pessoais. Ou seja, desde o contato inicial com o pensamento de Reich pude perceber que as inquietações sobre a relação entre os acontecimentos socioculturais e a constituição e funcionamento do psiquismo humano mantiveram-se presentes em minhas indagações. Preocupações acerca dos graus de contribuição empreendidas por parte da cultura na constituição da personalidade e do adoecimento psíquico tornaram-se necessárias para as reflexões não apenas teóricas, isto é, na dimensão de compreender os fenômenos psíquicos, mas sobretudo no momento da tomada de posicionamento das intervenções profissionais diante de nosso objeto. Parecia-me crucial precisar

³ Expressão utilizada por Paulo Albertini para se referir às primeiras idéias de Reich sobre educação. ALBERTINI,P.(1994) *Reich: história das idéias e formulações para a educação*. São Paulo, Ágora. P. 61.

concepções epistemológicas e, conseqüentemente ideológicas, para derivar ações coerentes.

É importante dizer que estas indagações tinham lugar no interior do campo conceitual da psicanálise na condição de corpo de conhecimentos sobre o psiquismo e como clínica, intervenção na subjetividade. E novamente observava a necessidade de ir aos fundamentos psicanalíticos para buscar posicionamentos a respeito da relação psiquismo/ acontecimentos socioculturais, até mesmo para balizar escolhas e posicionamentos pessoais.

Assim, percebi que o maior aprendizado que obtive do estudo inicial da obra de Reich não era exatamente advindo de suas contribuições conceituais que se mostravam como resolução de problemas teóricos ou clínicos, mas de um certo modo de se relacionar com os fenômenos e de produzir conhecimento, como se o pensamento de Reich estabelecesse boas oportunidades de constituir problemas – Reich no lugar de operador de perguntas para a clínica e para a leitura do texto psicanalítico, entre outros.

No decorrer de minhas atividades profissionais, outra experiência veio mostrar este potencial crítico da obra de Reich, para além do plano da formação pessoal. Em 1996 passei a lecionar no ensino superior em um curso de formação em Psicologia. A primeira disciplina que ministrei foi exatamente Psicologia da Personalidade para alunos de terceiro ano, cujo conteúdo programático propunha-se a desenvolver as correntes sócio-históricas das teorias de Personalidade e os autores estudados no curso eram Wilhelm Reich e Alexis Leontiev.

A grande questão discutida no curso, a partir do pensamento destes autores, era a relação da formação da personalidade com os processos socioculturais. Seria a personalidade definida pelo social? Seria constituída *na* interface entre o sujeito e o social? Ou não, seria algo da ordem do *endógeno* e aqui, qual seria a concepção de mundo interno, a dimensão biológica ou o complexo psiquismo como concebido pela psicanálise? Estava em pauta a difícil discussão sobre a relação natureza e cultura no interior das teorias psicológicas.

Outra proposta deste curso, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia daquela Universidade, era poder sensibilizar os alunos para a necessidade de deter-se sobre estas questões na fundamentação do conhecimento psicológico e poder identificar, de forma crítica, a relação destes fundamentos com os projetos de Psicologia que deles derivam e sua intervenção no cenário social. Mais do que fornecer definições acabadas sobre a questão, a idéia era exatamente promover um processo de reflexão nos alunos que poderia acompanhá-los também em outros momentos de sua formação.

Neste trabalho, tornou-se possível perceber que as questões reichianas, em seu diálogo com vários campos do saber e aquelas circunscritas em sua interlocução mais próxima com a psicanálise, constituíam-se como um chamado à radicalidade do problema da relação *na* subjetividade entre natureza e cultura e propiciavam aos alunos em sua formação a possibilidade de rever e questionar em seus fundamentos, saberes até então institucionalizados e muitas vezes tomados como verdades naturais. A impressão era de que o contato com o caráter visceral das perguntas de Reich não deixava com que os alunos escapassem destas reflexões. E neste processo, muitas vezes as respostas e propostas reichianas no território das Teorias de Personalidade ou mesmo da clínica reichiana, ficavam em segundo plano.

É desta forma que toma corpo o desejo de poder estudar Reich não mais como o autor que soluciona o problema da relação entre psiquismo e cultura, mas que o coloca em evidência e a hipótese de que nem tudo em sua produção tem apenas um valor histórico. Ocorre um deslocamento em meu interesse pelo pensamento de Reich, acentuando-se a vontade de poder estudá-lo investigando seu potencial crítico, para além das afirmações freqüentes que muitas vezes caracterizam sua produção com rótulos, ora no sentido de invalidar seu pensamento como um todo, ora no sentido de idealizá-lo.

A idéia que gera o projeto de pesquisa no qual se transformou meu interesse por Reich é a de poder trazê-lo ao debate científico, promovendo um estudo sistemático de sua produção a respeito da relação psiquismo, sociedade e cultura, investigando suas idéias acerca deste conflito em que a busca pela possibilidade de maior desenvolvimento humano o fez examinar radicalmente as nuances envolvidas de um lado e de outro. Nossa proposta, além de estudar a obra do autor em um aspecto pouco investigado, é também poder discutir quais as contribuições de Reich neste campo podemos ter na atualidade da produção de conhecimento em Psicologia. *E trazer ao debate* implica em uma análise crítica de sua obra, mas objetiva deixar em suspenso pré- concepções.

1.2. Reich e a pesquisa acadêmica

A presença do pensamento reichiano nos meios universitários brasileiros é bastante recente, o que podemos observar na esfera da transmissão de sua obra, quase ausente da formação em Psicologia, sendo raras as Universidades que incluem o

estudo deste autor em seus currículos, fato que também constatamos no plano da investigação científica, já que até o início dos anos 90 não encontramos nenhuma publicação de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado tomando como objeto sua produção.

Aparentemente, este desinteresse acadêmico poderia parecer contraditório com a atenção que as idéias de Reich recebem de inúmeros profissionais do campo psi que, ou durante sua formação recorrem aos escritos de Reich de forma não oficial, ou procuram os inúmeros centros de formação profissional que ofertam conhecimentos de alguma forma ligados às idéias de Reich após se formarem.

Fora dos meios acadêmicos, observa-se ainda que um significativo número de profissionais tem se ocupado de práticas de alguma forma ligadas ao pensamento de Reich, sobretudo na área clínica, em que encontramos vários cursos de formação em práticas reichianas, supostamente reichianas, neo ou pós reichianas. E se neste campo muitas vezes acontece o inverso do preconceito em atitudes que beiram a idealização deste autor, permanecem também o desconhecimento e a ausência de um estudo sistemático de sua obra.

Ali também é muito comum encontrarmos afirmações atribuídas ao pensamento de Reich, totalmente em discordância com o conjunto de sua produção teórica, profundamente dotada de uma coerência interna, que contempla as exigências rigorosas do espírito científico de Reich, articulado com amplo projeto de intervenção social. Um exemplo disto encontramos no encontro comemorativo do centenário de Wilhelm Reich, realizado em São Paulo em 1997, onde as escolas mais organizadas e tradicionais do pensamento neo ou pós reichiano no Brasil estavam presentes e que

mesmo assim pudemos ouvir inúmeras idéias equivocadas sobre o pensamento do autor.

O exposto acima leva a duas constatações: no cenário acadêmico, Reich permaneceu por muito tempo pouco lembrado, impedindo que as contribuições do autor pudessem ter lugar no conhecimento psicológico e, por outro lado, há além de um grande interesse por seu pensamento, uma numerosa gama de práticas clínicas de alguma forma ligadas às suas idéias que carecem de fundamentação, evidenciando que o rigor acadêmico também faz falta àqueles que trabalham sob o referencial reichiano.

Alguns pesquisadores (ver Wagner, 1996) atribuem este desprezo do mundo acadêmico em relação à obra de Reich a fatores muitas vezes de ordem política, que acabaram por legar a ele um lugar marginal no campo do conhecimento, permeado por olhares preconceituosos acerca de sua obra, de sua personalidade e de suas filiações partidárias, como se o processo montado pela instituição psicanalítica para sua expulsão da IPA, tivesse também expulsado Reich do mundo do conhecimento oficial.

Além disto, alguns outros elementos podem ser considerados na compreensão do distanciamento existente entre o pensamento reichiano e a academia, por um lado, e a organização de grupos e escolas ligados a este autor, fora da universidade.

O pensamento reichiano chega ao Brasil, segundo Coimbra (1992), nas décadas de 60 e 70, em pleno movimento da contracultura, por meio de estudiosos de sua obra como José Ângelo Gaiarsa mas sobretudo pela difusão do pensamento de alguns de seus seguidores estritamente ligados à clínica e não à academia, como Alexander

Lowen, criador da Bioenergética, David Boadella e Gerda Boyesen, criadora da chamada Psicologia Biodinâmica.

Muitas das idéias de Reich foram utilizadas nesse cenário ideológico, como representantes de um pensamento “alternativo”, tanto do ponto de vista cultural, quanto na reformulação que estava acontecendo nos meios terapêuticos, associadas a outras vertentes como o Psicodrama, a Gestalt-Terapia, as práticas de Aconselhamento Rogerianas, as práticas grupais etc. em oposição à hegemonia da psicanálise e ao rigor de sua instituição – a IPA. E talvez, nesta época, “alternativo” não combinasse com os modelos da academia. Pelo contrário, parece que não se tratava de constituir mudanças apenas no campo dos saberes, mas de atitudes sobretudo, inventando novos meios de formação, de organização de grupos, longe de tudo que pudesse parecer autoritário.

Talvez esta seja uma marca do pensamento neo reichiano no Brasil que tenha perdurado e afastado o pensamento de Reich da universidade já que,

(...) da mesma forma que as práticas psicodramáticas no Rio de Janeiro, as gestálticas no Rio e em São Paulo, também as “corporais” nestes dois espaços geográficos não dispõem de nenhum material escrito sobre sua história. A cultura “neo reichiana” no Brasil é profundamente oral, bem dentro da tradição do movimento contracultural. (Coimbra, 1992, p. 501) .

Estas observações vêm reafirmar a importância da produção efetuada nesta década de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado que promovem um estudo científico da obra de Reich no Brasil, fornecendo elementos que tanto podem contribuir para a fundamentação teórica deste campo de conhecimento, que é a

psicologia de orientação reichiana e suas práticas clínicas, educacionais etc., bem como trazer contribuições para o interior de outras áreas de investigação como a Psicanálise, a Psicologia Política, a Educação, a Psicossomática... E, sobretudo, transcender a esfera do preconceito e da assimilação superficial, até mesmo para que se possa efetivar uma análise crítica dos escritos deste pensador.

O presente trabalho vem integrar este movimento de resgate pela produção acadêmica brasileira na década de 90 da obra reichiana, em que a autora teve conhecimento da realização de quatro Teses de Doutorado e duas Dissertações de Mestrado sobre Reich, em universidades paulistas e cariocas, estando pelo menos mais quatro trabalhos em andamento atualmente, com este tema.

Assim, ao focalizar os estudos concluídos, encontraremos no início da década, a Tese de Doutorado *Reich: História das Idéias e Formulações para a Educação*⁴, trabalho inaugural do movimento que toma a obra de Reich como objeto específico de estudo, em que foi efetivada uma análise histórica da vida e da obra do autor, com seu desenvolvimento histórico sistematizado, produção que muito contribuiu para a compreensão do conjunto do pensamento de Reich e que até hoje auxilia aqueles que se interessam por seu estudo. Além desta reconstrução da trajetória conceitual de Reich, é realizada uma análise das contribuições específicas de Reich para a Educação.

Ainda no início dos anos 90 é realizada a Tese de Doutorado *Afetividade e Cognição: o conceito de auto regulação como mediador da afetividade humana em*

⁴ ALBERTINI, P.(1992) *Reich: história das idéias e formulações para a educação* Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, USP.

*Reich e Piaget*⁵, em que a autora realiza um ensaio teórico, procurando situar a relação entre afetividade e cognição no pensamento dos autores que, mesmo localizados em campos científicos distintos, teriam as mesmas bases conceituais, o que demonstra pela utilização por ambos do conceito de auto regulação. Mesmo não se tratando de um trabalho específico sobre Reich, podemos reconhecer sua importância no campo da psicologia de orientação reichiana ao realizar uma sistematização do pensamento do autor a respeito de um de seus conceitos fundamentais e ao aproximá-lo de um pensador muito valorizado pela academia como Piaget.

Em 1994, foi defendida a Dissertação *A Psicanálise de Sigmund Freud e a Vegetoterapia Carácter-Analítica de Wilhelm Reich: Continuidade ou Ruptura?*⁶, em que o autor verifica se há ruptura no campo das práticas e teorias entre os dois autores, concluindo que Reich foi um importante discípulo de Freud, fazendo pesquisas e desenvolvendo teorias a partir do referencial psicanalítico, criando uma nova prática clínica que incorpora a abordagem corporal ao tratamento psicanalítico – a Vegetoterapia. O autor conclui ainda, através de uma cuidadosa e inédita pesquisa histórica, que o rompimento entre Freud e Reich se deu no plano político-institucional e não no científico, recuperando documentos que demonstram que Reich foi expulso do movimento psicanalítico por suas idéias e atuações radicais a favor de uma psicanálise marxista.

Três anos mais tarde, é concluída a Dissertação *Em busca de Eros: a “democracia natural do trabalho” e a relação entre poder e afetividade no*

⁵ BELLINI, L.M. (1993) *Afetividade e Cognição: o conceito de Auto regulação como mediador da afetividade humana em Reich e Piaget*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, USP.

⁶ WAGNER, C. M. (1994) *A Psicanálise de Sigmund Freud e a Vegetoterapia Carácter-Analítica de Wilhelm Reich: continuidade ou ruptura?* Dissertação de Mestrado, Psicologia Clínica, PUC-SP.

*pensamento de Wilhelm Reich*⁷, em que Reich é discutido no campo das Ciências Sociais como um autor que, tributário de Rousseau e da psicanálise freudiana reformulada, traria a possibilidade de integração entre afeto e razão no homem comum. Além de refazer o percurso teórico de Reich, discutindo aspectos tais como seus posicionamentos filosóficos e ideológicos, analisa a proposta reichiana da democracia natural do trabalho.

Já no final dos anos 90, é publicada mais uma Tese de Doutorado: em 1999, *Princípios Reichianos fundamentais para a Educação: base para a formação do professor*⁸, em que a autora acompanha a presença da energia humana em Reich através de suas diferentes fases e conceituações, analisa as idéias de Reich sobre a infância, sobre a educação e suas instituições e propõe uma formação de professores a partir das contribuições reichianas.

Ao analisar os trabalhos realizados nesta década, podemos perceber que, apesar de alguns deles incluírem algumas considerações sobre as formulações de Reich acerca da cultura e suas contribuições na gênese do sofrimento humano, nenhum estudo teve como objeto específico este problema tão presente na obra de Reich. Observamos que o rico material disponível em sua obra para esta discussão, ainda permanece pouco estudado e conhecido no meio psicológico, mesmo sendo reconhecido em outras áreas do conhecimento.

Nesse sentido, é interessante notar que no nível do senso comum, sabe-se que Reich é identificado com discussões como a possibilidade de maior felicidade

⁷BARRETO, A V. B. (1997) *Em busca de Eros: "a democracia natural do trabalho" e a relação entre poder e afetividade no pensamento de Wilhelm Reich*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.

⁸MOTA, M. V. S. *Princípios reichianos fundamentais para a Educação: base para a formação do professor*. Tese de Doutorado, Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.

humana desde que se empreendam transformações socioculturais, a crítica da moral sexual e de padrões de comportamento, a resistência em aceitar a dominação do homem pelo homem. Entretanto, no interior do campo reichiano, suas idéias sobre a relação entre a cultura e os processos psíquicos – desenvolvimento, saúde e doença – são ainda pouco estudadas. Um fator que pode explicar esta situação encontra-se também relacionado à chegada das idéias de Reich ao Brasil.

Como expusemos acima, os discípulos de Reich que mais irão influenciar os corporalistas brasileiros na década de 70 são Alexander Lowen, David Boadella e Gerda Boyesen, segundo Coimbra (1992). Ao recuperar a história deste movimento, a autora ressalta dentre outras características, um ponto comum à forma como as idéias destes três seguidores de Reich foram configurando o campo reichiano no Brasil – “a despolitização do corpo, ao relegarem a um segundo plano e, por vezes, ignorarem as contribuições trazidas ao debate freudo-marxista por este pensador em suas primeiras fases”. (Coimbra, 1992, p. 463).

Vejamos mais de perto seus comentários sobre cada um destes nomes tão importantes no meio reichiano:

(...) David Boadella, um dos biógrafos de Reich, seu discípulo, teórico da chamada Psicologia do Corpo, e que na década de 70 em Londres, influencia alguns brasileiros com suas práticas (...) ao falar sobre “os caminhos percorridos por Reich”, minimiza sua militância política e “resgata” seus conceitos de forma alienada/alienante, optando por relegar a um segundo plano as suas contribuições explicitamente transformadoras. Prioriza, portanto o aspecto mais adaptável da obra reichiana à produção da subjetividade capitalística. Boadella enfatiza apenas os aspectos psicológicos e somáticos – presentes sem dúvida, nas últimas fases da

produção reichiana – e ignora, por completo as suas contribuições ao debate freudo-marxista, assim como sua “teoria da ideologia”. (Coimbra, 1992, p. 464).

Sobre Lowen:

(...) o criador da Bioenergética vai mais além. Por exemplo o conceito reichiano de “energia vital” chamado por Lowen de “bioenergia”, em realidade é um prolongamento da libido freudiana, e significa a afirmação e não negação feita pela psicanálise das implicações sociais embutidas neste conceito freudiano. Lowen retira-lhe toda e qualquer implicação social, transformando-o unicamente em operador dos processos psíquicos e somáticos.

Um outro aspecto enfatizado pela Bioenergética é a “recuperação” de muitas proposições da Psicologia do Ego, questionadas por Reich. Lowen vai procurar compreender a base somática da Psicologia do Ego, considerando-a em termos de energia .(Coimbra, 1992, p. 464).

Gerda Boyesen:

(...) enfatiza em suas práticas aspectos essencialmente somáticos, fisiológicos e psicológicos em detrimento dos sócio-políticos. Tendo sido cliente do vegetoterapeuta norueguês Ola Raknes – discípulo direto de Reich – Gerda funda nos anos 70 grupos de “ajuda-te a ti mesmo”, dentro da mesma orientação compreensivista- humanista do Movimento do Potencial Humano. (Coimbra, 1992, p. 465).

Estas idéias, além de alertarem para a confusão que pode se fazer entre a obra de Reich que, como dissemos, possui grande coerência interna, apesar de se caracterizar como uma obra aberta, em que muitas formulações vão sendo revistas ao longo de seu desdobramento, e as atitudes e concepções presentes no mundo reichiano, ou melhor seria dizer “neo-reichiano” brasileiro, acerca de questões socioculturais que

envolvem a subjetividade, apontam para a necessidade de incluir no movimento de estudo acadêmico da obra reichiana a recuperação das dimensões que a crítica da cultura ocupam em seu projeto científico.

Acreditamos que o presente trabalho, ao focalizar tais questões, possa trazer contribuições em duas vertentes principais. De um lado, no plano do estudo da obra de Reich, abordando as formulações reichianas acerca da relação psiquismo, sociedade e cultura, desenvolverá o estudo de um eixo central em sua trajetória, ainda pouco explorado nas investigações anteriores, ampliando a possibilidade de que sua obra possa fornecer elementos para a discussão a respeito do tema no campo da psicologia. De outro lado, talvez esta investigação também possa auxiliar a compreensão de idéias reichianas utilizadas no campo clínico, de forma desarticulada ao seu projeto de intervenção social, oferecendo novas oportunidades críticas a essas práticas. Pretendemos ainda poder acrescentar uma terceira possibilidade de nos aproximarmos de Reich: para além de suas respostas, talvez possamos beber da tensão de seu pensamento crítico.

1.3. Problema de pesquisa e percurso metodológico

A partir do exposto acima, em que delineamos alguns interesses em relação à obra de Wilhelm Reich e definimos algumas linhas gerais escolhidas na abordagem de seu pensamento, passaremos à apresentação da proposta desta pesquisa.

Esperamos já ter demonstrado que o interesse geral deste trabalho é investigar o potencial crítico do pensamento de Reich a partir de suas formulações sobre o tema

- a relação entre psiquismo, sociedade e cultura - no interior do campo conceitual da psicanálise e da teoria marxiana.

Temos como hipótese que além das construções conceituais advindas do texto reichiano no período psicanalítico, ou seja, no final da década de 20 e início da década de 30 do século passado, ao acompanharmos seu percurso teórico encontraremos uma atitude crítica ainda hoje atual.

Entendemos que esta investigação atende às necessidades de pesquisa no campo da psicologia de orientação reichiana que ainda carece de trabalhos que empreendam abordagens científicas da obra de Wilhelm Reich, sobretudo acerca do tema escolhido, já que não encontraremos nenhuma investigação que se detenha especificamente sobre este eixo no pensamento reichiano.

Temos como justificativa para a pesquisa ainda, a possibilidade de ampliar as contribuições reichianas para outros campos da Psicologia, na produção de conhecimento e no exercício da profissão.

Se parece claro que no campo da psicologia de orientação reichiana nossa pesquisa encontra-se em um território pouco explorado, caberiam aqui algumas observações acerca da discussão sobre o tema e a propriedade de voltarmos a estudá-lo, já que desde as formulações reichianas muito se produziu no movimento psicanalítico acerca desse problema, acentuando a necessidade de nos interrogarmos sobre o caráter meramente histórico das proposições de Reich.

E mais: podemos supor que o tema está contemplado nas milhares de páginas do conhecimento psicanalítico e psicológico, ocupando lugares distintos e tomando

solucionamentos diversos, de acordo com as concepções das inúmeras vertentes da ciência psicológica. Sabemos também que este tema não é objeto exclusivo desse campo de saber, sendo desenvolvido por várias disciplinas das Ciências Humanas e também por aquelas consideradas como da área da Saúde.

Nesse vasto território, cabe perguntar sobre a necessidade de voltarmos a estudar esta questão e se ela já não teria sido suficientemente explorada por cada uma destas disciplinas. Ou ainda, temos a impressão que tratar da relação entre psiquismo, sociedade e cultura ora nos empurra para o território de obviedades, já que tanto se formulou a respeito, ora para uma complexidade sem solução. Para amplificar o problema, podemos observar que no campo das práticas psicológicas este tema – as dimensões que ocupam a influência da cultura nos processos envolvidos com a personalidade – recebem também um tratamento ambivalente.

Temos observado que esta discussão tem recebido maior atenção nas preocupações de vários intelectuais, inclusive de psicanalistas contemporâneos, ocupados em compreender as subjetividades de nossos tempos, os sintomas modernos em sua relação com os acontecimentos culturais e o papel das intervenções psicológicas diante destes fenômenos.

Por outro lado, percebemos que coexistem com esta atitude, posicionamentos por parte da Psicologia que privilegiam apenas um certo *mundo interno* do sujeito sobre o qual intervêm, muitas vezes definido de forma obscura, em que se misturam concepções de ordem organicista, como por exemplo a compreensão de alguns sintomas contemporâneos de forma muito semelhante como são entendidos pela psiquiatria tradicional, isto é por uma corrente de pensamento biologicista, reunidos em forma de um amálgama a conceitos psicanalíticos, como a existência do

inconsciente e a observações sobre a influência de fatores sociais nos adoecimentos subjetivos em questão, transparecendo uma inconsistência teórica, muitas vezes denominada sob o “guarda chuva” conceitual do modelo biopsicossocial, sobre o qual afirma Costa (1989):

(...) o que se observa é que a aparente unidade da noção [biopsicossocial] esconde, na verdade, a multiplicidade dos conceitos que a compõem. Não há síntese, há justaposição. No seu emprego concreto, os psiquiatras se limitam a expor os pontos de vista biológico, psicológico e sociológico sobre saúde e doença mental, que foram habilmente empacotados dentro da nova etiqueta. A unidade biopsicossocial em nada avança a compreensão do psiquismo; seu único papel é o de entulhar o vocabulário psiquiátrico com mais um neologismo inútil. (p. 29).

No plano das práticas psicológicas, observa-se que ainda carecemos também de uma fundamentação acerca de posicionamentos ideológicos e epistemológicos sobre o objeto, já que quase sempre as intervenções reproduzem a confusão entre pressupostos teóricos antagônicos que coabitam os saberes, desarmonia essa nem sempre explicitada ou esclarecida.

Ainda nesse sentido, podemos perceber que torna-se cada vez mais freqüente a constatação de que não se tem respostas suficientes também quando esta tríade sujeito psíquico, sociedade e cultura entra em ação na determinação não apenas do adoecimento individual, ou dos processos de constituição da personalidade, mas dos acontecimentos políticos. Parece ser comum que nos indaguemos sobre a relação entre estes fatores e os processos sociais, o que ocorre, por exemplo a cada processo eleitoral.

Mas mesmo dispondo de incontáveis estudos a esse respeito, temos a impressão que ainda carecemos de debatê-lo, para além do dilema entre permanecer nos modelos explicativos que tendam a dividir o fenômeno em tendências parciais, em que tudo pode ser traduzido *ou* pelo biológico, *ou* pelo sociológico *ou* pelo psicológico ou aceitar a aparente fácil saída da unidade biopsicossocial.

Portanto, parece que refletir sobre a relação entre subjetividade e cultura no sentido de fundamentação do conhecimento psicológico responde à uma necessidade ainda atual e que pode trazer contribuições para além do campo conceitual, na prática profissional. Talvez não com a proposta ingênua de solucionar estes problemas contingentes à nossa condição, mas com a intenção de provocar no conhecimento psicológico uma inflexão em direção a eles, já que

Nenhum saber científico atual ousaria explicar a globalidade da conduta humana a partir de um único princípio explicativo. Só uma interpretação mágico-religiosa conseguiria tornar homogêneos a um só campo de explicação os níveis biológico, psicológico e sociológico, através dos quais as condutas humanas se exprimem. (Costa, 1989, p. 29).

Tais observações nos instigam a investigar se as perguntas reichianas e a forma como o pensamento de Reich faz com que o conhecimento psicanalítico possa ganhar movimento nesta questão, poderiam sinalizar possíveis contribuições deste fértil debate às demandas contemporâneas. Acreditamos que acompanhar o desenvolvimento das propostas reichianas sobre o conflito homem e cultura, pode nos instrumentalizar para refletir a respeito das soluções (ou não soluções) que também temos dado ao problema em nossos processos de construção de conhecimento, passados tantos anos desde a formulação original do pensamento deste autor.

Nosso intuito torna-se ainda mais estimulado pela suposição de que as idéias de Reich no período escolhido, ou seja tributário da psicanálise e da teoria marxiana, podem aquecer o debate e permitir a visualização de seus extremos, se levarmos em conta o grau de radicalidade presente em seu envolvimento com o problema e seus temas, havendo mesmo uma certa polêmica em torno de seus posicionamentos, ora criticados por uma suposta parcialidade, ora por sua ambição de encontrar uma unicidade nos fenômenos. Encontramos um exemplo, entre muitos, dessas críticas no comentário de Rouanet (1990) sobre o modelo freudo-marxista e o problema da consciência, do qual Reich foi, segundo o autor, um dos maiores expoentes, ao lado de Erich Fromm:

Essa primeira tentativa de compreender a temática da falsa consciência na perspectiva de Freud é, no conjunto, insuficiente. Ela sucumbe aos riscos de todo ecletismo, e acaba falsificando Marx e Freud. (p. 121).

Mas é interessante notar que as mesmas características de sua obra tomadas como alvo de crítica, também acabam sendo motivo de elogios por alguns estudiosos como podemos verificar:

(...) podemos perceber em Reich, a tentativa de compreensão do homem numa perspectiva organísmica, através do resgate do aspecto corporal nas diversas formas de atuação do indivíduo. Assim como Freud “desnudou” a importância da mente, particularmente a do inconsciente, e Marx valorizou as condições históricas e sociais como determinantes do caminhar humano, Reich resgatou a unidade bio-psico-social do homem, com uma teoria integral, organísmica, que percebe mente-corpo como uma unidade contextualizada pelo social. Nesta teoria totalizante, Reich relega a um segundo plano dicotomias tais como psique-corpo,

individual-coletivo, fora dentro (do organismo) e tantas outras. Reich faz emergir o “todo” no primeiro plano e o prioriza. (Câmara, 1998, p. 17).

Torna-se fundamental esclarecer que o presente trabalho não pretende caminhar no sentido de “atualizar Reich” e sinalizar para uma possível aplicação de suas análises sobre o problema realizadas no começo do século passado à contemporaneidade, pois é fato que suas formulações foram construídas em um determinado contexto histórico, do qual nos distinguimos radicalmente. Quando nos referimos a possíveis contribuições de Reich na atualidade, buscamos os dilemas demarcados por Reich sobre os fenômenos que compreendem o psiquismo, a sociedade e a cultura e, sobretudo, a forma como lidou com essa relação em seu processo de construção de conhecimento, que talvez possam nos servir como ferramentas para nossa tarefa atual.

Para tanto, acompanharemos o percurso de Reich, procurando identificar a relação entre sua produção teórica e o pensamento crítico subjacente às suas idéias. Para situar o leitor, é importante definir o que estamos chamando em nosso trabalho de pensamento crítico e, para isso recorreremos à uma definição de Marilena Chauí que acreditamos alcançar as dimensões de nosso problema, por abordar a crítica desde o ponto de vista do processo de construção de conhecimento. Em *Convite à Filosofia*, a autora nos apresenta o que seria o pensamento crítico na esfera da produção de conhecimento, no caso filosófico:

A primeira característica da atitude filosófica é **negativa**, isto é, um dizer não ao senso comum, aos pré-conceitos, aos pré-juízos, aos fatos e às idéias da experiência cotidiana, ao que “todo mundo diz e pensa”, ao estabelecido.

A segunda característica da atitude filosófica é **positiva**, isto é, uma interrogação sobre **o que são** as coisas, as idéias, os fatos, as situações, os comportamentos, os valores, nós mesmos. (...)

A face negativa e a face positiva da atitude filosófica constituem o que chamamos de pensamento crítico [grifos da autora]. (Chauí, 2000a, p. 12).

Como entendemos que realizar esta tarefa tomando a obra de Reich como um todo requereria um trabalho para além das delimitações que cabem a uma Dissertação de Mestrado, devido à sua extensão e complexidade, optamos por apresentar um panorama geral de seu percurso em sua fase psicanalítica, período inicial de sua produção no qual poderemos acompanhar a construção de suas idéias diretamente ligadas ao nosso tema. Dessa maneira acreditamos delimitar um cenário para o estudo no interior da obra reichiana até seu desligamento do movimento psicanalítico, sem considerarmos aqui o prosseguimento de seus estudos, o que demandaria avaliar as mudanças de paradigma que ocorrem na obra e que provocam uma revisão quase completa das formulações iniciais.

Assim, ainda considerando a magnitude da produção reichiana mesmo no período psicanalítico, tomaremos como objeto específico de estudo o livro *Psicologia de Massa do Fascismo*, publicado por Reich em 1933. A escolha deste livro como objeto justifica-se por sua característica de condensar o pensamento de Reich sobre o tema no período em que escolhemos para analisar, ou seja, Reich no interior da psicanálise e próximo ao marxismo. Acreditamos que este livro de Reich nos servirá adequadamente como ilustração daquilo que pretendemos abordar por ora.

Sendo assim, o material encontrado em *Psicologia de Massa do Fascismo* será submetido, em termos metodológicos, a uma leitura sistemática historicizante, como definida por Figueiredo (1999):

(...) em que se dá a procura de “teses” do texto no contexto da “área”, da “obra”, e/ou do desenvolvimento do pensamento de um “autor”: elas procuram deter os deslizamentos e ordenar definitivamente a rede em torno de um lugar ideal. Este lugar ideal pode ser o de um “conceito chave”, por exemplo, mas pode ser também uma “necessidade” ou um “impulso interno”, inerente ao pensamento examinado em sua evolução e que a comanda e explica. (p. 15),

cabendo apenas esclarecer que nossas categorias de análise em torno das quais será ordenada a leitura são: o pensamento crítico de Reich e a relação entre psiquismo, sociedade e cultura.

Após determo-nos em *Psicologia de Massa do Fascismo*, pretendemos sair novamente do objeto específico, para voltarmos a Reich e suas contribuições gerais, procurando interpor alguns diálogos com outros pensadores como Freud em textos contemporâneos ao *Psicologia de Massa do Fascismo* e com Adorno, pela proximidade no debate sobre o tema, discutindo quais questões nos ficam como desafios na atualidade.

Há uma diferença essencial entre o trabalho científico que classifica, padroniza, elabora e detalha o que já é conhecido e que opera em campos conhecidos, e o trabalho de pesquisa que precisa, de início, ser realizado sem o benefício das certezas; onde, realmente a incerteza e a questionabilidade do que se acredita ter sido observado são características fundamentais do trabalho. Toda descoberta científica significa um avanço em território desconhecido; as descobertas, na maioria das vezes, surgem como maiores ou menores antíteses estritas a pontos de vista bem conhecidos, às interpretações subjetivas de fatos verificados. Além da conquista do desconhecido, o segundo tipo de pesquisa tem a tarefa adicional de atracar-se com correntes habituais do pensamento, refutando-as, confirmando-as ou elaborando-as em outras bases. (...) Trabalhos de pesquisa pioneiros devem, portanto, por necessidade, desagradar no início e encontrar obstáculos.

Wilhelm Reich

2. REICH: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

Se, como foi dito, o interesse deste trabalho é poder recuperar o pensamento reichiano em sua dimensão crítica e trazer ao debate algumas de suas idéias acerca da relação entre psiquismo, sociedade e cultura, que acreditamos serem portadoras de contribuições ainda hoje fundamentais, algumas considerações iniciais sobre a obra deste autor e sobre as leituras freqüentes que recebe se fazem necessárias.

Para o estudioso de Reich é comum encontrar associações de seu pensamento à diversas intervenções no campo da clínica e da educação e à vários campos do conhecimento, fato compreensível ao se tratar de um autor cuja produção nunca foi restrita, como nos lembra Albertini (1996) :

(...) um autor que participou do mundo da instituição psicanalítica por cerca de 14 anos e que, hoje, constitui referência necessária em diversos domínios do conhecimento. Isso ocorre, por exemplo, na área da *psicologia política*, em que é citado como pioneiro, graças à publicação do livro *Psicologia de massa do fascismo*, em 1933; no campo das chamadas *psicoterapias corporais*, em que é, sem dúvida, o principal pioneiro (vide, por exemplo, os livros *Análise do Caráter* e *A função do orgasmo*); no âmbito das tentativas de articulação entre *psicanálise* e *marxismo*, em que, mais uma vez, é considerado pioneiro (ver *Materialismo dialético e psicanálise* e *O que é consciência de classe*); na esfera da própria *psicanálise*, devido, no mínimo, às suas contribuições associadas à teoria da técnica (*Análise do caráter*) [grifos do autor]. (p. 7).

Ainda, notamos que Reich é lembrado também por sua relação com a esfera dos movimentos culturais em que, sobretudo na década de 70 no Brasil, suas idéias tiveram grande inserção, como observa Wagner (1996):

É muito freqüente, ainda hoje, encontrar pessoas que associam Reich ao amor livre, libertinagem, niilismo, movimento *hippie*, antipsiquiatria, anarquia, comunismo e outros termos (...). Até o início dos anos 80, ainda era possível encontrar grafites nos muros das cidades com os dizeres: “Leia Reich e trepe mais” (...) [grifos do autor]. (p. 27).

Não desenvolveremos aqui a discussão acerca da propriedade destas associações com movimentos culturais, que alguns autores (ver Wagner, 1996) já demonstraram ser muitas vezes preconceituosas ou inadequadas por sua suposta, mas não comprovada, filiação ao pensamento reichiano. Mas temos a intenção de alertar para o risco que corremos ao tomar a obra de Reich de forma *parcial*, quer seja em um recorte de tema, de período ou por leituras que, ou qualificam também sua obra a partir dos interesses ou posicionamentos de quem olha, ou descartam/desconhecem o conjunto de sua produção, cuja característica que salta aos olhos é exatamente sua coerência interna.

Ou seja, queremos salientar que mesmo que a obra de Reich tenha circulado por diversas fronteiras, tanto nos domínios do conhecimento quanto no plano dos acontecimentos sociais e tenha se debruçado sobre muitos temas, fica claro ao estudo cuidadoso de sua produção, que seu percurso se fez como exigência de objetivos sempre delimitados e comuns, buscados onde quer que Reich pudesse perceber suas manifestações, como atesta Albertini (1994):

(...) Reich não foi um autor com atuação restrita aos limites de uma única área do conhecimento. Sempre com a mesma atitude otimista e acreditando na possibilidade de maior felicidade humana, lutou em todas as frentes que de alguma forma pudessem contribuir para a realização desse objetivo. (p. 59).

Aqui se anunciam a um só tempo dois pontos fundamentais para nosso trabalho e que gostaríamos de enumerar para discutirmos em seguida:

- Aquilo que podemos reconhecer como o *projeto reichiano* – a linha mestra que acompanha suas perguntas teóricas e as intervenções nos mais diversos campos pelos quais circulou: o que causa o sofrimento humano? Como minimizá-lo? Como evitar sua gênese ?
- O posicionamento dito “otimista” de Reich em relação à possibilidade de felicidade humana, tomado muitas vezes como seu pressuposto, orientador de sua busca por compreender qual estado de coisas contribuía então para o impedimento desta felicidade, busca sempre aliada à procura de formas de intervenção nesta realidade, tanto externa ao homem, presente nas construções da cultura e na organização da sociedade, quanto interna, dada por seu psiquismo.

Parece-nos oportuno então, acompanharmos o percurso de Reich para que possamos nos aproximar das características de sua obra acima mencionadas. Sabemos que investigações anteriores⁹ já se ocuparam com propriedade da trajetória intelectual do autor e não pretendemos repetir desnecessariamente a historicização efetuada por esses trabalhos. Dessa forma, nossos objetivos, ao voltarmos para o desenvolvimento da obra de Reich são apenas evidenciar alguns aspectos que se relacionam

⁹ Cf. ALBERTINI, P. *Reich: história das idéias...* já citado.

diretamente com nosso tema e apresentar o embasamento de nossas reflexões posteriores.

2.1 – Sobre o projeto reichiano

Reich, como sabemos, sempre se inquietou com a injustiça social e com a dominação do homem pelo homem, buscando em toda sua trajetória alternativas libertadoras. Poderíamos, como algumas leituras de sua obra o fazem (ver Barreto, 1997), indicar que este seria um objetivo primordial de sua produção, acentuando seu caráter militante, sem dúvida contemplado em grande parte de seus escritos e de suas ações concretas. Porém, acreditamos que desta forma procederíamos uma inversão em relação ao papel que estas contribuições ocupam no que chamamos acima de *projeto reichiano*. Reich não era sociólogo, nem pedagogo, nem cientista social, nem apenas um militante do Partido Comunista, ou um pensador do marxismo.

No início de sua carreira, mesmo tendo acabado de voltar da guerra, onde teve oportunidade de se deparar com os limites a que pode chegar a dominação e mesmo estando submetido a sérias dificuldades econômicas e sociais em sua vida pessoal, opta por uma formação em Medicina em detrimento do curso de Direito devido aos seus interesses pelas “ciências naturais” (Reich 1988/1996, p. 74). E essa parece ser uma marca que o acompanha em todo o seu percurso.

A natureza do homem, seu corpo, sua sexualidade, seu psiquismo, vão despertando desde muito cedo o interesse deste autor e colocando em movimento seu inegável espírito científico na direção do entendimento do sofrimento psíquico, da melhor forma de tratá-los no interior da psicanálise, levando-o mais tarde à tentativa

de compreender sua etiologia em busca da prevenção. Defendemos aqui a idéia de que sua proposta, na condição de um pensador do que hoje chamamos de Saúde Mental, talvez o tenha levado até a crítica da ordem social em seu caráter de agenciador do sofrimento humano, e não o contrário, posição sustentada pelo próprio autor ao fazer uma retrospectiva dos tempos iniciais de sua carreira (Reich, 1953/1976).

Acompanhando sua formação na Faculdade de Medicina da Universidade de Viena, em que além de ser um aluno brilhante e ávido quando dedicado aos temas médicos, debruçava-se sobre estudos de filosofia e discussões acadêmicas extracurriculares, constatamos que seu encontro com a psicanálise e com Freud se dá a partir de sua participação nas discussões que ocorriam entre os alunos sobre um tema já na época caro a Reich – o Seminário de Sexologia¹⁰.

Passa a se envolver significativamente nessas discussões e desde o momento que toma contato com o mundo psicanalítico o faz também como um mergulho: ingressa no movimento psicanalítico antes mesmo de concluir sua graduação e como ele mesmo nos conta, o faz intensivamente.

Se, por um lado, poderíamos pensar que os motivos primordiais da aproximação de Reich à psicanálise eram da ordem da busca de conhecimentos em um tema de seu interesse, como costumava fazer também com outros assuntos que lhe interessavam durante seus estudos de graduação, por outro, percebemos que logo ao adentrar na psicanálise, em 1920, assume também o ofício da clínica:

¹⁰ Os dados sobre a trajetória de Reich que utilizaremos aqui têm como fonte sua autobiografia, já citada, e seguem a descrição do desenvolvimento histórico da obra do autor realizado por Albertini (1994) em *Reich: História das idéias e formulações para a educação*. São Paulo: Ágora

No movimento psicanalítico, seu interesse inicial voltou-se para questões relacionadas à técnica terapêutica. A seu ver, no início dos anos 20 poucos eram os trabalhos dedicados a essa área e, na prática clínica, as dificuldades encontradas eram muitas.

Visando aprimorar o desempenho na técnica psicanalítica, Reich sugeriu, em 1922, a criação de uma organização em que analistas com pouca experiência pudessem expor os casos clínicos e discutir suas dificuldades técnicas. A idéia foi aprovada com entusiasmo por Freud, e no mesmo ano foi instituído o Seminário de Técnica Psicanalítica de Viena (...). (Albertini, 1994, p. 28).

A participação no Seminário de Técnica, o qual chegou a presidir, possibilitou a Reich ir fundo nas questões da terapêutica psicanalítica e a construir inclusive uma teoria da técnica. Passa a escrever artigos no final da década de 20 que, ao mesmo tempo trazem contribuições até hoje consideradas como importantes no desenvolvimento da técnica psicanalítica¹¹, iniciam a produção de um dos pilares da obra reichiana original – o desenvolvimento da teoria da análise do caráter¹², que comentaremos com mais profundidade no decorrer do trabalho.

Ainda na década de 20, mais precisamente em 1922, tem início outra experiência no exercício profissional de Reich que irá acompanhá-lo até sua ida para Berlim em 1930, e que é apontada como propulsora de muitas de suas idéias também fundamentais. Se estava às voltas até então com a construção do saber e da técnica psicanalítica tendo como fenômenos os casos atendidos na clínica particular, passa a ter contato com a subjetividade e seu adoecimento nas camadas mais pobres da cidade ao adentrar na recém inaugurada Clínica Psicanalítica de Viena, uma clínica

¹¹Sobre estas contribuições consultar, por exemplo, HAYNAL, A.E.(1995) *A Técnica em questão: controvérsias em Psicanálise: de Freud e Ferenczi a Michael Balint*. São Paulo: Casa do Psicólogo/ Clínica Roberto Azevedo, p. 51-58.

¹² Estes artigos foram reunidos por Reich, somados a outros sobre o tema e publicados em 1933 no livro *Análise do Caráter*.

pública destinada às pessoas que não tinham condições financeiras de arcar com o atendimento.

Deste contato, surge em Reich a constatação dos limites da ação da psicanálise quando aplicada “em massa”, ao se deparar com a imensa procura pelos serviços da clínica e ao se deparar também com a dificuldade de selecionar dentre as problemáticas trazidas, quais eram passíveis de análise, nos moldes até então formulados pela psicanálise. Constata também o fato de que na maioria das vezes, a situação econômica dos pacientes era indissociável das demandas trazidas por eles e até mesmo de seu adoecimento; percebe que a neurose das populações mais pobres trazia em si diferenças ligadas à situação material à qual estavam submetidas e que mesmo diante do grande número de casos, não existia qualquer trabalho na perspectiva de prevenção.

Podemos tomar a dedicação de Reich à Clínica Psicanalítica de Viena, como o início de sua preocupação não apenas com a clínica individual particular, em que os temas predominantes eram a construção de saber sobre o psiquismo e a melhor forma de tratar, como marco de sua entrada no mundo da saúde coletiva.

Nos próximos anos, durante toda esta década, suas ações estarão sempre voltadas a perguntas sobre a etiologia do adoecimento psíquico em massa da população, pesquisando a suposta relação com fatores patogênicos presentes na educação, nas relações sociais, nas condições econômicas, na sexualidade.

Perguntas que estarão contempladas em todos seus estudos teóricos do período e alimentadas por estes 10 anos de observação na clínica popular. Encontraremos registros desse processo nas publicações do período: em seu primeiro livro *O caráter*

impulsivo (Reich, 1925/1975) em que discute alguns quadros psicopatológicos, sempre acompanhado das perguntas sobre etiologia e em *A função do orgasmo*.¹³

É interessante notar que as preocupações acerca da prevenção da neurose – doença mental da época - não se encontravam presentes nem no interior da psicanálise, nem da psiquiatria naqueles anos. Identifica-se em Reich preocupações que se aproximam do que mais tarde viria ser objeto de estudo da Epidemiologia Psiquiátrica, desenvolvida inicialmente entre os anos 20 e 30 nos Estados Unidos. Teria sido Reich também pioneiro neste campo, ao apontar para a necessidade de investigar a etiologia de uma doença psíquica, que também Reich observava ser de alta prevalência entre a população de Viena ?

A resposta a esta pergunta parece em um primeiro momento afirmativa, se considerarmos que no período das observações de Reich sobre a ocorrência em massa da neurose e de sua decorrente preocupação com etiologia e prevenção, não há notícia de movimento semelhante entre os psiquiatras e epidemiologistas europeus .¹⁴ Vejamos um exemplo na entrevista que Reich deu a um representante dos Arquivos Sigmund Freud em outubro de 1952:

Dr. Reich. Gostaria de interrogá-lo acerca do movimento de higiene mental no qual desempenhou um papel tão importante. Penso mesmo que lhe deu origem.

- Não, não dei origem à idéia do movimento de higiene mental ou ao fato dos movimentos de higiene mental. A única coisa que eu de fato introduzi foi o problema da prevenção das neuroses de massas. Há muito tempo que havia um movimento de higiene mental, mas o reconhecimento das neuroses como

¹³ Livro publicado por Reich em 1927 e que no Brasil recebeu a tradução de *Psicopatologia e Sociologia da Vida Sexual*. Em português encontraremos outro livro com o título *A função do orgasmo*, publicado por Reich em 1942, em que o período acima é trabalhado de forma retrospectiva, mas já incluindo a orgonomia.

problema social, neuroses das massas, foi o que introduzi no movimento de higiene mental. (...) Fiz estatísticas na Policlínica Psicanalítica, em movimentos de livres pensadores e em várias associações. Revelaram que cerca de 90% de todas as mulheres e cerca de 70 a 80% de todos os homens, pura e simplesmente estavam doentes. Isso fez-me concluir que existia uma neurose de massas. Fui ter com Freud. Ele havia dito que toda a humanidade era sua paciente. Aqui, muito concretamente, estava a prova disso. (...) Ora, se um indivíduo se encontra dentro desta área do funcionamento carácter-neurótico, então talvez ele diga que não se trata de uma área neurótica. Ele poderá dizer que é o “nosso modo de vida”. *A questão é “É o ‘nosso modo de vida’, ou poderia ser diferente?” A questão era esta.* [grifos meus] (Higgins; Raphael, 1967/ 1979, p. 79-80).

E como bom higienista, Reich não toma as questões de profilaxia apenas como objeto de investigação, mas sobretudo como um imperativo para a intervenção e conseqüente transformação teórica, dando-nos um exemplo de sua praxis . E se neste período irá pesquisar como possíveis fontes de adoecimento a educação¹⁵, a sexualidade¹⁶, irá também se debruçar sobre as questões econômicas e políticas às quais estavam submetidos os sujeitos, sempre com uma perspectiva crítica frente ao contexto social e, finalmente, no final da década de 20 irá aproximar-se do marxismo e das ações do Partido Comunista, procurando proceder intervenções preventivas para além da clínica, em uma dimensão coletiva.

¹⁴ Segundo o médico epidemiologista Paulo Rossi Menezes em comunicação pessoal à autora do trabalho, no mês de junho de 2000. Ver a respeito MENEZES, P.R. (1996) *Principio de Epidemiologia psiquiátrica*, p.44.

¹⁵ Ver a respeito o artigo de Reich de 1926 *Os pais como educadores: a compulsão a educar e suas causas* que faz parte do livro *Elementos para uma pedagogia anti-autoritária*, publicado com autoria do CONSELHO CENTRAL DOS JARDINS DA INFÂNCIA SOCIALISTA DE BERLIM; SCHIMIDT, V . ; REICH, W. (1975) Porto: Escorpião.

2.1.1. Higiene Mental e Prevenção: protagonistas ou vilões

Antes de prosseguirmos, cabem aqui algumas considerações acerca da guinada de Reich em direção à prevenção e sobre sua marca higienista, por sabermos que ao abordar esses aspectos centrais na trajetória do autor, transitamos em um território polêmico atualmente¹⁷.

Corre-se o risco, por exemplo, de associar as idéias de Reich sobre prevenção, que como exposto acima, tomam corpo a partir de suas observações na clínica popular e, em decorrência, de seu contato com as camadas mais pobres da cidade, com o que critica-se atualmente, sobretudo no campo das políticas públicas em saúde: será que para os pobres se faz prevenção de doenças pois isso é mais econômico e para os ricos reserva-se, em nossos termos, a análise no consultório? Ou seja, aos olhos de hoje, poderíamos nos perguntar se a preocupação de Reich com a prevenção representaria uma postura elitista em relação ao sofrimento psíquico da classe trabalhadora?

Sobre a higiene mental, atitude orgulhosamente defendida no texto reichiano, podemos supor que essas idéias causem, no mínimo, incômodo aos olhos contemporâneos, considerando-se as críticas acumuladas ao que representou o movimento higienista e seu caráter adaptativo, ao dar margem para a construção de um padrão de normalidade que mistura controle social, posicionamentos ideológicos e intenções “sanitárias”.

¹⁶ Ver a respeito *Psicopatologia e Sociologia da Vida Sexual* (1927/s.d.), já citado, em que se anunciam as idéias da teoria da genitalidade, que abordaremos no decorrer do trabalho.

¹⁷ Ver a respeito, por exemplo, Costa, J. F. (1989) *História da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Xenon.

Finalmente, outro questionamento que pode ser feito acerca da direção que toma a obra reichiana no período diz respeito ao debate atual sobre a possibilidade mesma de se prevenir as doenças mentais, tanto no campo da psiquiatria, quanto no campo da psicanálise.

Para que as avaliações não sejam precipitadas e a fim de que se possa esclarecer o desenvolvimento histórico dessa atitude como um protagonista no projeto reichiano, vale a pena deter-se um pouco mais sobre alguns aspectos envolvidos em sua experiência na Clínica Psicanalítica de Viena.

Sabemos que a iniciativa de constituir um espaço onde aqueles que não podiam arcar com o tratamento analítico em consultório particular pudessem ser atendidos foi do próprio Freud, que apontara em 1918 no Congresso de Budapeste a necessidade de fundar clínicas psicanalíticas públicas, mesmo que para um atendimento em massa fosse necessário “misturar o ouro puro da psicanálise com o cobre da terapia de sugestão” (Reich, 1942/1994).

Reich (1942/1994) conta que já havia uma clínica nesses moldes funcionando em Berlim desde 1920 sob a direção de Karl Abraham, mas que em Viena foram encontrados todos os tipos de dificuldades para a sua instalação: as autoridades médicas resistiram em fornecer a autorização oficial para a abertura da clínica, os psiquiatras pareciam estar contra ela por temerem prejuízos financeiros à sua profissão e por considerá-la inútil. Quando se conseguiu a autorização necessária, a clínica foi instalada em algumas salas de um setor de cardiologia e após seis meses de funcionamento foi proibida de permanecer no local, “a clínica foi jogada de um lado para outro, porque as autoridades médicas não sabiam o que fazer com ela; nem ela se ajustava às estruturas de seu pensamento.” (Reich, 1942/1994, p. 72).

Podemos acompanhar o empenho e a dedicação de Reich à esta nova possibilidade de atendimento e os efeitos que provocam no desenvolvimento de suas idéias:

A clínica psicanalítica tornou-se em um manancial de observações dos mecanismos das neuroses, em pessoas pobres. Trabalhei nessa clínica desde o dia de sua abertura, como primeiro assistente médico; trabalhei ali durante oito anos, ao todo; no fim, como diretor eleito. Os horários de consulta viviam apinhados de gente. Havia industriários, funcionários de escritório, estudantes e trabalhadores rurais. A afluência era tão grande que nós não dávamos conta, sobretudo depois que a clínica tornou-se conhecida pelo povo. (...) Segundo os padrões do tempo, acreditava-se que o tratamento requeria uma sessão diária, durante pelo menos seis meses. Uma coisa se tornou logo clara: *a psicanálise não é uma terapia para aplicação em massa.* A idéia de prevenir neuroses não existia – e ninguém saberia o que dizer a respeito. O trabalho na clínica logo tornou claro o seguinte:

- a neurose é uma doença da massa, uma infecção semelhante a uma epidemia, e não um capricho de mulheres mimadas (...). [itálicos do autor, grifos meus] (Reich, 1942/1994, p. 72 e 73).

Percebe-se que o contato com a clínica popular fez voltar sua atenção para a *magnitude* do problema da incidência do adoecimento psíquico, redimensionando seu olhar, até então focado no plano individual, da mesma forma que ocorria com os demais psicanalistas da época, ao mesmo tempo que o coloca definitivamente diante da precariedade da técnica e da teoria psicanalítica para compreender e tratar do adoecimento de tantas pessoas.

Acompanhando o movimento de Reich a partir dessas observações, podemos identificar uma abordagem, como dissemos acima, que muito faz lembrar as preocupações epidemiológicas e, portanto, médicas: se há algo como uma epidemia,

deve-se conhecer seus fatores etiológicos, para buscar tratamento e prevenção. Sem entrarmos na discussão acerca desse modelo médico e seus problemas, parece claro que Reich traz para o interior do tratamento psicanalítico preocupações com a saúde mental da coletividade. Sendo importante salientar, nesse sentido, um fator que nessa época pode ter contribuído para o desenho do pensamento reichiano como observamos na entrevista concedida por Reich:

(...) na psicanálise do início dos anos vinte, a neurose ou o sintoma neurótico eram considerados como algo de doente num organismo saudável no restante. Era essa a idéia, na altura. (Higgins, M.; Raphael, C., 1979, p. 79)

Somente mais tarde surgirão alterações, como teremos oportunidade de verificar adiante, na concepção acerca da neurose tanto na teoria psicanalítica, quanto na teoria reichiana, em que a divisão entre saúde e doença será revista. Então, como é característica de Reich desde esse período inicial, tratava-se de se indagar com um aspecto que não recebia atenção no período e buscar sua superação: se a psicanálise dispunha de instrumentos para identificar o adoecimento, compreendê-lo e tratá-lo na clínica privada, como não buscava dispositivos para lidar com esse problema na coletividade?

A partir da análise dos relatos de Reich no período, ainda podemos ter dúvidas sobre a prevenção. Seria ela um *ajuste* do tratamento psicanalítico à coletividade, já que com as dimensões da demanda na clínica popular não se poderia empregar o método psicanalítico moldado na época e assim a prevenção seria da ordem da “associação do ouro puro da psicanálise com o cobre da terapia de sugestão” como recomendado por Freud? Ou seria o representante inicial daquilo que identificamos como o motor da obra reichiana: a busca de meios para evitar ou minimizar o

sofrimento humano? Deixemos estas perguntas registradas por ora, pois talvez encontremos subsídios para respondê-las no decorrer do trabalho.

Ainda sobre o contato com as camadas mais pobres da cidade de Viena na clínica popular, podemos discutir mais. Se fica claro que essa experiência aproxima o jovem psicanalista do problema de uma enfermidade com grande incidência e o impulsiona a buscar meios de deter seu crescimento, fica patente a descoberta de que as neuroses da população da clínica diferiam também em sua *qualidade* dos casos atendidos no consultório particular, o que também provocará alterações nos rumos de sua pesquisa e de sua intervenção:

Nem o psiquiatra nem o psicanalista haviam pensado em pesquisar as condições de vida dos pacientes. Sabia-se, claro, que havia pobreza e necessidade material, mas de certa forma isso não se considerava como um aspecto relevante do tratamento. Assim mesmo, as condições materiais do paciente eram um problema constante na clínica. Frequentemente era necessário dar, primeiro, uma ajuda social. De repente apareceu uma lacuna imensa entre a prática privada e a prática na clínica. (Reich, 1942/1994, p. 73).

Se considerarmos essa experiência do ponto de vista histórico, podemos perceber que ela possibilitou a discussão, como o próprio Reich nos apresenta, da relação entre adoecimento psíquico e as condições materiais a que estavam submetidos os sujeitos de tratamento e sobretudo, incluir a classe trabalhadora no cenário das investigações psicanalíticas.

Além disso, observa-se pelo relato de Reich que o processo não se deu com o objetivo de adequar o tratamento aos pobres, mas pelo contrário, no sentido de questionar essas mesmas condições materiais como possíveis fatores patogênicos e

no sentido de buscar transformá-los. Parece que tratava-se de associar aqui, preocupações sanitárias com transformação social, mesmo no bojo do movimento higienista.

Para verificarmos se essas afirmações fazem sentido, retomemos sua trajetória, encontrando-o ocupado da prevenção da neurose da coletividade, iniciando sua crítica social e se aproximando do movimento socialista.

2.1.2. O mergulho na cena social

Como vimos, a prática na clínica popular acentua a constatação de Reich dos problemas técnicos e teóricos envolvidos no método de tratamento psicanalítico, elementos que estarão presentes em sua produção teórica do período, mas abre também sua observação para os problemas sócio econômicos da população. Essas observações vão somar-se ao clima político da época e definirão os passos seguintes de sua trajetória:

Não me dediquei ao movimento de higiene mental apenas para curar algumas pessoas ou para melhorar a sua saúde. Iniciei-o depois de 15 de Julho de 1927, quando uma centena de pessoas foram mortas e cerca de mil foram feridas na rua. (...) Foi isso que me deu o empurrão. Freud estava em Semmering, perto de Viena, nessa altura, e tenho uma carta dele em que pergunta se o mundo continuará girando depois daquilo. Pouco tempo depois fui ter com ele e disse-lhe que queria começar a trabalhar numa base social. Queria afastar-me das clínicas, do tratamento individual e entrar na cena social. (Higgins, M.; Raphael, C., 1979, p. 80 e 81).

Veremos que esse episódio, a sublevação Socialista em Viena em que ocorreram manifestações em repúdio à absolvição de monarquistas que teriam agredido membros do PC, na qual dezenas de operários foram mortos pela polícia e na qual o próprio Reich teve de se esconder dos tiros (Reich, 1953/1976, p. 22-47), ocasião na qual se indignou com a violência deferida e com a observação de como as pessoas *não* reagiram a ela¹⁸, constitui-se como o motor definitivo de sua filiação ao Partido Comunista e de sua entrada na “cena social”.

Há leituras distintas da aproximação de Reich ao marxismo e de sua participação nos movimentos políticos da época. No plano teórico, desenvolveremos adiante os detalhes desta aproximação. No momento, gostaríamos apenas de ressaltar que esta filiação não se dá sem estar atrelada ao projeto científico de Reich, que sempre esteve marcado pela investigação das causas daquilo a que se pretendia tratar, no plano do conhecimento, e pela necessidade de encontrar instrumentos de prevenção, no âmbito da intervenção.

Não gostaríamos de dar a entender que estamos “justificando” sua participação política apenas pelas demandas de seu trabalho, posicionamento que traria consigo já um juízo de valor sobre a filiação ao pensamento de esquerda, e negaria inúmeras concepções de homem, de mundo, o clima político da época, a tradição de muitos intelectuais do período, fatores que com certeza, também levaram Reich ao marxismo e ao movimento socialista. Mas, como já foi dito, é necessário acompanhar como em Reich se articulam autor e obra em grande coerência, para entendermos qual o papel

¹⁸ O relato de Reich deste episódio deixa claro, inclusive, aquilo que poderíamos chamar de um embrião de suas preocupações sociológicas – o que causa a submissão voluntária das massas à dominação – que mais tarde irá desenvolver.

desta aproximação com Marx em seu projeto, já que não estamos no terreno biográfico apenas.

Assim, podemos encontrar um Reich preocupado com as questões de higiene mental, sempre orientado pela busca de maior felicidade humana, quase como se aquelas ações fossem um meio para seus objetivos maiores, mesmo nos momentos mais intensos de sua participação política, mesmo quando estava diretamente envolvido com as ações do Partido Comunista, como nos conta Ilse O. De Reich, sua esposa, a partir de 1939, e biógrafa:

(...) entrou no partido comunista em 1928. Apesar do tempo que lhe exigia seu trabalho na policlínica, o ensino, sua florescente atividade particular e seu trabalho teórico, se converteu em um membro muito ativo. Participava em manifestações, ajudava na distribuição de folhetos e falava nas reuniões e também aos grupos de jovens, especialmente sobre problemas de higiene mental. Em seu livro *People in Trouble* escreve acerca de sua incrível ingenuidade de então, ao crer na capacidade de dedicação revolucionária para superar os adversários políticos. Fala das razões de sua muito ativa participação, sua necessidade de compreender a população operária e a reação das massas ante às situações e pressões políticas. Nesse livro, se vê retrospectivamente como um *participante apolítico, que atuava somente como médico interessado nos problemas de higiene mental do proletariado*. Em seus últimos anos, sustentou que nunca fora um militante político. É verdade, ele nunca aceitou um cargo político, porém também torna-se óbvio ao se ler o resumo de suas atividades e ao se conversar com pessoas vinculadas a ele naqueles anos que estava decididamente comprometido politicamente, ainda que suas atividades fossem principalmente no terreno da higiene mental destes movimentos e organizações [grifos meus]. (De Reich, 1969/1978, p. 42).

Ou seja, parece claro que o homem Reich também estava empenhado em suas escolhas políticas, mas sempre acompanhado do cientista. Neste final da década de 20, próximo ao marxismo, faz tentativas de articular o materialismo dialético e a psicanálise no plano teórico¹⁹ e dedica-se cada vez mais às questões de profilaxia, fundando em 1928 a Associação Socialista para Consulta e Investigação Sexual, também voltada para a população pobre de Viena, como a Clínica, mas agora com a perspectiva de fornecer informações e orientações sobre a sexualidade nos seis centros de higiene sexual montados em colaboração com o Partido Comunista.

É o início da época do “combate cultural” de Reich (Albertini, 1994, p. 43), em que se intensificam os questionamentos acerca do grau de contribuição da cultura no adoecimento psíquico, período registrado em *A Revolução Sexual*²⁰. É o momento dos conflitos teóricos com Freud e de seus problemas políticos com a instituição psicanalítica. Reich muda-se para Berlim com a perspectiva de ampliar seu trabalho social, de encontrar um território mais receptivo às suas idéias no interior da psicanálise e por questões pessoais - ser analisado pelo analista Sandor Rado, já que Freud havia se recusado a tê-lo como paciente.

Em Berlim, encontra milhares de pessoas filiadas a associações destinadas à higiene sexual. Faz inicialmente uma análise das propostas destas associações, criticando a falta de politização nas discussões e propõe a criação, em conjunto com o Partido em 1931, de uma associação que congregasse as demais, destinada a promover uma articulação entre a ação revolucionária no nível econômico e ação revolucionária no nível subjetivo. Estava surgindo a Associação Alemã para uma

¹⁹ Cf. REICH, W. (1929/ 1976) *Materialismo Dialético e Psicanálise* Lisboa: Presença.

²⁰ REICH, W. (1936/1981) *A Revolução Sexual*. Rio de Janeiro: Zahar.

Política Sexual Revolucionária, conhecida como *Sexpol* que, em poucos meses, contava com cerca de 40 mil membros.

Neste período, contando com as concepções da teoria da genitalidade, em que as formas pelas quais a sexualidade se concretizava adquiriam um lugar de destacada importância na compreensão de Reich sobre os fatores patogênicos da neurose, intensificam-se suas ações preventivas junto aos jovens, das quais são exemplo as atividades no interior da *Sexpol* e suas publicações na direção da educação sexual, como *O Combate Sexual da Juventude*, publicado em 1932.

E se para Reich, os problemas relacionados à sexualidade promotores de adoecimento, estavam na maioria das vezes ligados à moral cultural vigente, que ao regular os comportamentos por meio de seus códigos rígidos de conduta impedia a satisfação sexual, fazia-se também necessária a crítica da cultura – a cultura ocidental, patriarcal, capitalista. Dessa forma, passa a empreender uma politização do cotidiano, a partir do referencial marxiano, como sintetiza Albertini (1994):

Ao conceber uma articulação visceral entre a esfera privada e a esfera pública, o projeto revolucionário reichiano em nenhum momento perde de vista a transformação social. Ao contrário, já que é sempre o indivíduo que age, aquele que é capaz de entregar-se ao fluxo do amor é também capaz de entregar-se à luta contra a opressão. Assim, a grande articulação reichiana, ao não separar os diversos âmbitos da vida, procura denunciar a função de poder desempenhada por uma moral cultural cerceadora do prazer sexual. Esta acaba por gerar indivíduos sem autoconfiança, impotentes diante da vida e, portanto, sem capacidade de reação frente à dominação. (p. 46).

Estes questionamentos parecem tê-lo levado, inevitavelmente, também a uma historicização dos acontecimentos com os quais estava envolvido, mas também de alguns conceitos da própria psicanálise, tomados como pressupostos. Irá refutar a universalidade do Complexo de Édipo ao tomar contato com as pesquisas antropológicas de Malinowski (ver Malinowski, 1983) sobre as ilhas Trobriand, onde a organização social sendo matrilinear, não seriam encontrados fenômenos compatíveis com o Complexo de Édipo, tal como ocorre nas sociedades ocidentais, capitalistas, como Reich desenvolve em *A Irrupção da Moral Sexual Repressiva*, publicado também em 1932, em que as teses de Malinowski são articuladas com as teorias de Engels sobre a origem da família, do Estado e da propriedade privada (ver Engels, 1979).

Aqui, pode-se dizer que a discordância teórica (ou ideológica) com Freud, iniciada com a teoria da genitalidade reichiana, acentua-se, pois além de questionar a universalidade de um dos pilares conceituais da psicanálise freudiana, está presente a marca da localização reichiana do conflito homem/cultura, no exterior, nas relações sociais e não em seu psiquismo. Outra importante contestação das teses psicanalíticas feitas por Reich também data deste período e acirra as dificuldades no relacionamento com a psicanálise e com Freud: a recusa em aceitar a pulsão de morte, a partir de suas observações clínicas.

E se na relação com a psicanálise, os problemas tornam-se maiores, o relacionamento de Reich com o Partido Comunista também fica muito difícil, pois era acusado de privilegiar as discussões sobre a sexualidade em detrimento da política econômica. Em 1933, devido a estas circunstâncias e, sobretudo, devido ao avanço da perseguição nazista aos intelectuais comunistas, Reich muda-se para Dinamarca, onde publica no início do ano o livro *Análise do Caráter* e em agosto

deste mesmo ano, *Psicologia de Massa do Fascismo*, obra em que a ambição teórica, política e transformadora de Reich aparecem sintetizadas.²¹ Nesta publicação, em que Reich está explicitamente tratando das questões *ideologia, concepções marxianas, socialismo, a ascensão de Hitler ao poder*, mesmo assim ainda encontraremos sua atitude interessada no adoecimento psíquico, como demonstraremos mais adiante.

2.1.3. As rupturas, o cientista e as perseguições

Na trajetória de Reich, o começo da década de 30 é marcado por muitos problemas. Já contava com um arcabouço teórico original e com experiências concretas de suas intervenções que despertavam interesse de vários grupos, mas que causavam retaliações de vários outros. É a época do rompimento com suas referências no período anterior, sendo expulso do movimento socialista e do movimento psicanalítico e do exílio imposto pela perseguição nazista.

Com a publicação de *Psicologia de Massa do Fascismo*, obra considerada propaganda contra revolucionária pelo Partido Comunista alemão, sua relação com o movimento socialista torna-se muito difícil. Na Dinamarca, entra em conflito também com o Partido Comunista por questionar a forma como eram tratados os refugiados que estavam passando, como o próprio Reich, por sérias dificuldades. Como relata, foi expulso do Partido Comunista após vários episódios que tentaram difamá-lo em 23 de novembro de 1933 (Reich, 1953/1976, p. 197 a 202).

²¹ Como esta obra será objeto específico deste trabalho, dedicaremos na seqüência um capítulo para apresentá-la.

Permanece na Dinamarca por seis meses desenvolvendo seu trabalho clínico até que tem seu visto de permanência revogado. Dentre alguns lugares que visita como Londres, Paris e Zurique, escolhe estabelecer-se em Malmö na Suécia por solicitação de seus discípulos escandinavos. Nessa cidade enfrenta muitas dificuldades para trabalhar, é vigiado constantemente e leva uma vida clandestina, devido à situação política do momento.

Seu prazo de permanência na Suécia expira e Reich viaja ilegalmente em 1934, vivendo em Sletten com o pseudônimo de Peter Stein para receber a visita de seus filhos, os quais não via há muitos meses. Em agosto do mesmo ano ocorreu em Lucerna na Suíça o 13º Congresso Internacional de Psicanálise:

Quando cheguei em Lucerna no dia 25 de agosto e assisti a recepção em 26 de agosto a situação pareceu estar em perfeita ordem. Cumprimentos de colegas de perto e de longe foram cordiais (...). A noite antes do Congresso o secretário alemão me puxou para o lado e me informou constrangido que o comitê executivo alemão tinha resolvido excluir-me da sociedade. Isto cancelava automaticamente minha participação na organização internacional e significava que não poderia mais participar do encontro de trabalhos. Perguntei porque eu não tinha sido informado e as razões para minha expulsão. O secretário meramente levantou os ombros. (...) Entretanto, eu descobri que tinha sido excluído há um ano antes, numa reunião secreta do comitê executivo alemão. (Reich, 1953/1976, p. 241 e 243).

Se há uma versão oficial que informa ter Reich se exonerado da Associação nesse Congresso (Jones, 1961/1979), tudo indica que “a exclusão de Reich da IPA deveu-se muito mais à sua militância política como ativista, contestador e pensador crítico do fascismo, e menos à sua atividade psicanalítica clínica”. (Wagner, 1996, p. 20).

O episódio de sua expulsão da psicanálise parece não ter paralisado Reich, mas sem dúvida deixou marcas em todo o prosseguimento de sua carreira, o que podemos perceber nas numerosas referências que fez a ele em seus escritos posteriores. Além disso, parece ter sido mais um fato que se somou a uma época bastante difícil, como nos conta Boadella (1973/1985):

Reich deixou o Congresso entristecido. Era ainda um estranho num país que lhe recusou um visto de permanência. Num espaço de oito meses havia sido excluído de três países, do Partido Comunista Dinamarquês (do qual nunca pertenceu) e da Associação Psicanalítica. (p. 113).

Após a expulsão da instituição psicanalítica²², Reich opta por trilhar um caminho independente: recusa um convite do grupo psicanalítico norueguês que o havia apoiado no Congresso de Lucerna para ingressar nele como membro e marca sua separação do movimento psicanalítico passando a denominar sua teoria de Economia Sexual (Albertini, 1994, p. 55).

Muda-se para Oslo, aceitando um convite anterior do Professor Schjelderup que lhe ofereceu as instalações do Instituto de Psicologia da Universidade de Oslo para o desenvolvimento de suas pesquisas, período sobre o qual comenta:

A pesquisa biofisiológica experimental, tão altamente significativa para o desenvolvimento psiquiátrico social começou nessa época. Desatei todos os meus laços em relação à psicanálise, enquanto que simultaneamente providenciava uma fundação sólida para seus insights clínicos corretos. (Reich, 1953/1976, p. 250).

Mesmo tendo sido desligado da IPA no Congresso de Lucerna foi lhe permitido que apresentasse a palestra que havia preparado, ainda com a idéia de que fosse um membro. Seu artigo, “Contato psíquico e corrente vegetativa”, introduzia a idéia de que a expressão corporal de uma pessoa correspondia à sua atitude mental e mencionava pela primeira vez a couraça muscular que correspondia à blindagem de caráter (Boadella, 1973/1985). Estes conceitos serão desenvolvidos gradualmente ao longo dos próximos 15 anos:

No seu tratamento gradualmente dirigiu mais atenção ao estado de tensão da musculatura do corpo. A idéia de que a relaxação muscular ajudaria na libertação da emoção reprimida não era, naturalmente, nova. (...) Reich foi o primeiro analista, contudo, a introduzir um estudo exaustivo de justamente quais mecanismos corporais estavam envolvidos na dinâmica da repressão, da dissociação ou outras defesas contra as emoções. (...) seu trabalho psiquiátrico modificou-se progressivamente na direção de libertar as emoções de prazer, raiva, angústia e tristeza em suas formas primárias como reações vegetativas, envolvendo o organismo todo. Após seu rompimento com a Sociedade Psicanalítica passou a chamar eventualmente suas novas técnicas de dissolução da couraça muscular de *vegetoterapia* (...) [grifos meus]. (Boadella, 1973/1985, p. 114).

Durante o período que vive na Noruega, além de desenvolver as novas técnicas da vegetoterapia, Reich irá se debruçar em uma série de experimentos biológicos, investigando a atividade elétrica na pele e sua relação com a corrente vegetativa, recuperando e aprofundando seu interesse pela *energia* que datava desde a teoria do orgasmo. O alvo de seus estudos passa cada vez mais a ser o organismo vivo e seu funcionamento e não mais apenas o corpo como palco das manifestações psíquicas.

²² A descrição que segue será sucinta e breve, já que ultrapassa o período escolhido para o trabalho. Para um maior detalhamento, ver BOADELA, D. (1973/1985) *Nos caminhos de Reich*. São Paulo: Summus.

Estas investigações abrem um longo período de envolvimento com pesquisa pura e experimental, muitas vezes distanciada da atividade clínica estrita e que circulará por diversas disciplinas para além da psiquiatria, como a bacteriologia, a radiologia e a física, sendo possível considerar que os experimentos bioelétricos do período constituem-se como uma ponte entre seu trabalho econômico-sexual e vegetativo inicial e o seu trabalho posterior em biofísica (Boadella, 1973/1985). É nesse período que faz observações de microorganismos em laboratório que mais tarde lhe permitirão desenvolver suas contribuições para o entendimento do processo do câncer.

Mais uma vez, suas pesquisas irão encontrar adversários nesses outros campos do conhecimento e novamente Reich será alvo de uma campanha difamatória na imprensa norueguesa que avaliava seu trabalho a partir de afirmações sobre sua sanidade mental, questionando a ligação de seu trabalho com o território da sexualidade, questionando a validade de seus experimentos. Por fim, sua permanência na Noruega também tornava-se ameaçada. Decide emigrar para os Estados Unidos em 1939, em busca de um lugar mais favorável para seus estudos:

(...) a nove de agosto, Reich deixou a Europa pela última vez no último navio a sair da Noruega antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial. Pela sexta vez foi levado a cortar as raízes de seu trabalho e iniciar uma nova empreitada em um país estranho. (Boadella, 1973/1985, p. 151).

Nos Estados Unidos, Reich passa a fazer parte do corpo de docentes do *New School for Social Research* como professor de Psicologia Médica de 1939 a 1941, dando cursos sobre os aspectos biológicos da formação do caráter e constituindo um

grupo de pesquisa sobre psicossomática que mais tarde viria dar margem à formação de um Instituto. Além dessas atividades,

a preocupação fundamental de Reich era desenvolver as duas mais recentes descobertas feitas no decorrer de sua pesquisa biológica na Noruega: a investigação do processo do câncer e o estudo das propriedades de irradiação dos bions *Sapa*. Reich decidiu chamar a irradiação de “orgônio” pelo fato de que sua descoberta resultou da aplicação consistente da fórmula do orgasmo (a fórmula tensão-carga) e também porque a energia possuía efeitos sobre o organismo. (Boadella, 1973/1985, p. 154).

Irã se dedicar intensamente às pesquisas e experimentações sobre a energia que teria descoberto – a energia orgone – e suas manifestações, chegando mesmo a postular uma nova área do conhecimento – a Orgonomia – e às pesquisas sobre a biopatia do câncer, associando o trabalho teórico, experimental e clínico com a mesma perspectiva de investigação direcionada para o avanço do conhecimento, mas também para a possibilidade de aplicação de suas descobertas no campo do tratamento das doenças e da prevenção do sofrimento, durante toda a década de 40 e parte da década de 50. Reuniu grupos de pesquisadores a seu redor e manteve diversos contatos com a comunidade científica da época, inclusive com seus expoentes como Einstein, buscando colaboração para o avanço de seu método.

Em 1947, Reich dá início a uma série de experimentações físicas com o objetivo de demonstrar objetivamente a presença da energia orgone. Desenvolve um projeto de radiação antinuclear como extensão de suas pesquisas sobre doenças biopáticas, com a intenção de verificar se a energia orgone poderia ser utilizada no tratamento de radiação. Faz experimentações com rádio no laboratório que têm efeitos tão devastadores sobre a saúde de todas as pessoas envolvidas na experiência que o

projeto teve que ser abandonado devido à emergência da situação (Boadella, 1973/1985, p. 255).

Coincide com essa época o início dos problemas de Reich nos Estados Unidos e daquela que seria a derradeira campanha difamatória contra Reich: artigos de jornal começam a ser publicados acusando-o de charlatanismo, de estar conduzindo algum “negócio escuso ligado à sexo e a caixas” (os acumuladores de orgone), promovendo uma cura fraudulenta do câncer e de ser louco. Pessoas que mantinham com Reich uma relação conflituosa, como Otto Fenichel e sua primeira esposa, engrossam o coro dos difamadores, ao lado de Associações médicas e psiquiátricas, culminando com a intervenção da *Food and Drug Administration* na cena:

No início de 1945, a F.D.A. finalmente emitiu uma intimação e queixa por injunção contra Reich, a Fundação Wilhelm Reich e Ilse Ollendorf, responsabilizando-os pela violação da lei de alimento, drogas e cosméticos por fazer entregas de “aparelhos rotulados erradamente e adulterados em comércio interestadual”. Alegou-se que o acumulador orgonômico era incapaz de ter qualquer efeito terapêutico pois “a energia orgônica não existe”; e quase todas as publicações de Reich, muitas escritas anos antes de existir o acumulador orgônico, foram descritas como “etiquetagem” do acumulador. (Boadella, 1973/1985, p.263).

Reich irá continuar desenvolvendo suas pesquisas e suas teorias, enquanto se dava o andamento das questões legais sobre seu trabalho, embora se possa perceber que esses ataques não estavam sendo superados como foram os anteriores e sua saúde mental passa a ser afetada: as idéias persecutórias são recorrentes e passa a ter acessos de raiva, fatos que se provocam um crescente isolamento, também deixam marcas em suas produções teóricas do período e determinam a forma peculiar pela

qual escolhe conduzir o processo contra ele: ignora o mandado de segurança e deixa que fique sem contestação legal, por um lado acreditando ingenuamente na justiça democrática norte americana e por outro, interpretando o que acontecia de maneira conspiratória.

Finalmente, acusado de desacato criminoso e violação do mandado de segurança ao continuar atividades que haviam sido proibidas pela F.D.A., Reich é preso e julgado no início de 1956, quando estava mais frágil e com mais dificuldade de se defender. Foi condenado a dois anos de prisão, a Fundação Wilhelm Reich a pagar uma multa de 10.000 dólares, os acumuladores de orgônio foram destruídos e os escritos de Reich, mesmo aqueles que não se relacionavam com as experiências da energia orgone, como *Análise do caráter* e *Psicologia de Massa do Fascismo* foram incinerados. (Boadella, 1973/1985, p. 301).

Reich ingressou em 12 de março de 1957 na Instituição Correccional Federal Danbury. Foi submetido a um exame psiquiátrico por ordem do juiz e diagnosticado como paranóico, sendo transferido para uma penitenciária com instalações psiquiátricas; mas “os psiquiatras, ali, contudo, ao verem que Reich era totalmente resistente à idéia de tratamento, decidiram retirar a indignante declaração de que ele era legalmente insano e declaram-no legalmente são” (Boadella, 1973/1985, p.303).

Na prisão, acreditava que Eisenhower interviria a seu favor e escreveu um pedido de perdão presidencial, acreditando também que estava na prisão para ser protegido dos inimigos de seu trabalho que poderiam atacar-lhe fisicamente, dando mostras que sua doença, de certa forma lhe protegia da dura realidade. Começou a escrever na prisão seu último livro, que nunca foi recuperado das mãos das autoridades penitenciárias. Morre em 3 de novembro de 1957 devido a uma insuficiência

cardíaca, quando ainda fazia planos para o futuro de seu trabalho para quando fosse libertado.

2.1.4. O Psiquismo: cultura ou natureza?

Antes de darmos prosseguimento à nossa discussão, é necessário que nos detenhamos em um aspecto do projeto reichiano geralmente envolto em controvérsias e que também nos diz respeito, em virtude de nossos objetivos: como se dá a articulação entre psiquismo, natureza e cultura na construção de seu pensamento, que supomos ser dotado de significativa coerência interna?

Acreditamos que esta interrogação é aguçada quando se faz uma aproximação panorâmica de sua obra como a que acabamos de apresentar e encontra-se um autor que parte de uma formação médica por seu interesse pelas ciências naturais, mergulha na psicanálise e nos domínios da subjetividade, dedica o trabalho de cerca de uma década à inclinações sociológicas e encerra sua trajetória dedicando aproximadamente 25 anos à pesquisa pura e experimental, também localizadas no campo das ciências naturais, período muitas vezes descrito como um retorno à natureza e de distanciamento dos problemas sócio culturais e da subjetividade.

Mais adiante, quando iremos focalizar o objeto específico de estudo, teremos oportunidade de desenvolver esta discussão com detalhamento. Por ora, faremos algumas considerações gerais acerca desse aspecto, apenas com o intuito de finalizar a apreciação do projeto reichiano de forma global.

Nesse sentido, a primeira observação que deve ser feita é que a série de divisões geralmente atribuídas à obra de Reich, como “fase psicanalítica”, “fase marxista ou política”, “fase biológica ou energética”, são extemporâneas ao seu trabalho e podem estar muito mais relacionadas à forma como suas idéias foram apropriadas por seus seguidores e estudiosos, como verificamos no item 1.2 deste trabalho.

Para isso sabemos que contribuem as características da obra reichiana, vasta, extensiva a vários campos de saber, marcada por uma série de revisões em seu curso e cujo desenvolvimento contém a defesa explícita, em cada momento, das idéias que estavam na ordem do dia, sendo difícil por si só a tarefa de avaliar a obra de um autor que em cerca de 40 anos de atividade teórica, clínica, experimental e social ocupou-se de psicoterapia, higiene mental, orientação sexual, transformação cultural, investigações antropológicas, acontecimentos políticos, experimentações biológicas, terapia corporal, experimentações físicas e meteorológicas, educação, tratamento de doenças orgânicas, gestação, parto e desenvolvimento de bebês, organizações sociais, esquizofrenia etc..

Essas características da obra reichiana parecem dar margem a um trabalho “classificatório” que pode render muitas páginas entre seus estudiosos e críticos, tentando definir seu pensamento como biológico ou psicanalítico ou sociológico, ou ainda como comentamos anteriormente, fazendo parte de um modelo “biopsicossocial”, sendo fato que a obra reichiana sempre suscita esse tipo de discussão. Vejamos o que Reich escreveu a respeito:

Para a maior parte das pessoas, constitui um enigma o fato de que eu possa trabalhar simultaneamente em disciplinas tão diferentes como psicologia profunda, sociologia, fisiologia, e agora também biologia. Alguns psicanalistas

desejam que eu volte à psicanálise; os políticos empurram-me para a ciência natural e os biólogos para a psicologia. (Reich, 1942/1994, p. 13).

Em relação a isso, o presente estudo toma alguns posicionamentos. Em primeiro lugar, considera que o problema sobre a articulação entre psiquismo, cultura e natureza em sua obra, parece ser mais de quem estuda Reich, do que do próprio autor. Ou seja, encontraremos no texto reichiano reflexões acerca do desenvolvimento de seu processo de conhecimento, insistentemente caracterizado como uma investigação científica que tem a preocupação de revelar seu método, o desenvolvimento que levava à construção de seus conceitos e contar dos “bastidores” da pesquisa, em que esses três fatores sempre estarão presentes.

Embora seja ponto pacífico que cada uma dessas dimensões do humano receba um acento maior em determinadas épocas, de acordo com o andamento de sua produção e que nem sempre Reich deixe claro como faz essa passagem em seus relatos, podemos perceber que mesmo quando estava transitando em um campo mais delimitado e dele se ocupando, não perdia de vista os demais.

Assim, encontraremos o psicanalista ao mesmo tempo investigando os métodos de tratamento e a construção da teoria psicanalítica, mas também interessado nos fundamentos biológicos da energia psíquica e dos acontecimentos culturais e sociais, da mesma forma que no longo período em que se debruça sobre o funcionamento biológico do organismo e da energia cósmica, preocupa-se com educação, com organização social, com processos coletivos.

Se o trabalho de Reich for tomado separadamente em cada um desses períodos, por exemplo comparando-se escritos de décadas diferentes, sem considerarmos o

desenvolvimento de sua obra, de certo poderemos ter a impressão de que se trata de autores distintos, de produções localizadas em territórios epistemológicos também distintos. Mas se acompanharmos o desenvolvimento de sua obra e de seu trabalho, iremos encontrar um cientista ambicioso, circulando por onde fosse necessário para dar conta de responder às suas perguntas e tentando abarcar *todas* as variáveis possivelmente envolvidas na experiência humana, fazendo juz à tradição funcionalista:

O método de pensamento que enfoca a *totalidade* de um processo natural, ao mesmo tempo que os detalhes, era denominado, por Reich como “funcionalismo”. Reconhecia que muitos outros pesquisadores e pensadores antes dele haviam utilizado uma abordagem semelhante, embora menos conscientemente formulada. Reconhecia especificamente a influência, em sua abordagem funcional, de Bergson, Freud, Engels, Malinowski e Darwin, entre muitos outros. (...) O oposto da abordagem funcional poderia ser talvez chamada de “estruturalismo”, o estudo dos detalhes da estrutura e o funcionamento das partes em isolamento relativo da totalidade. (Boadella, 1973/1985, p. 235)

Obtemos um bom exemplo de como Reich se posicionava em relação ao método científico em sua explanação sobre o tema da sexualidade em *A Função do Orgasmo*:

O tema “sexualidade” atravessa realmente todos os campos científicos de pesquisa. No fenômeno central, o orgasmo sexual, deparamos com questões derivadas do campo da psicologia tanto quanto do campo da fisiologia, do campo da biologia não menos que do da sociologia. A ciência natural oferece apenas outro campo de pesquisa igualmente bem aparelhado para mostrar a unidade fundamental de tudo quanto vive, e para proteger contra a limitação e a especialização fragmentadora. A *economia sexual* tornou-se uma disciplina independente, com seus próprios métodos de pesquisa e a sua própria substância

de conhecimento. É uma *teoria da sexualidade científico-natural, empiricamente estabelecida*. (...) Nada foi inventado; tudo deve a sua existência ao notável desenvolvimento da lógica científica. Não há falsa modéstia em dizer que me sinto meramente como o instrumento dessa lógica. O método funcional de pesquisa atua como uma bússola em uma região estranha [itálicos do autor, grifos meus]. (Reich, 1942/1994, p. 13 e 14).

Podemos aqui chegar a outro posicionamento tomado por este estudo: se é claro que a relação entre psiquismo, natureza e cultura é um tema presente na obra reichiana de maneira particular, atendendo às necessidades de um projeto científico funcionalista e que a maneira como sua obra é apreendida muitas vezes recorta partes dela e a envolve em polêmicas a esse respeito, não é objetivo do estudo adentrar na querela sobre qual a dimensão que estaria predominando no pensamento reichiano, ou qual período de seu pensamento é o melhor, nem discutir as implicações do modelo funcional.

A proposta que fazemos é acompanhar o percurso de Reich nessas *regiões estranhas* pelas quais circulou, recolhendo suas contribuições em seu processo reflexivo em um período determinado de seu projeto. Se a bússola de Reich nessa exploração era o método funcional de pesquisa, podemos dizer que nossa bússola é a busca daquelas contribuições reichianas oriundas de sua trajetória.

Não se trata de classificar Reich em relação à biologia, à psicanálise ou à sociologia ou de fazer a defesa de seu método, mas de acreditar que ele nos deixou um bom “diário de viagem” em que a articulação entre psiquismo, natureza e cultura foi tantas vezes visitada e problematizada, diário que podemos usar quando também formos para essas mesmas *regiões estranhas* em nosso processo de conhecimento.

2.2. Otimismo x Pessimismo

No tópico anterior esperamos ter trazido alguns esclarecimentos sobre a obra de Reich em sua relação com os diversos campos pelos quais circulou, identificando algo como uma linha condutora. Gostaríamos de comentar agora outro adjetivo freqüentemente atribuído à sua obra, fundamental para nosso trabalho.

É muito comum encontrarmos descrições do pensamento reichiano que o qualificam como *otimista*. Iremos ouvir esta afirmação referida aos posicionamentos do autor sobre a possibilidade de transformação social, sobre sua crença na possibilidade de existência de uma ordem social igualitária, a respeito de sua crença na possibilidade de maior felicidade humana e, finalmente, quando se tecem comparações entre os posicionamentos de Reich e de Freud, em que o primeiro aparece como um pensador quase “ingênuo”, ao crer que o mal estar e o sofrimento mental do homem podem ser evitados ao se transformar suas condições de vida e, Freud como aquele do *Mal Estar na Civilização*, descrente da possibilidade de evitar a dor, já que ela seria inerente à condição humana, entregue eternamente ao conflito pulsional, em relação ao qual a cultura seria ora palco, ora espetáculo.

Supomos que estas qualificações também podem nos levar, se transitarmos pelo terreno das pré concepções, a algumas armadilhas. Podemos, por exemplo, ficar aprisionados em discussões acerca de quem está com a razão – os pessimistas ou os otimistas, classificações que podem ser bastante pessoais até, chegando apenas a diferenças no plano da fé.

É claro que a visão de mundo de um autor é fundamental na compreensão de sua produção e de seus posicionamentos, importância que toma vulto quando se estuda Reich, autor que apesar de manifestar expressa e enfaticamente sua adesão à ciência, pouco demonstrou neutralidade em relação àquilo com o que se envolvia, fossem os fenômenos que estudava ou os acontecimentos de seu tempo, declarando seus posicionamentos e imprimindo uma marca fortemente propositiva ao seu trabalho.

Mas sabemos que nem sempre, quando se faz este tipo de divisões – de um lado otimistas e de outro pessimistas – está se levando em consideração apenas as filiações filosóficas e/ou ideológicas do autor.

E a obra de Reich parece requerer novamente um cuidado especial em relação a esse aspecto, já que se trata de um autor cercado por mistificações na apreensão de sua obra. Acompanhando sua trajetória, como acabamos de fazer, observamos sucessivas campanhas difamatórias em relação a Reich no movimento psicanalítico, no movimento socialista, nas comunidades científicas e na imprensa da Dinamarca, Noruega e Estados Unidos. Algo que há em comum a todas essas campanhas, indiscutivelmente, é o fato de que não se debatia no plano científico as idéias e as propostas de Reich, mas apenas a partir de pré concepções culturais ou moralistas. O que estamos querendo assinalar é a possível semelhança entre essas classificações de Reich como um otimista, com aquelas que o classificavam de louco, subversivo, amoral etc..

Se parece ser consenso que as crenças de Reich sobre a possibilidade de maior felicidade humana estiveram presentes em sua trajetória, e que sua leitura do adoecimento psíquico não incluía a concepção de que tratava-se de algo da ordem do

natural, logo imutável já que inerente à natureza humana, mas sim fruto do conflito entre a subjetividade e as regras sociais construídas historicamente, portanto passíveis de modificação, em parte de sua obra, com exceção apenas de seu período final, em que mesmo estando Reich em uma outra posição em relação a esse conflito, permanece buscando possibilidades de evitar o sofrimento humano, observamos que estas características são geralmente tomadas não como produto da investigação reichiana, e sim como seus pressupostos.

No tópico anterior, acompanhamos como o percurso de Reich foi sendo construído como um método de investigação científica rigoroso, impulsionado por perguntas delimitadas e levando-o à construção de suas teorias. Acreditamos que muitas das idéias de Reich, tantas vezes qualificadas como otimistas, surgiram exatamente deste movimento de pesquisa e investigação.

Acreditamos ainda que o que se costuma nomear como otimismo em Reich pode ser traduzido, de forma adequada e mais filtrada em relação às pré concepções, por um impulso em direção à transformação das condições de vida do homem e de luta contra seu sofrimento, fosse de que ordem fosse, base que colocou em movimento a dedicação de quase 40 anos de atividade científica incansável.

Se observarmos a produção reichiana, encontraremos alguns momentos, raros, mas encontraremos, de descrença nessa possibilidade, imersos em uma atitude hegemônica de confiança no potencial da ciência para melhorar a vida humana. E, afinal, não é isso que se espera dos cientistas? Podemos nos perguntar, de que valeriam, cientistas “pessimistas”, que não acreditassem nas possíveis contribuições de seu trabalho para o bem comum...

Antes que possamos ser interrogados a respeito, é importante alertar para que não se confunda, como também é de costume acontecer, pessimismo com crítica. Ser impulsionado em seu trabalho pela busca de maior felicidade humana ou tomar a direção da luta contra o sofrimento, não implica necessariamente em negar as dificuldades nem em deixar de problematizá-las. Pelo contrário, como podemos perceber na produção de Reich, pode levar a uma análise crítica substantiva daquilo que deve ser transformado.

A escolha que fazemos neste trabalho, ao abordar a obra reichiana, é a de tomá-la em seu potencial questionador, tanto dos fenômenos com os quais lidava, quanto no plano conceitual. Gostaríamos de fazer trabalhar a obra reichiana pelas perguntas que constituiu, destacando seu caráter crítico e investigativo. Optamos por tentar substituir otimismo x pessimismo por investigação e crítica, condições de conhecimento.

Portanto, após esse passeio pela produção de Reich que nos permite conhecer um pouco das características do autor, evidenciar algumas confusões em que sua obra encontra-se envolvida e definir a maneira pela qual este estudo se posiciona em sua abordagem, voltemos a 1933 e a *Psicologia de Massa do Fascismo* para que possamos ver mais de perto um exemplo das contribuições reichianas que temos anunciado até o momento.

(...) o que um bom leitor deveria fazer é trazer o texto para o campo – para o contexto – de suas próprias questões e, inversamente, deixar-se tocar pelas questões que o texto lhe faz e pelas respostas que o texto lhe solicita. Interpretar seria, em si mesmo, mais um lance deste incessante diálogo em que perguntamos e respondemos a um determinado texto; nesta medida, deve-se conceber a interpretação como interminável, dado que interminável é o diálogo. Esta interminabilidade, porém não exclui um certo telos: o movimento deve seguir na direção de uma certa fusão de horizontes. Os horizontes do texto devem ir-se acoplando aos do leitor (seus pressupostos/preconceitos) e vice-versa, de forma que o leitor “entre no mundo do texto” e o texto “entre”(faça sentido) “no mundo do leitor”.

Luís Cláudio Figueiredo

3. PARA LER *PSICOLOGIA DE MASSA DO FASCISMO*

Como vimos anteriormente, no início da década de 30 Reich se encontra às voltas com a questão da ideologia. Na Alemanha, passava por dificuldades no relacionamento com o Partido Comunista Alemão, do qual discordava na valorização dos aspectos econômicos em suas ações, já enfrentava retaliações por parte da instituição psicanalítica à sua proximidade com o marxismo, considerada pelos psicanalistas como um risco à psicanálise, ameaçada pela máquina nazista, chegando a determinar que seus membros não deveriam envolver-se com as questões políticas emergentes, acreditando assim proteger-se. (Katz, 1985 e Wagner, 1996).

Emigra de Berlim em 1933 sobretudo pela insustentabilidade de sua permanência determinada pela perseguição nazista aos intelectuais de esquerda. Após uma rápida estadia em Viena, estabelece-se na Dinamarca, onde publica *Psicologia de Massa do Fascismo* com o objetivo de entender o que para ele representava a derrota do movimento operário alemão, calcada em uma opção irracional ao nacional-socialismo, objetivamente contrário aos interesses das classes proletárias. Tratava-se de perguntar: o que levou a esta escolha?

Esta obra, uma das mais conhecidas de Reich, contemporânea da ascensão de Hitler ao poder, apontada como o marco inaugural de uma nova disciplina – a Psicologia Política, traz em si uma característica fundamental diante de nossos objetivos: se a tomarmos em seu conjunto, encontraremos quase como uma miniatura daquilo que poderíamos chamar de pensamento crítico desenvolvido por Reich ainda no interior da psicanálise. Nela são desenvolvidos temas já presentes em outros trabalhos reichianos. Mas ao analisar um dos fenômenos políticos mais trágicos da

história da Alemanha e da humanidade ainda durante seu acontecimento, Reich irá alinhar boa parte de suas construções teóricas formuladas até o período, demonstrando como poderiam auxiliar a compreensão dos fatos sociais e subjetivos em andamento, além de elaborar uma possibilidade de entendimento do fenômeno à luz de dois grandes corpos conceituais disponíveis na época: o materialismo dialético e a psicanálise.

Ao considerarmos os temas centrais de *Psicologia de Massa do Fascismo*, poderemos acompanhar a forma como Reich desenvolve o texto partindo de questões circunscritas no interior do marxismo acerca da subjetividade, buscando na teoria psicanalítica elementos para explicar a adesão à uma ideologia contrária aos interesses objetivos da classe proletária.

Mas já podemos dizer que esta tentativa, além de trazer contribuições para a compreensão do processo histórico em andamento na Alemanha, para o que algumas das teses marxistas mostravam-se insuficientes, abre também outras possibilidades, imprimindo à esta obra considerável amplitude, dentro da qual poderíamos identificar dois grandes eixos articulados:

1. A investigação acerca de como os processos psíquicos dos indivíduos manifestam-se no cenário social, determinando suas escolhas políticas e seus posicionamentos ideológicos, tendo como interlocutores, a teoria marxiana e as idéias do movimento socialista;
2. A análise da contribuição das determinações sociais na constituição de personalidades em acordo ou a serviço da ideologia, tendo como pano de fundo as concepções da psicanálise.

Em relação à primeira linha de raciocínio presente na obra enumerada acima, podemos de antemão observar que o interesse de Reich sobre a participação do psiquismo nos acontecimentos sociais ia além de uma situação específica, de forma semelhante aos objetivos da teoria marxiana:

É importante perceber que a investigação reichiana não se restringe apenas à situação particular do proletariado alemão, a ação política adesista serve como amostra de uma atitude recorrente na qual o indivíduo atua contra seus próprios interesses. Reich expõe com clareza essa preocupação ao afirmar: “*O problema que consiste em saber por que razão os homens suportam desde há séculos a exploração e humilhação moral, em resumo, a escravidão, ficou sem resposta...*”. [grifos do autor] (Albertini, s.d., p.7).

Esta preocupação de Reich e sua tentativa de encontrar soluções para o problema levam-no a um território ainda não explorado. Se *Psicologia de Massa do Fascismo* dá continuidade às formulações reichianas do período, como expusemos acima, traz em si a importância de inaugurar uma nova disciplina, incluindo as proposições freudo-marxistas:

O primeiro marco teórico que tematizou explicitamente aquilo que se veio a denominar Psicologia Política foi a obra de Wilhelm Reich “*Psicologia de Massa do Fascismo*” publicada na Alemanha [sic], em 1933. Na seqüência das preocupações reichianas surgem “*A Personalidade Autoritária*” em 1950, nos Estados Unidos, fruto do trabalho conjunto de Adorno com os cientistas de Berkeley, e a obra “*Eros e Civilização*” de Marcuse, em 1956. (Albertini; Carone e Crochik, s.d., p.1).

Ou seja, podemos afirmar que *Psicologia de Massa do Fascismo* contém valiosas contribuições para a constituição do que mais tarde se configurou como um

campo de investigação sobre a relação entre aspectos sócio-políticos e a subjetividade, ou ainda sobre a relação entre a dialética de Marx e a psicanálise de Freud, idéias posteriormente desenvolvidas por pensadores extremamente relevantes no cenário da Filosofia e Sociologia contemporâneo.

E como obra pioneira no estudo das aproximações entre subjetividade, história, cotidiano e política, podemos supor que encontraremos muitas proposições datadas, referentes à época de análise, apesar das intenções de Reich almejavam uma abordagem mais ampla em torno da condição humana, aspectos que mereceriam um exame apurado. Entretanto, recorrendo ainda a este caráter inaugural de *Psicologia de Massa do Fascismo*, acreditamos que apesar do provável envelhecimento de suas idéias em virtude mesmo das enormes transformações culturais, sociais e políticas ocorridas nestes quase 80 anos, encontraremos nela ainda importantes contribuições, que ultrapassam seu valor histórico.

Ao tomarmos contato com a construção de Reich neste livro somos necessariamente afetados pela forma como o autor delimita o problema da Psicologia Política, interpondo perguntas fundamentais. Poderíamos adjetivar os questionamentos de Reich em *Psicologia de Massa do Fascismo* como básicos, no amplo sentido que a palavra pode alcançar.

Acreditamos que nas entrelinhas do estudo que o autor efetua sobre a sociedade alemã no início do século passado, podemos encontrar quase como um roteiro para aquele que se aventura em outras épocas a estudar os dilemas delimitados por Reich, fornecendo possibilidades de questionamento ainda úteis na construção de conhecimento, sobretudo pela sua característica crítica.

Passemos a comentar o outro eixo fundamental de *Psicologia de Massa do Fascismo* – a pesquisa, no interior do campo conceitual da psicanálise, a respeito de como a personalidade se estrutura em sua relação com o social.

Inicialmente, é importante salientar que, se podemos classificar o livro como marco da Psicologia Política, não podemos esquecer que este não era o interesse restrito de Reich. Expusemos no capítulo 2 deste trabalho aquilo que acreditamos ser o projeto científico de Reich: a busca de compreensão das causas do sofrimento humano e das formas de evitá-lo, acreditando nesta possibilidade e exercendo a crítica das condições sociais que envolveriam tais circunstâncias.

Em *Psicologia de Massa do Fascismo*, temos uma boa demonstração de que seu interesse pelos acontecimentos sociais não esteve desarticulado da preocupação com o sujeito psíquico, sua constituição e adoecimento, com as limitações de seu potencial de desenvolvimento no interior da cultura, nos eventos do cotidiano atravessados ininterruptamente pelas determinações sociais.

Portanto, podemos também atribuir à esta obra outro alcance: além de contribuir para a constituição de investigações no plano da Psicologia Política que olha para o cenário social e busca focalizar o sujeito empírico e sua subjetividade em ação, *Psicologia de Massa do Fascismo* faz ao mesmo tempo uma inflexão em direção ao sujeito, invertendo o foco: procura nas contribuições da cultura as causas de seu mal estar e as possíveis formas de evitá-lo.

Desta forma, encontraremos na obra também boas oportunidades de perguntas à psicanálise (e por que não dizer também à psicologia) acerca da gênese do adoecimento psíquico no interior da cultura, chave para a decorrente reflexão acerca

dos posicionamentos e objetivos da clínica. Também neste caso, sabemos que Reich, sua característica marcante, esteve na vanguarda de seu tempo, debruçando-se sobre estas questões.

E se à sua época as idéias contidas em *Psicologia de Massa do Fascismo* poderiam ser inovadoras no campo psicanalítico, até mesmo em discordância com seu pensamento hegemônico, após as reformulações efetuadas por Freud na teoria psicanalítica trazidas pelo postulado da pulsão de morte, em que o social perde importância na gênese do sofrimento mental, e pela opção de silenciar ante os acontecimentos políticos daquele momento histórico, desde então muito já se produziu no movimento psicanalítico a esse respeito.

Além disso, é importante lembrar que as próprias concepções reichianas a respeito do tema sofreram mudanças significativas no decorrer de sua obra, sobretudo após a descoberta do que Reich designou energia orgone. Estas modificações não parecem tê-lo levado a abandonar os problemas antes delimitados mas a rever sua leitura, o que verificamos na constante prática reichiana de reeditar e reescrever seus livros, mesmo que publicando-os com o mesmo título.

Foi assim também com *Psicologia de Massa do Fascismo* escrito e publicado originalmente em 1933 e reescrito e reeditado em 1942 com alterações cruciais em acordo com suas novas concepções bioenergéticas. No Brasil, dispõem-se de uma tradução clandestina feita em 1974 em Portugal da obra original no alemão, sendo que a versão de 1942, publicada originalmente em inglês, contou com uma tradução para o português com ampla divulgação, fato que contribuiu para que o grande público praticamente desconheça a obra original e possa compreendê-la no conjunto da produção reichiana.

Esses fatores, a distância temporal que nos separa da publicação original de *Psicologia de Massa do Fascismo*, recheada de inúmeras análises sobre o tema empreendidas por vários campos de saber e as dificuldades de acesso à obra reichiana definidas pelas diferentes publicações, pelas modificações de curso e leitura presentes em sua trajetória, nem sempre claras aos olhos de quem a estuda, nos levam a um cenário de equívocos sobre sua produção na atualidade e nos afastam muitas vezes da possibilidade de apreender suas contribuições formuladas em uma parte de seu trabalho pouco conhecida pela maioria daqueles que se interessam por Reich ou por seus oponentes.

É dessa forma que se torna um imperativo ao nosso trabalho, ao tratar da publicação de *Psicologia de Massa do Fascismo* de 1933 em sua tradução portuguesa de 1974, empenhar-se em uma tentativa de contextualização dos escritos de Reich nesse livro, para que somente depois possamos analisar e discutir seu conteúdo. É o que faremos a seguir.

3.1. O contexto

Até aqui apresentamos alguns motivos para a contextualização de *Psicologia de Massa do Fascismo* que se referem à forma como a obra de Reich tem sido apreendida, às dificuldades de acesso inerentes à sua produção, marcada por modificações nem sempre esclarecidas aos leitores, publicações que reescrevem antigos trabalhos sob o mesmo título e ao risco de lermos o livro tomando análises posteriores como referencial, o que poderia invalidar precipitadamente as idéias nele contidas.

Mas temos ainda duas outras justificativas para esse trabalho de contextualização. Em primeiro lugar, acreditamos que todas as dificuldades de leitura do texto reichiano que temos assinalado aparecem em *Psicologia de Massa do Fascismo* acentuadas pelo próprio tom utilizado por Reich: tem-se a nítida impressão de um texto escrito no “calor da hora” dos acontecimentos políticos, o que marca muitas das passagens do livro com um caráter de manifesto, em que alguns “recados” são enviados, sem que o autor detenha-se em muitas explicações sobre os outros componentes do debate em que se pronuncia. Situar o leitor em relação a esse cenário de conflitos, pode tornar a leitura do texto menos cifrada e trazer contribuições para sua historicização.

Em segundo lugar, estamos atendendo às exigências do método escolhido para a leitura de *Psicologia de Massa do Fascismo* no presente estudo – uma leitura sistemática historicizante, em que o contexto surge como um fundo para que as teses do texto analisado possam se configurar.

Segundo Figueiredo (1999) há uma distinção a ser feita na noção de contexto:

Os *contextos* ou horizontes *externos* são necessários para situar o texto em um campo no qual se abrem as possibilidades para que seja percebido como dotado de sentido e seja interpretado. Estes horizontes são, por exemplo, o de um *gênero*, de uma *tradição*, de uma *época*, de uma *obra* etc., enfim, de outros textos contemporâneos ou pertencentes ao mesmo “passado”. Os *contextos* ou horizontes *internos* são as redes de remissões que se formam entrelaçando os vários elementos do texto e dando a cada um deles um lugar, uma função e um sentido [grifos do autor]. (p. 11).

Mesmo sugerindo esta diferenciação entre as duas possibilidades de contexto para a obra, o autor faz uma observação importante e com a qual concordamos:

Convém, contudo, observar a “dialética” que se estabelece entre estes horizontes: diferentes *contextos externos* propiciam a formação de diferentes *contextos internos* e vice-versa, gerando um certo movimento na direção de um melhor ajuste. Nesta medida, a distinção entre “externo” e “interno” não desaparece inteiramente, mas deixa de ser tão óbvia quanto parecia à primeira vista [grifos do autor]. (Figueiredo, 1999, p. 11).

É desta forma que pretendemos trabalhar com a contextualização do livro que analisaremos como objeto específico do estudo, apresentando os elementos com os quais vai se dando a trama que Reich nos apresenta em *Psicologia de Massa do Fascismo*. Para isso, passaremos brevemente pelo *contexto externo* à obra, procurando identificar o seu pertencimento a uma tradição de pensamento e posteriormente apresentaremos os conceitos operadores da análise realizada por Reich.

3.1.1 Antecedentes históricos: *contextos externos*

Inicialmente, é importante dizer que não pretendemos lidar com os contextos externos à *Psicologia de Massa do Fascismo* em uma perspectiva determinista, em que se reduz um pensamento às influências que recebeu, ou se considera os acontecimentos de seu tempo como “causas” da obra. Esperamos ter ilustrado como se deu o desenvolvimento do pensamento reichiano e de seu projeto científico e como ele chega à *Psicologia de Massa do Fascismo*. Processo que, sem dúvida, é pertencente à uma época e transcorre envolvido com seus temas.

Visto que o objetivo deste estudo não é “atualizar” Reich, não empreenderemos uma discussão sobre as mudanças ocorridas entre os contextos da época e os contemporâneos. Nosso interesse, então, ao abordarmos uma tradição de pensamento, entremeada pelos fatos históricos que podem compor um certo clima que antecede *Psicologia de Massa do Fascismo*, é muito menos explicativo ou ligado à uma possível aplicação de Reich na atualidade.

Nossa intenção atende às necessidades de *leitura* do texto reichiano e, como tal, é mais direcionada àqueles que tomam contato com a obra do que para o próprio texto. Estamos procurando alguns elementos que montam um cenário em que *Psicologia de Massa do Fascismo* está inscrito. Sabemos que outros poderiam ser elencados nesse panorama e que ampliariam o debate. Mas como não temos o intuito de esgotar a historicização do período e de seus temas, tarefa que ultrapassa os interesses do estudo e para a qual supomos não dispor dos instrumentos necessários nessa ocasião, escolhemos alguns temas que consideramos fundamentais e que serão abordados com o objetivo de assessorar nossa discussão de *Psicologia de Massa do Fascismo*.

Fazemos essas ressalvas por questões metodológicas, mas sobretudo como justificativa para o tratamento que receberão os complexos temas pelos quais transitaremos e que esperamos não prejudicar pelo modo simplificado e breve que utilizaremos em nossa exposição. Assim, discutiremos a princípio aquele que consideramos o tema central de *Psicologia de Massa do Fascismo*, tomaremos contato com idéias e movimentos do marxismo e concluiremos com os acontecimentos políticos expressamente analisados por Reich.

3.1.1.1. Reich e a luta contra a servidão voluntária

Quando lemos os escritos de Reich é possível destacar um tema sempre presente e caro ao autor, uma derivação de sua luta contra o sofrimento humano e da procura pelas formas de minimizá-lo: a servidão humana consentida.

Encontramos esta inquietação nos textos reichianos em muitas ocasiões. Reich afirma, por exemplo, que podemos entender muito bem porque alguém, para satisfazer suas necessidades materiais chegue a roubar, ou que o explorado entre em greve, sendo que o problema consiste em saber porque a maioria dos famintos *não* roube e maioria dos explorados *não* entre em greve (Reich, 1933/1974, p. 22). Podemos ver outros exemplos em *People in Trouble* (Reich, 1957/1976) livro de memórias de Reich sobre sua participação nos movimentos sociais e políticos, como esse relato:

Schattondorf, uma vila da província austríaca de Burgenland, tinha dois terços de maioria Social Democrata. Em 30 de janeiro de 1927, o Partido Socialista convocou uma reunião para às quatro horas da tarde. Ainda antes que a reunião começasse, indivíduos de tendência monarquista atiraram na multidão, sem que houvesse provocação, de uma taverna freqüentada por veteranos. Um inválido de guerra, um ex-companheiro de armas, teve o crânio espatifado. Uma criança de oito anos foi baleada, outra de seis anos gravemente ferida, quatro membros da guarda de segurança receberam ferimentos leves. Os agressores escaparam ilesos. *Por que a multidão ameaçada não reagiu naquela justificável situação de autodefesa? Como puderam os matadores escapar em uma vila composta de uma maioria socialista de dois terços?* [grifos meus]. (Reich, 1957/1976, p. 19).

Com efeito, é em *Psicologia de Massa do Fascismo* que encontraremos a apoteose do desenvolvimento dessa questão na produção reichiana. Na análise dos acontecimentos políticos realizada por Reich nessa obra, encontraremos um verdadeiro mote – por que o povo alemão teria tomado uma atitude adesista contrária aos seus interesses objetivos? E podemos perceber que, ao tratar desse processo ainda em andamento na Alemanha, Reich se volta novamente para o tema de uma atitude recorrente na humanidade, como se o que acontecia em Berlim fosse sua comprovação, tendência expressa no primeiro capítulo do livro:

O problema que consiste em saber por que razão os homens suportam desde há séculos a exploração e humilhação moral, em resumo, a escravidão, ficou sem resposta. (Reich, 1933/1974, p. 28).

Veremos que todo o trabalho de Reich nessa obra será dedicado à busca dessas respostas, no estudo da sociedade alemã e do funcionamento psíquico de seus atores. Mas o que gostaríamos de discutir por ora é a proximidade desse questionamento com uma tradição de pensamento que se ocupa deste problema no humano. É inevitável ler Reich e não se lembrar, por exemplo, do jovem filósofo francês Étienne de La Boétie, autor do clássico *Discurso sobre a Servidão Voluntária*, escrito na metade do século XVI e entendido por alguns autores como uma resposta à repressão monárquica à Revolta das Gabelles na França Meridional, de início uma revolta fiscal contra os exércitos do rei que vinham cobrar um novo imposto sobre o sal e que posteriormente assume características insurrecionais (Clastres, 1997).

Embora vários séculos nos separem da obra de La Boétie, há algumas características nela que imprimem a permanência do valor de suas agudas indagações

e que nos permitem aproximá-la de uma linha de pensamento recente, sobretudo porque,

A história local e momentânea, para La Boétie, mal constitui ocasião ou pretexto: nele nada há de panfletário, de publicista, de militante. A sua agressão vai deflagrar mais longe; levanta uma questão inteiramente livre porque esta se vê de todo liberta de qualquer “territorialidade” social ou política, sendo justamente pelo fato de essa sua questão se mostrar trans-histórica que nos vemos em condições de a ouvir. (Clastres, 1976/1997, p. 64).

A grande pergunta do filósofo no *Discurso* gira em torno da constatação:

Digno de espanto, se bem que vulgaríssimo, e mais doloroso do que impressionante, é ver milhões de homens a servir, miseravelmente curvados ao peso do jugo, esmagados não por uma força maior, mas aparentemente dominados e encantados apenas pelo nome de um só homem cujo poder não deveria assustá-los, visto que é um só, e cujas qualidades não deveriam prezar, porque os trata desumana e cruelmente. (La Boétie, 1997, p. 18).

Como isso seria possível ? Após descartar a possibilidade de esta servidão ser baseada no medo, posto ser inimaginável que cem ou mil submissos pudessem temer a um só, o filósofo irá concluir que, não se tratando de covardia ou de uma escravidão forjada pela força das armas, é então o próprio povo que decide pela tirania e *voluntariamente* fornece o poder ao tirano, “é ele que aceita o seu mal, que o procura por todos os meios.” (La Boétie, 1997, p. 22).

Sobre a gênese desta servidão, agora concebida como voluntária, o filósofo muito se interrogará, partindo do pressuposto de que não pode ser determinada pela

natureza, já que não tem dúvidas a respeito de ser a liberdade natural, em defesa do que, traz a lembrança de que mesmo os animais sentem a dor da sujeição, resistem ao cativeiro e aspiram pela liberdade.

Ou seja, a pergunta deve ser feita procurando entender o que levaria os homens a desejarem a perda da liberdade e não quererem regressar à sua condição natural, perseverando sem necessidade objetiva na servidão. Clastres (1976/1997) avalia que La Boétie procede a uma investigação sobre isso, não na qualidade de “psicólogo”, mas de um “mecânico”, pois o que lhe interessa é o funcionamento das máquinas sociais.

Sem querer forçar uma proximidade maior do pensamento de La Boétie com nosso problema, é interessante notar que os possíveis entendimentos do filósofo sobre a servidão voluntária, de alguma forma se relacionam os “sujeitos” da servidão, se assim podemos dizer. Em primeiro lugar, La Boétie irá atribuir a servidão voluntária aos costumes e ao hábito, que poderíamos aproximar, talvez, aos processos educacionais, visto que “é natural no homem o ser livre e o querer sê-lo; mas está igualmente na sua natureza ficar com certos hábitos que a educação lhe dá” (La Boétie, 1997, p. 37). Vejamos sua exposição:

Assim é: os homens nascidos sob o jugo e depois criados na servidão, sem olharem para além dela, limitam-se a viver tal como nasceram, nunca pensam ter outro direito nem outro bem senão o que encontraram ao nascer, aceitando como natural o estado que acharam à nascença. (...) Mas o costume, que sobre nós exerce um poder considerável, tem a força de nos ensinar a servir; e tal como de Mitriades se diz que aos poucos se foi habituando a beber veneno, o costume leva-nos a engolir tudo até deixarmos de sentir o amargor do veneno da servidão. (La Boétie, 1997, p. 33).

Em segundo lugar, La Boétie concluirá que a servidão voluntária também se garante por um estratagema criado pelos tiranos que, ao lidar com pessoas que tendo sido criadas na servidão tornam-se fracas e covardes, embrutecem seus súditos, minando ainda mais as possibilidades de libertação, já que “com a perda da liberdade, perde-se imediatamente a valentia” (La Boétie, 1997, p.41), distintamente do que acontece com os homens livres que teriam pelo que lutar.

Finalmente, La Boétie designa como causa da servidão voluntária, um processo que transforma o “amargo veneno da servidão”, como dissera, em um poderoso entorpecente: a submissão é mantida por uma cadeia de favores, ganhos e lucros que os tiranos concedem e de pequenos tiranetes reproduzidos pela sociedade, assim “são tantas as pessoas a quem a tirania parece proveitosa como as que prezariam a liberdade” (La Boétie, 1997, p. 51), liberdade essa trocada pelo desejo de ter posses e mando, sendo esse um verdadeiro pilar da tirania, que submete uns por intermédio de outros. É a promessa de ter e de possuir, alimento da servidão ao tirano, que mantém e perpetua a escravidão, da mesma forma que “a borboleta que, esperando encontrar algum prazer, se atira ao fogo, vendo-o luzir, acaba por ser vítima de uma outra qualidade que o fogo tem: a de tudo queimar” (La Boétie, 1997, p. 58).

Tendo contato com a brilhante lucidez de La Boétie, torna-se mais tentadora a identificação de semelhanças com os temas desenvolvidos por Reich, sendo possível mesmo arriscar dizer de um parentesco entre as idéias de La Boétie contidas no *Discurso* ao pensamento reichiano, uma vez que a inquietação do filósofo muito se aproxima daquela insistentemente anunciada por Reich e que suas explicações sobre a servidão possuem familiaridade com aquelas efetuadas pelo psicanalista.

Mas talvez a obra de Reich acentue algumas das perguntas lançadas pelo filósofo, no que se refere ao espanto causado por uma submissão que se alicerça no desejo e na vontade do homem, portanto em sua irracionalidade, como observa o tradutor de La Boétie, no prefácio da edição portuguesa do *Discurso*:

Desde a primeira linha do Discurso (desde o título, para sermos mais exatos) está denunciada a irracionalidade e a estupidez dos que se submetem a leis iníquas. Para La Boétie, a servidão é uma doença coletiva, um vício incurável de todos os sistemas autoritários (nomeadamente da civilização judaico-cristã). E aí, o seu Discurso é antevisão de uma idéia que só no século XX (muito a custo) se conseguiu firmar. De fato, foi preciso aparecer Wilhelm Reich para – através da análise de fenômenos como o fascismo – se perceber quanto de voluntário há na sujeição das massas ao poder absoluto, quanto de aberrante há nessa necessidade de obedecer, quanto de perversão libidinosa há nessa entrega dos povos à crueldade dos tiranos. [grifos do autor]. (Gomes, 1997, p. 13).

Em *Psicologia de Massa do Fascismo*, Reich irá investigar a gênese da servidão voluntária investigando a construção de personalidades, por meio da educação e da moral, em acordo com as demandas da organização social, sua relação com a figura tirânica que detinha o poder, e a “fraqueza” destas personalidades para tomar consciência do que lhes acontecia e de manter uma atitude crítica. Mas tomarão um lugar maior nessa cena os mecanismos sociais que engendram esse processo nos sujeitos, a partir de uma concepção marxista da sociedade e, sobretudo, crescerá em importância a questão do *desejo* de assim permanecer, em virtude das concepções psicanalíticas, como teremos oportunidade de verificar.

A obra de Étienne de La Boétie é incluída por Chauí (2000a) em uma tradição libertária, isto é, das lutas sociais e populares por liberdade e justiça contra a opressão dos poderosos, da qual também seriam herdeiras as teorias socialistas modernas. Para prosseguirmos nossa exposição, convém então passarmos a discutir como essas teorias relacionam-se com o pensamento reichiano presente em *Psicologia de Massa do Fascismo*.

3.1.1.2. O problema da falsa consciência: Marx e as tendências socialistas

Inicialmente, é importante dizer que, por suas características, *Psicologia de Massa do Fascismo* poderia servir como fonte de informação para alguns dos muitos volumes da história do marxismo, assim como *People in Trouble*, por retratarem uma época de grande efervescência, tanto cultural, quanto política e em que temas e discussões ilustres do marxismo e do socialismo tiveram lugar. *Psicologia de Massa do Fascismo* oferece um bom registro do “mundo na primeira metade do século XX, com suas catástrofes políticas, seus desastres morais e seu surpreendente desenvolvimento das artes e das ciências” (Arendt, 1987, p. 7).

Podemos nos arriscar a dizer que nesta obra, ao realizar sua análise e ao apresentar suas teses teóricas, Reich faz ao mesmo tempo um relato biográfico, se assim podemos dizer, daqueles tempos, no sentido utilizado por Arendt (1987):

A biografia, ao estilo inglês, conta-se entre os gêneros mais admiráveis da historiografia. Extensa, meticulosamente documentada, densamente anotada e generosamente entremeada de citações, geralmente aparece em dois grandes volumes e conta mais, e mais vivamente, sobre o período histórico em questão

do que todos os livros de história mais importantes. Pois, ao contrário de outras biografias, a história não é aí tratada como o inevitável pano de fundo do tempo de uma vida famosa; é antes como se a luz incolor do tempo histórico fosse atravessada e refratada pelo prisma de um grande caráter, de modo que no espectro resultante obtém-se uma unidade completa da vida e do mundo. (p. 37).

Dessa forma, apresentaria uma boa oportunidade de pesquisa, no interior do marxismo e de seus temas, bem como do pensamento do período entre guerras. Mas em face de nossos objetivos de contextualização e dos limites de nosso estudo, iremos abordar o pensamento de Marx e algumas tendências socialistas em sua relação com *Psicologia de Massa do Fascismo*, destacando um dos temas que os aproximam – o problema da falsa consciência – deixando em segundo plano os debates que estavam presentes no período, no bojo do movimento socialista.

Segundo Rouanet (1990), “o tema do cativo da razão é tão antigo quanto a história do pensamento” (p. 7) e teria surgido com a constatação dos primeiros filósofos sobre as ilusões provocadas pelas interferências afetivas ou pelos sentidos, ou mesmo pela própria razão também vulnerável. Em outras palavras, temos que inicialmente o problema do “cativo da razão” recebeu tentativas de inteligibilidade que se voltavam para os obstáculos internos ao sujeito, quer fosse nas interferências afetivas que relativizavam a objetividade do conhecimento, quer fosse nos limites do próprio aparelho cognitivo.

É no Iluminismo que as tentativas de compreensão ganharão um conteúdo político, deslocando para o interesse do poder, a ilusão afetiva e a ilusão epistemológica. São estas tentativas que abrem o caminho para leituras que passarão a situar no mundo social a origem das ilusões da consciência.

Ou seja, sua fonte passa a se localizar em um espaço para além da consciência: na história, com as formulações de Hegel, na vida material, de acordo com as idéias de Feuerbach e na sociedade, a partir de Marx. (Rouanet, 1990). Segundo o autor, o desenvolvimento do pensamento que situa na sociedade o problema, por sua vez, ao radicalizar a leitura das ilusões da consciência geradas no espaço externo ao sujeito, acaba novamente por se reaproximar da problemática interna, mas “sem no entanto poder atravessar a fronteira, por falta das categorias teóricas necessárias” (Rouanet, 1990, p. 10).

Seria a psicanálise freudiana a fornecedora de elementos teóricos suficientes para transpor o dilema entre o espaço interno ou externo, como fonte das ilusões da consciência: “graças a Freud, é possível perceber que os limites da razão não estão nem na consciência nem fora dela, mas na consciência como lugar psíquico da necessidade externa” (Rouanet, 1990, p. 11).

Com efeito, a produção teórica de Reich e suas investigações a respeito da relação entre os aspectos socioculturais e o psiquismo, tanto na direção de compreender a constituição do sujeito em sua relação com os processos sociais, quanto na direção inversa, parece estar localizada na transição entre a leitura do problema da falsa consciência calcada no mundo externo e as concepções psicanalíticas, na forma do freudo-marxismo.

Dedicaremos na seqüência uma aproximação específica à este movimento teórico dos anos 20 e 30, do qual Reich é considerado um dos grandes expoentes. Mas antes disso, acreditamos ser oportuno acompanhar algumas das concepções da leitura marxista do problema da falsa consciência e como seu desenvolvimento leva

às demandas das quais o freudo-marxismo se ocupou. Para isso, seguiremos utilizando a organização dessas idéias realizada por Rouanet (1990).

Segundo o autor, as formulações de Marx sobre a falsa consciência, presentes desde seus primeiros trabalhos, são frutos de seu esforço em procurar explorar “um outro elemento” até então inexplorado pelos filósofos da consciência, elemento esse que seria a vida social:

É esse outro elemento que constitui, verdadeiramente, o outro lado da consciência: não uma história do Espírito, não uma essência humana abstrata, mas a prática social de homens concretos, que produzem suas condições materiais de existência, e produzem representações em que eles se refletem ou se ocultam. É nele que surge, enfim, em seu sentido próprio, o conceito de falsa consciência. (Rouanet, 1990, p. 73).

De acordo com a sistematização de Rouanet (1990), a teoria marxista sobre a falsa consciência passaria por quatro fases. Na primeira, a falsa consciência é considerada um não-saber do sujeito em relação ao mundo alienado, na segunda como um não-saber quanto à base material da sociedade, na terceira, esse não saber deixa de ser referido ao sujeito e passa a ter como referência a própria forma de existência do real no modo de produção capitalista e na quarta fase, o não-saber passa a ser o correspondente subjetivo de uma instância ideológica objetiva.

Assim, na primeira fase da teoria marxista sobre a falsa consciência, designada por Rouanet e encontrada nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de Marx, temos idéias que surgem da crítica marxiana à crítica hegeliana da ilusão, em que a falsa consciência era considerada como um produto histórico, mas de uma história do

espírito: tratava-se então de investigar a falsa consciência nas estruturas de um ser alienado real, em que as ilusões e a alienação são produzidas por uma história real.

Nesta fase, a consciência, na condição de produto histórico, era considerada falsa quando “as condições históricas, como no capitalismo, confiscam a objetividade humana, fazendo o produto do seu trabalho aparecer, não como uma coisa sua, mas como uma coisa alheia, na qual ele não se reconhece, na qual ele se desconhece” e era considerada verdadeira “em condições históricas em que o homem possa relacionar-se diretamente com as coisas, em que essas coisas, vistas como coisas do homem, se tornem transparentes, removido o véu da alienação” (Rouanet, 1990, p. 77).

Ou seja, estamos diante de uma inversão entre o real e o ilusório que se passa em um mundo alienado, onde os próprios sentidos humanos são alienados, pois são também produtos históricos, transformam o conhecimento em falso conhecimento e a realidade em ilusão. Mas se era assim, empreender uma transformação nas condições históricas poderia reverter o não-saber do mundo alienado e os sentidos poderiam ter acesso à realidade e não apenas à ilusão.

Para Rouanet (1990), nessa fase, a falsa consciência é um não-saber da consciência espontânea:

que é incapaz de perceber e pensar o objeto como *seu* objeto. Ela se relaciona com o universo da riqueza e do Estado sem saber que esse universo, aparentemente autônomo, é uma simples exteriorização alienada da essência humana, e está condenada, portanto, a uma percepção atórica, aconceitual, da realidade. (Rouanet, 1990, p.78).

Mas é também, um não saber da consciência filosófica:

que confundindo objetivação com alienação, vê como ilusória a objetivação, verdadeira pátria do homem, e é incapaz de compreender as estruturas da alienação histórica. A consciência filosófica se movimenta na mesma esfera enganadora que a consciência espontânea. Assim como esta só percebe as coisas na forma em que elas se apresentam depois de concluído o movimento da alienação, sem percebê-las como um simples estágio terminal de um processo, de cuja existência ela não suspeita, a consciência filosófica parte de abstrações – Deus, o Estado, sem perceber que essas abstrações de algo, são os produtos de uma separação, de uma cisão interna do sujeito, pela qual seus predicados foram hipostasiados, e convertidos em entidades externas ao homem. (Rouanet, 1990, p. 78).

Segundo ao autor, a passagem da primeira fase para a segunda, em que a falsa consciência passará a ser entendida como um não-saber do sujeito em relação à base material da sociedade, é marcada pelo espaço compreendido no pensamento de Marx entre os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e *A ideologia Alemã*, em que o autor romperá com seu passado filosófico, abandonará a concepção historicista da ilusão e, no debate com as idéias sobre a materialidade em sua relação com a falsa consciência postulada por Feuerbach, consolidará uma teoria da falsa consciência histórica e materialista (Rouanet, 1990).

Nessa teoria, a problemática da alienação não é abandonada, mas deixa de ocupar o lugar central. Segundo Rouanet (1990), esse lugar passa a ser ocupado pelas condições que geram uma consciência correspondente e conseqüentes falsas

representações que não podem mais ser refutadas no plano do pensamento, mas somente com a transformação dessas condições:

Toda consciência, adequada ou não, é um produto da prática material dos homens. Ela é a forma pela qual eles representam suas condições de existência. O homem começa a distinguir-se do animal quando produz seus meios de vida material, e com eles, suas instituições sociais e políticas. Ao mesmo tempo, reflete em sua consciência, o ser material por ele produzido, em interação com a natureza. (Rouanet, 1990, p. 85).

Ou seja, se a consciência é desde o início um produto social, não é mais a consciência que determina a vida, mas pelo contrário, é a vida que determina a consciência, para Marx, nesse período. E dessa forma, temos que a consciência, enquanto reflexo das condições materiais de existência historicamente determinadas, “será falsa ou verdadeira quando representar de forma adequada ou inadequada essas condições, e tanto sua verdade como sua falsidade são socialmente necessárias, isto é, encontram suas raízes nessa mesma realidade material” (Rouanet, 1990, p. 85).

Na realidade dominada pela propriedade privada e pela exploração de uma classe por outra, as representações produzidas pela consciência são sempre falsas. E aqui podemos falar da ideologia, como campo dessas falsas representações ocorrendo de forma sistemática, originado historicamente com a divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho material: “são falsas representações geradas por uma realidade em si falsa, uma inversão engendrada por uma realidade invertida, uma compensação imaginária para limitações reais” (Rouanet, 1990, p. 86). Ou seja, as ilusões construídas pela ideologia – um falso saber sobre a realidade – são parte dessa mesma realidade e só podem ser dissipadas por uma refutação prática.

Rouanet (1990) ao analisar as duas primeiras fases da teoria marxista da falsa consciência que acabamos de apresentar brevemente, avalia:

Na primeira e na segunda fase, a falsa consciência é concebida como o não-saber de um sujeito: quanto às estruturas da alienação, ou quanto às suas condições materiais de existência. Sem dúvida, as ilusões da consciência são referidas a uma realidade externa à consciência. Ela é alienada e impede o sujeito de se reconhecer nos seus objetos; ela é contraditória, baseada na propriedade privada e na expropriação de uma classe por outra, e obriga o sujeito a percebê-la como numa “câmara escura”, em que ela aparece, não como produtora da consciência, mas como produto da consciência. Mas num e noutro caso, existe a presunção de que esse não-saber é inerente ao sujeito, de que ele é contingente, podendo ser removido pela crítica (período neo-hegeliano) ou pela história, e pela ciência da história (*A Ideologia Alemã*) e de que o sujeito, uma vez dissipada a ilusão, terá acesso a uma realidade em si mesma não contraditória. (Rouanet, 1990, p. 89).

Será somente na terceira fase do pensamento marxista, a partir da teoria do fetichismo presente em *O Capital*, que a perspectiva de Marx sobre a falsa consciência, se direcionará para a compreensão de que a ilusão não estaria situada no sujeito, mas seria a própria forma de funcionamento da realidade, em que a ilusão passa a ser um fator constitutivo e não mais apenas um de seus fenômenos. A ilusão deixa de ser um fato da consciência para passar a ser um fato social.

A concepção do fetichismo, “propriedade necessária que têm as relações sociais do capitalismo de se manifestarem numa forma objetiva em que elas se tornam invisíveis” (Rouanet, 1990, p. 89), aponta para o fato de que na sociedade capitalista as relações sociais se concretizam numa forma aparente que é o oposto de sua forma real. Mas essa forma ilusória é a única em que podem aparecer: “uma

ilusão, mas uma ilusão real” (Rouanet, 1990, p. 89). Para o autor, essa teoria, vem trazer consideráveis modificações no pensamento marxista sobre a falsa consciência.

Vejam os:

enquanto na fase antropológica do jovem Marx, e mesmo em sua fase de ruptura com a ideologia alemã, a ilusão podia ser removida no momento em que as verdadeiras estruturas do real fossem desvendadas, pela recondução dos fantasmas a seu substrato real – o homem, as relações materiais – na teoria do fetichismo a realidade não tem mais o poder de dissolver ilusões, porque elas são inerentes à própria realidade, e ao percebê-las em seu movimento aparente, o indivíduo as percebe em sua verdade, que consiste, justamente na forma não contingente com que as relações sociais se projetam e se anulam no espaço da aparência. (Rouanet, 1990, p. 89-90).

Se nas concepções anteriores, o indivíduo poderia perceber o movimento real oculto no movimento aparente, por meio da crítica ou da ciência da história, essa passagem deixa de ser possível depois da teoria do fetichismo, já que essa forma aparente é a única manifestação possível da realidade em uma sociedade capitalista e mesmo a descoberta científica de seu caráter ilusório, não permite a mudança na percepção. Nessa concepção, a falsa consciência passa a ser a percepção exata do real fetichizado:

a realidade não tem mais o poder de desmistificar, porque ela deixou de ser crítica, e passou a ser mistificada. Nas fases anteriores, ver a realidade como invertida era vê-la como ela não é; agora, vê-la como invertida é vê-la como ela efetivamente é. (Rouanet, 1990, p. 102),

o que importaria à ciência então, não mais o papel de fazer a crítica das ilusões, confrontando-as com a realidade, mas sim de fazer a crítica da própria realidade ilusória.

Para Rouanet (1990), chega-se então ao ápice do projeto de procurar a inteligibilidade da falsa consciência no espaço exterior à ela. Se nas fases anteriores do pensamento marxista, a falsa consciência era um processo de mistificação sobre a realidade, mesmo que determinado pela própria realidade, depois da teoria do fetichismo, em que a mistificação não está na consciência, mas na própria realidade, a consciência passa a ser totalmente excluída. E aqui a ideologia como discurso fetichista, passa a ser compreendida de outra maneira:

Ele é um discurso que adere à superfície do real, e o papel da consciência é simplesmente o de produzir um discurso segundo, que duplica o primeiro. A consciência não tem sequer o consolo de fornecer o palco em que a ideologia representa a sua comédia. Ela se limita a assistir a comédia encenada na própria superfície da realidade. (Rouanet, 1990, p. 104).

Assim, a teoria do fetichismo representa uma verdadeira guinada na concepção marxista da ideologia. Se nas formulações anteriores, ela era considerada como um epifenômeno das relações materiais, sem uma função histórica, a partir da teoria do fetichismo, em que a ideologia é um momento da realidade, mas sobretudo um momento necessário da realidade para a existência do capitalismo, ocorrem mudanças fundamentais no pensamento marxista:

O que muda, na teoria do fetichismo, é a concepção da ideologia como uma simples fantasmagoria subjetiva. Ela perde qualquer autonomia com relação ao real, mas por isso mesmo, confundindo-se com o real, passou a fazer parte dele,

como um aspecto necessário ao seu funcionamento. Na fase anterior, a ideologia não tinha nenhuma autonomia nem eficácia; agora ela continua não tendo autonomia, mas passa a ter eficácia. Restava dar um último passo e, admitir que essa ilusão podia ter um espaço próprio de atuação, desprendendo-se, dentro de certos limites, das estruturas materiais da sociedade. (Rouanet, 1990, p. 106).

Com este passo, dado segundo ao autor, por Engels em seus textos de velhice, nos aproximamos da quarta fase do pensamento marxista sobre a falsa consciência, em que ela passará a designar um não-saber como face subjetiva de um correspondente objetivo. A partir das formulações de Engels, começa a se articular a teoria dos Aparelhos Ideológicos do Estado, segundo Rouanet (1990) pois,

Tratava-se agora de dar conta de uma nova fase, em que a percepção do movimento aparente não é mais um produto espontâneo das estruturas materiais e, sim o produto de práticas ideologizadoras específicas, uma fase em que o capital deixou de acreditar na competência das relações de produção para se autodissimular, e confiou a tarefa de dissimulação a instâncias especializadas: a fase do capitalismo administrado, em que se tratava de abolir a contingência da percepção da mesma forma que fora abolida a contingência do mercado – pela eliminação do *laissez faire* (Rouanet, 1990, p. 106-107).

Segundo o autor, serão Gramsci e, posteriormente Althusser, os autores da reflexão sobre essa nova fase. Em seu pensamento, a manutenção do modo de produção não dependeria apenas do movimento das relações materiais ou do poder coercitivo do Estado, mas antes por uma política em que a classe dominante difunde uma concepção de mundo que, transformada em senso comum e generalizada, torna a dominação consensual.

Nessa perspectiva, o Estado recebe uma ampliação desde a leitura marxista, em que era o lugar da coerção e da violência, segundo Rouanet (1990): adquire na leitura de Gramsci, uma esfera constituída pela sociedade política, em que se concentra o poder coercitivo, e outra representada pela sociedade civil, onde a classe dominante exercerá seu poder pela ideologia “destinada a funcionar como o *cimento* de uma formação social” (p. 107). É nessa segunda esfera que se dá a tentativa da classe dominante, ao difundir a sua forma de apreensão da realidade e ao impor um código de conduta, de obter o consentimento da classe dominada.

O que pode ou não ser visto, pensado ou feito, é delimitado por um horizonte de visibilidade, por uma estrutura lógica e por um código de ação que derivam, em última instância, de um projeto hegemônico. Submetida, desde a infância, a uma estrutura familiar que a socializa para o mundo do trabalho, a um aparelho que a qualifica profissionalmente e lhe transmite os valores da classe dirigente, e a meios de comunicação de massa que a confirmam na inalterabilidade e naturalidade da ordem existente, a classe subalterna não tem outro recurso senão submeter-se às exigências do senso comum, sedimentação banalizada dos elementos destacados da ideologia hegemônica. (Rouanet, 1990, p. 107).

É dessa maneira, segundo o autor, que a última fase da reflexão sobre os segredos da falsa consciência no campo externo à ela, acaba por reaproximar-se da problemática interna, pois nessa concepção aparece revalorizado o desejo individual como determinante da percepção e da ação, pois são estes os alvos dos aparelhos ideológicos e mais ainda, na medida em que eles são objeto de uma pedagogia intencionada na produção de consciências necessárias ao processo de dominação. Mas aqui encontra um limite: essa reflexão não dispõe de instrumentos teóricos

capazes de responder sobre a forma como os elementos sociais e econômicos se traduzem em processos psíquicos, determinando a percepção:

Não tem os instrumentos para continuar a análise do projeto hegemônico, no plano, precisamente, em que essa hegemonia tem que realizar-se – o da consciência. Segundo que processos, de acordo com que ritmos, dentro de que contextos interativos, o indivíduo se sujeita ao senso comum dominante? Que forças são mobilizadas para que o sistema social seja introjetado como opacidade cognitiva, (...) como proibição de pensar certos conteúdos, de ultrapassar um certo horizonte de visibilidade, de estabelecer certas conexões? Se o consenso, enquanto cimento de uma formação social, não depende de uma adesão puramente intelectual à ideologia hegemônica, que outras forças estariam em jogo? (Rouanet, 1990, p. 115).

Para o autor, seria o advento do freudismo, o responsável por permitir aproximações à estas perguntas, constituindo-se uma via de acesso privilegiada ao lugar onde se travam as batalhas decisivas, território onde estão em atuação “os mecanismos que levam o indivíduo a deixar de ver o que deve ser visto, a submeter-se ao poder achando que está exercendo sua liberdade; em que a presença do social não é uma exterioridade, mas uma imanência constitutiva” (Rouanet, 1990, p. 115).

A psicanálise surge, aos olhos do autor, como aquela que torna possível estudar o movimento pelo qual a realidade externa deforma a consciência, impulsiona o pensamento em determinada direção, administra o imaginário mas, também “os dinamismos pelos quais a razão pode libertar-se de suas heteronomias, e o indivíduo pode recuperar a capacidade de agir e interagir politicamente, além dos condicionamentos internos e externos” (Rouanet, 1990, p. 116). É nesse período da

tradição de pensamento que busca compreender o cativo da razão, que encontraremos Reich.

3.1.1.3. O freudo-marxismo

Até aqui, vimos como *Psicologia de Massa do Fascismo* aproxima-se de uma temática relacionada à interrogação sobre a servidão voluntária e acompanhamos uma tradição de pensamento que investiga o problema da falsa consciência, especificamente tendo sua gênese atribuída ao espaço da sociedade, da qual o pensamento reichiano também herda algumas concepções. Mas é especificamente na tentativa de superar os limites da reflexão sobre a falsa consciência, em sua relação com o espaço externo, que encontraremos sua maior proximidade às idéias de Reich, sobretudo àquelas expressas em *Psicologia de Massa do Fascismo*.

Segundo Rouanet (1990), a primeira tentativa de compreensão das estruturas psicológicas da falsa consciência foi empreendida pelo freudo-marxismo alemão nos anos 20 e 30, do qual fizeram parte autores como Barbara Landos, Fenichel, Alexander, Fromm, Bernfeld e do qual Reich foi um dos maiores expoentes, concretizando em sua produção do período toda uma atmosfera intelectual, constituída pelas idéias desses outros autores, em publicações e manifestações esparsas. Portanto, acreditamos ser esta filiação ao freudo-marxismo, um dos elementos fundamentais na contextualização de *Psicologia de Massa do Fascismo*.

Em tal movimento, uma das primeiras tentativas de articular as idéias de Freud e as idéias de Marx, pode-se notar uma estreita relação com os acontecimentos políticos e históricos do período, ao estabelecer-se sobre algumas perguntas

fundamentais deles derivadas. Além disso, configura-se por uma produção que guarda características teóricas e temáticas comuns.

Para Rouanet (1989), os dois grandes marcos teóricos que se ofereciam como cenário do freudo-marxismo eram a Revolução soviética de 1917 e ascensão de Hitler ao poder em 1933 na Alemanha. Embora estes acontecimentos fossem radicalmente distintos, guardariam entre si uma forte semelhança, fator que impulsionaria todo o movimento freudo-marxista: em ambos os episódios, teria sido preponderante o chamado *fator subjetivo da história*, isto é, apenas as condições objetivas não seriam suficientes para a compreensão do curso dos acontecimentos políticos:

Na União Soviética, a importância desse fator foi ressaltada pelo mero fato de que a revolução tenha sido possível, apesar do atraso econômico do país e da importância relativamente reduzida de seu proletariado. (...) Na Alemanha as tendências contra-revolucionárias se acentuavam, e isto apesar de constelações aparentemente ideais para a maturação do processo político: país altamente industrializado, com um proletariado numeroso e com grande experiência de luta, por um lado, e por outro uma conjuntura econômica desfavorável – primeiro a inflação e depois a crise de 1929 – que impelia esse proletariado para uma pauperização crescente. *Como explicar, então, o fato de que parcelas cada vez maiores da classe operária assumiam posições conservadoras?* [grifos meus]. (Rouanet, 1989, p. 14).

Nesses dois países, embora de maneira diversa, o que chamava a atenção era a não correspondência entre os fatores objetivos e subjetivos, sendo este último decisivo. Na União Soviética, o fator subjetivo que poderia ser considerado como responsável pelo avanço da consciência em relação à uma situação histórica imatura,

não exigia grandes discussões, pois o resultado era positivo para classe operária, que teria agido a favor de seus interesses.

Já na Alemanha, a situação era oposta e esta sim, impulsionava tentativas de compreensão. Mesmo com a presença de todos os fatores previstos como antecedentes à revolução socialista, a classe operária parecia agir contra seus interesses, votando em Hindenburg em 1925 e posteriormente assegurando a vitória de Hitler. Se a esquerda alemã estava em interrogação a respeito da guinada à direita da consciência da classe operária, quando se esperava o contrário, suas justificativas e suas tentativas de contrapropaganda pareciam ser ineficientes.

A explicação que surgia então, era baseada em um processo de ideologização burguesa da classe operária, que tornava a sua consciência impermeável à propaganda marxista e, por outro lado, solo fértil para receber as idéias nazi-fascistas. Mas ainda assim, a compreensão de como esse processo se operava, de onde surgiria tal força da ideologia, tornando-a capaz de ocultar a prova da realidade miserável do ponto de vista econômico, as contradições presentes no projeto político de Hitler e negar as idéias revolucionárias, permanecia obscura.

É na concepção de que as escolhas da classe operária nestas circunstâncias seriam da ordem do irracional, que os intelectuais de esquerda podem encontrar na psicanálise uma possível saída para o problema, já que à época, era esse o corpo de conhecimentos que oferecia instrumentos para a investigação do funcionamento psíquico, logo, de fatores irracionais.

Segundo Rouanet (1989), iniciou-se a produção desde 1919 de uma vasta literatura que abordava a questão da ideologia e dos processos afetivos que lhe

confeririam a sua força, inacessíveis às argumentações racionais. Mas o autor aponta para uma mudança significativa no desenvolvimento das idéias freudo-marxistas, de início bastante livres. Se o conteúdo do pensamento freudo-marxista permaneceu ao longo das duas décadas na investigação de quais categorias psicanalíticas permitiriam compreender a força da ideologia, capaz de levar a classe operária a agir contra seus interesses objetivos, sua forma teria se alterado depois da morte de Lenin.

Ou seja, o movimento freudo-marxista, segundo o autor, foi afetado pelas mudanças que sucederam em relação às experiências culturais na União Soviética. Na primeira fase da revolução – a fase da revolução cultural – havia muita simpatia pela psicanálise, na missão adotada pelo Estado soviético de produzir um homem novo e de criar condições de vida novas. Era a época das mudanças na educação, por exemplo das experiências de Vera Schmidt em constituir uma proposta educacional em bases psicanalíticas²³, da liberalização sexual, das mudanças na organização da família, da religião. Segundo Rouanet (1989), nessa época foram traduzidas para o russo as obras de Freud e foram montados diversos consultórios de psicanálise em Moscou. Mas após a morte de Lenin, se encerram as experiências culturais:

A psicanálise foi banida, substituída inteiramente pela reflexologia de Pavlov. O marxismo transformou-se em religião de Estado – o “marxismo soviético”. (...) O materialismo dialético era a metodologia científica geral, a dialética da natureza, a metodologia das ciências naturais (nas quais se incluía a psicologia) e o materialismo histórico, a ciência das formações sociais específicas. (...) Ao incluir o marxismo entre as ciências naturais, anula seu potencial subversivo. E no mesmo movimento em que exorciza o marxismo enquanto teoria crítica,

²³ Reich visita a União Soviética nesse período e conhece as experiências de Vera Schmidt, posteriormente comentadas por ele em CONSELHO CENTRAL DOS JARDINS DA INFÂNCIA SOCIALISTAS DE BERLIM; SCHIMDT, V.; REICH, W. (1975) *Elementos para uma pedagogia anti-autoritária*. Porto: Escorpião.

exorciza a psicanálise – ideologia “burguesa” – que não se enquadra, como a reflexologia, no universo estático das ciências naturais. (Rouanet, 1989, p. 16).

Essa nova direção, segundo o autor, exportada pela III Internacional, passa a deflagrar ataques violentos à teoria psicanalítica e irá encontrar os freudo-marxistas alemães que estavam ocupados em encontrar respostas na subjetividade para a derrota do movimento operário, apostando exatamente no potencial crítico tanto da psicanálise, quanto do marxismo. Para Rouanet (1989), a posição tomada por esse movimento foi a de evitar um choque frontal com os partidários da III Internacional, mas defendendo a psicanálise dos ataques deferidos por eles, demonstrando que a psicanálise não se aproximava do idealismo burguês, e que poderia ser incluída no campo das ciências naturais.

É à essa circunstância que o autor atribui a gênese de um dos grandes temas do freudo-marxismo: a tentativa de naturalizar a psicanálise e incluí-la no campo das ciências naturais. Mas mesmo assim, Rouanet (1989), acredita ser possível identificar que o cientificismo positivista, assumido pelo freudo-marxismo era uma fachada, “pois a intenção básica não é a de construir a psicanálise como ciência, mas a de utilizá-la em sua dimensão crítica, associando-a ao marxismo, concebido, essencialmente, como crítica da ideologia” (Rouanet, 1989, p. 18).

Se conviviam nessa atmosfera a tentativa de demonstrar o caráter científico tanto da psicanálise, quanto do marxismo, com a tentativa de recorrer ao caráter crítico desses saberes, parece ter sido preponderante o tom de crítica. Crítica efetuada ao marxismo ortodoxo através da psicanálise e, crítica da psicanálise através do marxismo:

Relativização da psicanálise pelo marxismo, relativização do marxismo pela psicanálise, relativização do marxismo pelo próprio marxismo, e da psicanálise pela própria psicanálise – o período 1920-1934 autoriza todas as combinatórias. O importante é utilizar a “arma da crítica”, qualquer que seja a sua estrutura, como instrumento capaz de desmistificar a ideologia e dissolver seus efeitos sobre as consciências. (Rouanet, 1989, p. 21).

Nesse cenário, a pergunta fundamental continuava sendo insistentemente colocada: como a classe operária pode optar por aqueles que são responsáveis por sua opressão? Como pode a maioria da população agir contra seus interesses? A resposta estaria no processo de ideologização e sua interiorização no psiquismo. A ideologia se enraíza no processo de socialização, a partir da repressão pulsional imposta pela família na primeira infância e é solidificada por outras instâncias ideologizadoras no curso do desenvolvimento da personalidade.

Ou seja, a repressão que se dá nas várias fases do desenvolvimento psicosssexual é acompanhada da interiorização dos valores morais e éticos correspondentes às normas sociais vigentes. Um dos momentos decisivos nesse processo seria a passagem pelo conflito edípico, que supõe por um lado a renúncia à mãe como objeto de amor e, por outro, a identificação com o pai. Escreve Rouanet (1989):

Com a incorporação do Pai incorpora-se, ao mesmo tempo, o sistema de valores que o Pai encarnava. Constitui-se o Superego. A partir desse momento, a autoridade se internaliza. A força externa se torna desnecessária. Como os valores do Pai são os valores da ordem social, deixa de haver contradição entre os objetivos do sistema de poder e os impulsos do indivíduo. A ideologia se torna intrapsíquica. Está concluído o longo processo de penetração da ideologia nas consciências individuais. (Rouanet, 1989, p. 24).

E nesse processo, fica claro o papel central que ocupa a repressão da sexualidade na ideologização, tornando os indivíduos vulneráveis. É ela que, inibindo a libido e impedindo a satisfação, obriga o sujeito à satisfações neuróticas substitutivas, que obriga um alto investimento de energia no aparelho psíquico para a manutenção do represamento pulsional, deixando o Ego enfraquecido para administrar os conflitos com o mundo exterior, incapaz de criticar a ideologia e, finalmente, é ela a responsável pela criação da instância interna que permite a introjeção dos valores da cultura. De fato, é na obra de Reich que encontraremos essas idéias desenvolvidas extensamente e são esses elementos que passaremos a apresentar.

3.1.2. Antecedentes teóricos: *contextos internos*

Ao escrever *Psicologia de Massa do Fascismo*, Reich pautará sua análise no acúmulo conceitual e nas observações adquiridos durante sua intensa atividade na década de 20. Assim, para a compreensão desta análise, devemos ter em mente algumas das leituras de Reich e qual o arcabouço teórico que lhe servirá de referencial.

Como dissemos, em *Psicologia de Massa do Fascismo*, Reich desenvolverá tanto uma análise da participação dos processos psíquicos na determinação dos acontecimentos sociais e políticos, quanto uma análise, no sujeito, das contribuições dos elementos socioculturais em sua constituição. É de fundamental importância pois, conhecer como Reich àquela época concebia tanto o funcionamento do sujeito

psíquico, organizando conceitualmente sua psicologia, quanto o funcionamento e organização da sociedade a partir de suas concepções sociológicas.

Em relação às suas concepções sociológicas, esperamos ter demonstrado no tópico anterior que as idéias de Reich podem ser inseridas em uma tradição de pensamento que se caracteriza pela luta contra a servidão voluntária do homem e que, no tempo de *Psicologia de Massa do Fascismo*, alinhava-se à uma concepção marxista da sociedade, embora dialogasse de maneira crítica com as idéias de Marx e principalmente com a tendência estalinista presente no movimento socialista da época, como teremos oportunidade de acompanhar no próximo capítulo.

Além dos conceitos fundamentais da psicanálise, como o pressuposto da existência de processos psíquicos inconscientes, a teoria do recalçamento, a consideração da sexualidade, o Complexo de Édipo²⁴ e a idéia de que as instâncias morais no homem derivam das medidas de educação dos pais e dos seus representantes na primeira infância, Reich irá recorrer a duas concepções originalmente suas: a teoria da genitalidade, também chamada de teoria do orgasmo, e a teoria do caráter, que apresentaremos de modo sucinto a seguir.

Apesar de tomarmos essas duas construções teóricas separadamente em nossa exposição, é de fundamental importância salientar que suas teorizações no período possuem estreita relação interna, chegando mesmo a ser complementares. Ler os textos reichianos que tratam desses temas assemelha-se à experiência de ver por um

²⁴ Reich dedicou vários trabalhos à investigação sobre a universalidade do Complexo de Édipo, como *A irrupção da moral sexual repressiva* e *A revolução sexual*, em que desloca o problema edípico para a estruturação da família patriarcal capitalista, acreditando que se modificações nesta organização fossem empreendidas, os processos edípicos deixariam de ser observados, da forma como formulados por Freud. Mas não se pode dizer que Reich teria negado o Complexo de Édipo, mas sim questionado sua universalidade para outras organizações sociais e históricas.

caleidoscópio, em que as mesmas peças conceituais e as mesmas leituras sociológicas, podem se articular de várias maneiras e produzir diferentes figuras.

Psicologia de Massa do Fascismo parece- nos uma dessas imagens, da mesma forma que *Análise do Caráter* também trará discussões sobre a genitalidade e sobre os problemas da cultura e da sociedade, o que também acontecerá com *A função do orgasmo*, trabalho que conterà a discussão sobre a estrutura de personalidade e o problema da cultura ao abordar especificamente a genitalidade. Portanto, nossa apresentação atenderá apenas a um critério organizativo para o estudo, procurando acompanhar o desenvolvimento dessas teorizações.

3.1.2.1. Sobre a teoria da genitalidade

Esta teoria surge, como dissemos, no momento em que Reich estava atento ao problema da etiologia das neuroses. Na atividade clínica, sobretudo na Clínica Psicanalítica de Viena, em que pôde ter contato com a magnitude dos problemas de saúde pública, percebe uma possível relação entre sintomas neuróticos e comprometimentos de ordem sexual, a partir das queixas trazidas pelos pacientes.

Escreve um artigo em 1924 – *Sobre a genitalidade do ponto de vista do prognóstico e da terapêutica psicanalítica* (Reich, 1924/1975) - em que afirmava, baseado em seus atendimentos, que as dificuldades de satisfação genital dos adultos constituem o sintoma básico da neurose e supunha que o prognóstico de um paciente adulto deveria ser calcado em uma avaliação de sua função genital.

Suas afirmações foram duramente criticadas pela platéia que assistiu à apresentação deste trabalho na Sociedade Psicanalítica de Viena, sob o argumento usado pelos psicanalistas de que havia pessoas neuróticas sem perturbação genital, crítica que Reich compartilhava por ter também pacientes que não pareciam apresentar qualquer perturbação genital (Reich, 1942/1994, p. 91).

Sob essa suspeita, chama a atenção de Reich o que se compreendia por saúde genital, já que “um homem era considerado ‘potente’ quando era capaz de realizar o ato sexual. Era considerado ‘muito potente’ quando podia realizá-lo várias vezes ao longo de uma mesma noite” (Reich, 1942/1994, p. 91) ou ainda:

A objeção de que há neuróticos genitalmente são impeliu-me a examinar de perto a “saúde genital”. Por mais que pareça incrível, a pura verdade é que uma análise precisa do comportamento genital, além das frases nada explicativas “dormi com uma mulher” ou “dormi com um homem”, era absolutamente proibida na psicanálise. Levei mais de dois anos para livrar-me completamente dessa reserva delicada e descobrir que as pessoas confundem o ato sexual puramente animal com a posse amorosa. (Reich, 1942/1994, p. 92).

Reich irá realizar investigações com seus pacientes, tanto os particulares quanto os da Clínica Psicanalítica e chegar à conclusão de que há uma diferença entre a existência de comportamento sexual e efetiva satisfação, desenvolvendo um de seus conceitos centrais – o conceito de *potência orgástica* – apresentado em suas formulações iniciais no trabalho *Observações complementares sobre a importância terapêutica da libido genital* (Reich, 1925/1975). Vejamos como o autor o descreve posteriormente em *A função do orgasmo*:

Até 1923, ano em que nasceu a teoria do orgasmo, apenas as potências ejaculativa e eretiva eram conhecidas da sexologia e dos psicanalistas. Sem a inclusão dos componentes funcionais, econômicos e experimentais, o conceito de potência sexual não teria existido. Potência eretiva e ejaculação eram apenas pré-condições indispensáveis da potência orgástica. *Potência orgástica é a capacidade de abandonar-se, livre de quaisquer inibições, ao fluxo de energia biológica; a capacidade de descarregar completamente a excitação sexual reprimida, por meio de involuntárias e agradáveis convulsões do corpo* [grifos dos autor]. (Reich, 1942/1994, p. 94).

Este conceito passa a dar sustentação para sua afirmação e observação anteriores de que havia uma relação estrita entre perturbação genital e adoecimento neurótico, já que seria possível encontrar neuróticos capazes de comportamento sexual, mas “nenhum único neurótico é orgasticamente potente, e as estruturas de caráter da esmagadora maioria dos homens e das mulheres são neuróticas” (Reich, 1942/1994, p. 94).

Albertini (1994) sugere que o conceito de potência orgástica não seja avaliado isoladamente, como se deve fazer em qualquer outra teoria. O autor considera que o sentido que este conceito assume no conjunto teórico que Reich progressivamente constrói seria de, ao mesmo tempo, significar uma expressão de saúde e também um fator fundamental para a sua manutenção.

Segundo Albertini (1994), o conceito de potência orgástica assumiria o significado de expressão de saúde ao estar associado ao entendimento reichiano de que o orgasmo genital representa uma função biológica natural. O autor afirma:

Nesse sentido, pode-se dizer que o conceito de potência orgástica, busca simplesmente descrever a realização de uma capacidade do ser vivo, presente também no homem. O que permite concluir que o seu inverso, a impotência orgástica, é sinal de que o potencial de capacidades não está se realizando. (Albertini, 1994, p. 36).

Sobre o segundo significado do conceito de potência orgástica, ou seja, um fator fundamental para a manutenção de um estado saudável, o autor avalia estar calcado na compreensão de Reich de que no adulto, somente o orgasmo genital seria capaz de descarregar quantidade suficiente de energia sexual que, de outra forma, seria canalizada para a formação de sintomas (Albertini, 1994).

Mas para que possamos acompanhar o desenvolvimento dessas idéias é necessário que voltemos à construção da teoria da genitalidade. Reich, tomando como base o ponto de vista econômico da psicanálise, isto é, aquele que se “refere à hipótese de que os processos psíquicos consistem na circulação e repartição de uma energia quantificável (energia pulsional), isto é, suscetível de aumento, de diminuição, de equivalências” (Laplanche; Pontalis, 1995, p. 121) e a hipótese do desenvolvimento psicosssexual, passa a redimensionar o papel da sexualidade no adulto.

Para ele, na vida adulta, seria esperado que o sujeito saudável estivesse sob o primado da genitalidade, tanto em termos de funcionamento psíquico, como tendo nos genitais a zona erógena primordial. Seria para os genitais que a energia libidinal convergiria e seria na genitalidade que essa energia deveria ser descarregada, de modo similar ao que deveria acontecer em outras fases do desenvolvimento e suas respectivas zonas erógenas. Ou seja, aqui está presente a concepção de que para

qualquer fase do desenvolvimento libidinal, o modelo de acúmulo (estase energética) e descarga de energia irá determinar a ocorrência ou não de um adoecimento (Albertini, 1994).

Reich parte do pressuposto freudiano de que *a neurose seria o resultado do conflito entre a libido e um impedimento externo para a sua descarga* (Freud, 1908/1974). Lembremos que sob o ponto de vista econômico na psicanálise freudiana, a libido seria a energia postulada como o substrato das transformações da pulsão sexual, quanto ao objeto, quanto à meta e quanto à fonte de excitação e na medida em que a pulsão sexual está localizada no limite psicossomático, a libido seria seu aspecto psíquico (Laplanche; Pontalis, 1995).

E como tal, a libido também se caracteriza por uma pressão em direção a uma meta, um impulso. Em Freud no início de sua obra, teríamos a noção de que a libido sempre irá se deslocar em direção à descarga. Se há o impedimento, a energia libidinal continuará no psiquismo em estase e alimentará a formação de sintomas neuróticos.

Sobre a concepção reichiana acerca da origem da neurose, nunca é demais ressaltar que esta leitura prioriza os fatores quantitativos e energéticos do funcionamento psíquico postulados por Freud. Dissemos acima que Reich assumia o pressuposto psicanalítico da existência do inconsciente e reconhecia os processos de recalçamento que na teoria psicanalítica têm como alvo preferencial de ação as pulsões sexuais e, em decorrência, papel significativo no conflito psíquico.

Todavia, atentemos para o fato de que o recalque é a “operação pela qual o sujeito procura repelir ou manter no inconsciente representações (pensamentos,

imagens, recordações) ligadas a uma pulsão” (Laplanche; Pontalis, 1995) entrando em ação quando a satisfação da pulsão ameaçaria provocar desprazer em face de outras exigências, como por exemplo, da proibição do incesto. O que está em discussão aqui é o fato de que o recalçamento irá agir sobre as *representações*, mas não sobre a energia libidinal, que procurará uma saída na economia psíquica, como mostra Freud:

A meu ver, a satisfação sexual é a melhor proteção contra a ameaça que as disposições inatas anormais ou os distúrbios do desenvolvimento constituem para uma vida sexual normal. Quanto maior a disposição de um indivíduo para a neurose, menos ele tolerará a abstinência. Os instintos [pulsões] cujo desenvolvimento normal foi coibido (...) tornam-se ainda mais indomáveis, e mesmo os indivíduos que conservariam a saúde sob as exigências do segundo estágio cultural mergulharão em grande número na neurose, pois o valor psíquico da satisfação sexual cresce com a sua frustração. A libido represada torna-se capaz de perceber os pontos fracos raramente ausentes da estrutura da vida sexual, e por ali abre caminho obtendo uma satisfação substitutiva neurótica na forma de sintomas patológicos. (Freud, 1908/1974, p. 198-199).

Sabemos também que os outros destinos das pulsões sexuais em relação à sua satisfação seriam a sublimação, isto é uma mudança em seu objetivo, ou a fantasia, isto é, uma mudança em relação ao objeto. Outro ponto importante, nesse sentido, é que para Reich a libido genital não poderia ser sublimada, necessitando de um *quantum* de descarga direta, concepção também derivada das primeiras formulações freudianas ao se referir sobre a sublimação como deslocamento de meta e desvio de função da pulsão sexual:

Entretanto, não é possível ampliar indefinidamente esse processo de deslocamento, da mesma forma que em nossas máquinas não é possível

transformar todo o calor em energia mecânica. Para a grande maioria das organizações parece ser indispensável uma certa quantidade de satisfação sexual direta, e qualquer restrição dessa quantidade, que varia de indivíduo para indivíduo, acarreta fenômenos que, devido aos prejuízos funcionais e ao seu caráter de desprazer, devem ser considerados como uma doença. (Freud, 1908/1974, p.193-194).

Assim, a partir das formulações freudianas e da compreensão de que no adulto seria esperado no desenvolvimento normal a primazia da genitalidade, temos para Reich que a neurose seria o resultado do conflito entre a energia libidinal genital e uma instância repressora, impeditiva da plena descarga dessa energia através da sexualidade, ou mais precisamente do orgasmo genital.

A impossibilidade de descarga, leva à estase de energia, ao represamento pulsional e à formação da angústia, interferindo na vida do sujeito de forma geral, promovendo ações também neurotizadas na coletividade. Essa instância impeditiva, responsável em última análise pelo desequilíbrio psíquico, passa a ser cada vez mais localizada por Reich na moral cultural repressora da sexualidade, assim como fora por Freud em *Doença Nervosa Moderna e Moral Sexual Civilizada*:

Quem penetrar nos determinantes das doenças nervosas cedo ficará convencido de que o incremento dessas doenças em nossa sociedade provém da intensificação das restrições sexuais. [grifos meus] (Freud, 1908/1974, p.198-199).

Vimos que Reich ao se deparar com o problema da alta incidência do adoecimento neurótico na população, parte em busca do entendimento sobre sua etiologia e das formas de prevenção. A teoria da genitalidade, fundamentada nas

idéias de Freud, é a chave que nos permite compreender o empenho de Reich nos trabalhos de orientação sexual e de crítica da moral vigente em relação à sexualidade que passam a ocupar um papel central na direção da profilaxia da neurose.

Ainda nesse sentido, Reich dirá que a forma como se deu o desenvolvimento anterior do sujeito, ou seja, a história de sua passagem pela sexualidade infantil, contribuirá ou não para a neurose, justificando também seu interesse pela educação no período:

O conflito psíquico central é a relação sexual entre a criança e os pais. Está presente em toda neurose. É o armazém histórico da experiência, de que se alimenta o conteúdo da neurose. Todas as fantasias neuróticas podem ser reduzidas à primeira vinculação sexual das crianças com os pais. (Reich, 1942/1994, p.103).

Ou seja, a repressão²⁵ precoce da sexualidade infantil nas pulsões parciais, poderá levar a fixações na sexualidade pré genital e, conseqüentemente, trará também as marcas deste funcionamento:

As dinâmicas da sexualidade pré-genital (oral, anal, muscular, etc.) são fundamentalmente diferentes das dinâmicas da sexualidade genital. Se as atividades sexuais não-genitais são reprimidas, a função genital se torna perturbada. Essa perturbação provoca fantasias e ações pré-genitais. As fantasias e atividades sexuais pré-genitais que encontramos nas neuroses e perversões, são não apenas a causa das perturbações genitais mas, de qualquer forma, também o resultado dessa perturbação. (Reich, 1942/1994, p. 103).

²⁵ Devido aos problemas de tradução do texto freudiano em relação aos conceitos de *recalque* e *repressão* e à utilização por Reich do termo *repressão* no sentido de cerceamento moral da sexualidade, optamos por usar o termo *recalque* ao nos referirmos ao mecanismo de defesa freudiano e *repressão* ao nos referirmos ao “conjunto de interdições, permissões,

Reich postula que apenas as pulsões pré-genitais e agressivas é que poderiam ser sublimadas e deveriam ser. Mas no desenvolvimento não saudável, sem a possibilidade da descarga energética da libido genital, decorre que os impulsos parciais e a agressividade também não podem ser sublimados e passam a imperar. Segundo o autor, “esses critérios e observações constituem o fundamento da distinção, que fiz em 1936 entre impulsos naturais e secundários” (Reich, 1942/1994, p. 103) em que irá diferenciar a agressividade, um impulso natural, de destrutividade, impulso secundário resultante da frustração da libido e de fixações nas pulsões pré-genitais.

3.1.2.2. Sobre a teoria do caráter

Outro pilar do pensamento reichiano que vem complementar a teoria do orgasmo, desenvolvido contemporaneamente às formulações sobre a genitalidade, fundamental na investigação sobre a ideologia em *Psicologia de Massa do Fascismo* é o desenvolvimento da noção de caráter.

A teoria do caráter é fruto do envolvimento de Reich com as questões da técnica psicanalítica que, como vimos, foi um interesse do autor desde sua entrada no movimento psicanalítico, ao lado de suas preocupações em encontrar possíveis fatores patogênicos e buscar meios de prevenir o adoecimento. Ao mesmo tempo em que se dedicava à clínica, participava ativamente do Seminário de Técnica Psicanalítica, (dirigido por Reich durante seis anos) em que os casos mal sucedidos

normas, valores, regras estabelecidos histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade” (Chauí, 1991, p. 09) .

permeavam a discussão e em que muitas vezes o fracasso da análise era atribuído somente à resistência do paciente, limite para a ação do psicanalista.

Reich irá se interrogar sobre este impedimento à análise de alguns casos, questionando se as causas desses tratamentos mal sucedidos não estariam relacionadas à ineficiência da técnica psicanalítica em lidar com as resistências do paciente, sobretudo aquelas expressas na transferência negativa em relação ao analista. Publica em 1927 *Sobre a técnica de interpretação e análise das resistências* e em 1928 *Sobre a técnica de análise do caráter*, artigos que inauguram o desenvolvimento de uma teoria da técnica psicanalítica por Reich, ocupado em que estava por propor diretrizes básicas para as intervenções terapêuticas, pois “como a prática psicanalítica não estava de acordo com a teoria psicanalítica” (Reich, 1942/1994, p. 110), havia um descompasso entre as sofisticadas formulações no plano teórico e a correspondência rudimentar com os instrumentos para lidar com elas no interior do processo analítico.

Nota-se no desenvolvimento da teoria da técnica, segundo Albertini (1994), também o desdobramento das idéias de Reich sobre as patologias, iniciado em seu livro de 1925 *O caráter impulsivo*, em que o autor já apontava para uma perspectiva de análise para além dos sintomas, empregando um enfoque globalizante da personalidade e buscando compreender a estrutura neurótica.

É nessa direção que irá publicar mais dois artigos *O caráter genital e o caráter neurótico* em 1929 e *As fobias infantis e a formação do caráter* em 1930, reunidos aos dois trabalhos anteriores sobre a técnica terapêutica em 1933, no livro *Análise do*

*Caráter*²⁶. Essa publicação tem uma forte vocação técnica, ao propor uma terapêutica, mas também irá apresentar conceitos relacionados a uma teoria de personalidade ao desenhar a formação do caráter.

Vale lembrar que à essa época Reich já contava com a teoria da genitalidade, o que provocava algumas demandas à técnica analítica:

Com base em diversas observações clínicas, eu havia formulado uma hipótese sobre a terapia da neurose. Alcançar, na prática, a meta almejada requeria considerável experiência técnica. Era como uma difícil caminhada em direção a um alvo definido que, claramente visível, parecia afastar-se mais e mais a cada passo. Se a experiência clínica por um lado confirmava repetidas vezes que as neuroses se curavam rapidamente quando a satisfação genital se tornava possível, por outro lado revelava que eram tanto mais difíceis os casos em que a satisfação não era (ou era inadequadamente) conseguida. Isso estimulava a um estudo consciencioso dos obstáculos e das muitas etapas até o alcance do objetivo. (...) a teoria do orgasmo na terapia das neuroses se tornou, aos poucos, cada vez mais ligada ao desenvolvimento da técnica de análise do caráter. Em poucos anos, tornaram-se em uma unidade inseparável. (Reich, 1942/1994, p. 111).

Dessa maneira, Reich realiza em *Análise do Caráter* inicialmente uma apresentação e problematização da técnica psicanalítica procurando propor soluções aos impasses encontrados. Partindo do pressuposto de que as neuroses se originam do conflito entre as exigências pulsionais recalcadas e as forças do ego que as repelem e

²⁶ A noção de caráter foi sendo ampliada e revista por Reich ao longo de sua obra e o livro *Análise do caráter* ganhou artigos em suas reedições que contemplam estas transformações, como podemos verificar na edição brasileira. Estamos considerando aqui, em virtude de nossos objetivos, as formulações sobre caráter até 1933. Para uma discussão a respeito do desenvolvimento do conceito na obra reichiana, cf. OLIVEIRA e SILVA, J. R. (2001) *Sobre a conceituação de caráter no pensamento de Reich: problematização e perspectivas de entendimento*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da USP.

de que o sintoma neurótico é resultante do fracasso na dissolução desse conflito, Reich irá lembrar que, em termos de técnica analítica, a solução deveria passar pela “eliminação” do recalque, tornando consciente o conflito inconsciente (Reich, 1933/2001).

Dando continuidade à sua apresentação dos procedimentos analíticos, Reich irá citar a regra fundamental da psicanálise, isto é, a livre associação de pensamentos por parte do paciente, para que os contra-investimentos psíquicos que agem como censores rígidos contra a eclosão de impulsos inconscientes recalcados no ordenamento habitual do pensamento do paciente, possam ser eliminados e que, com a ajuda do analista, os vestígios do inconsciente sejam traduzidos na linguagem do consciente (Reich, 1933/2001).

Vejamos as dificuldades expostas por Reich no processo de tornar consciente o inconsciente pela interpretação do analista que desvela expressões ou restabelece relações rompidas pelo recalque:

Entretanto, a isso se opõe uma outra força, também inconsciente, o “contra-investimento” do ego, que torna difícil e às vezes impossível ao paciente seguir esta regra básica, e também alimenta a neurose por meio das instâncias morais. No tratamento analítico, essas forças apresentam-se como “resistências” à eliminação do recalque. Esta compreensão teórica dita uma regra básica posterior: tornar consciente o inconsciente não deve ser feito diretamente e, sim, pela quebra das resistências. Isso significa que o paciente precisa primeiro perceber porque está resistindo, depois como o faz e finalmente contra o quê. (Reich, 1933/2001, p. 18).

Há também um outro aspecto do funcionamento psíquico que pode atuar contrariamente ao progresso do tratamento analítico citado por Reich:

Os desejos e medos inconscientes e recalcados estão sempre procurando se liberar, ou, mais precisamente, buscando contato com pessoas e situações reais. A força propulsora mais importante desse comportamento é a libido insatisfeita; daí deve-se esperar que o paciente associe também suas exigências e temores inconscientes com o analista e a situação analítica. Disso resulta a “transferência”, isto é, o estabelecimento de relações com o analista que se traduzem em manifestações de ódio, amor ou medo. (...) o paciente tenta, na transferência, suplantando o trabalho explicativo da análise – por exemplo, satisfazendo as antigas exigências amorosas e impulsos de ódio que permaneceram insatisfeitos – ou recusa-se a tomar conhecimento dessas atitudes, a transferência transforma-se geralmente em resistência (...). (Reich, 1933/2001, p. 18-19).

Após essa exposição bastante didática a respeito do que se deveria esperar da técnica psicanalítica, supostamente praticada por todos os analistas a partir desse modelo, Reich irá apresentar aquilo que para ele seriam os problemas da técnica psicanalítica:

Sem dúvida, é bem sabido que o analista tem de quebrar as resistências e “administrar” as transferências, mas a maneira e a ocasião em que isso deve ocorrer, e o quão diferente sua abordagem deve ser na execução dessa tarefa em vários casos e situações, nunca foram discutidos sistematicamente. (Reich, 1933/2001, p. 19).

Como dissemos, um dos maiores problemas identificados por Reich em seu trabalho e na experiência do Seminário de Técnica Psicanalítica era encontrar uma

forma de lidar com as resistências e com a transferência negativa, além do fato de não haver uma sistematização dos procedimentos terapêuticos na psicanálise. Após uma extensa reflexão sobre a teoria psicanalítica e discussão de problemas oriundos da clínica desenvolvidos nos capítulos iniciais de *Análise do Caráter*, Reich irá propor uma análise sistemática de todas as formas de resistência, partindo da crítica de uma análise direcionada apenas para os sintomas isolados e na transferência positiva, deslizando a atitude do analista para uma postura mais ativa no tratamento e mais atenta à forma das manifestações do paciente: estava sendo apresentada sua proposta de análise, chamada de análise *do caráter*.

Este termo, já utilizado de maneira fragmentária pela psicanálise e pelo próprio Reich, assume agora outros significados. Acompanhamos em *Análise do caráter* como o desenvolvimento da técnica de análise e o estudo dos casos atendidos, ao tentar dar conta do problema das resistências, esbarra na necessidade de novas compreensões teóricas, como diz Reich na abertura da segunda parte do livro: “conseguimos resolver alguns dos problemas técnicos e defrontamos, nesse processo, com novas questões teóricas” (Reich, 1933/2001, p. 147). Vamos a elas.

Inicialmente, encontramos o termo caráter associado à resistência do paciente à análise, que se expressava de um modo repetido, demonstrando um modo típico de reagir daquele paciente à descoberta do inconsciente, o que por sua vez, abre a possibilidade de investigação do desenvolvimento dessa *forma*:

As causas das reações típicas de uma pessoa, no dia-a-dia e no tratamento, são as mesmas que não só determinaram a formação do caráter, em primeiro lugar, como também consolidaram e preservaram o modo de reação, desde que

este se estabelecera e se constituíra num mecanismo automático independente da vontade consciente. (Reich, 1933/2001, p. 150).

As observações de Reich aos poucos vão direcionando seu interesse para além do conteúdo das experiências e levando-o a investigar “o mecanismo e a gênese do modo de reação típico” (Reich, 1933/2001, p. 150), no sentido de compreender e explicar a *maneira como* alguém experencia e a *maneira como* os sintomas são produzidos, certo de que estava “abrindo o caminho para a compreensão do que poderia ser chamado de *a característica fundamental de uma personalidade*”. (Reich, 1933/2001, p. 151).

Nesse sentido, Reich passa a definir o conceito de caráter e a função de sua formação no desenvolvimento psíquico:

O caráter consiste numa mudança *crônica* do ego que se poderia descrever como um *enrijecimento*. Esse enrijecimento é a base real para que o modo de reação característico se torne crônico; sua finalidade é proteger o ego dos perigos internos e externos. Como uma formação protetora que se tornou crônica, merece a designação de “encouraçamento”, pois constitui claramente uma restrição à mobilidade psíquica da personalidade como um todo [grifos do autor]. (Reich, 1933/2001, p. 151).

É como se essa estrutura contivesse cristalizadas todas as defesas utilizadas na história passada do sujeito, tendo inscritos nela os registros dos destinos das pulsões em toda a vida. Enquanto estrutura defensiva, constitui-se quase como uma armadura que envolve o sujeito e traz às ações uma certa padronização, um automatismo que coloca em ação um modo de se defender que “deu certo”. Reich irá dizer que o caráter, contudo, pode ter certa flexibilidade:

Seu modo de reagir procede sempre de acordo com o princípio do prazer e do desprazer. Em situações de desprazer a couraça se contrai; em situações de prazer, ela se expande. *O grau de flexibilidade do caráter, a capacidade de se abrir ou de se fechar para o mundo exterior, dependendo da situação, constitui a diferença entre uma estrutura orientada para a realidade e uma estrutura de caráter neurótico* [grifos do autor]. (Reich, 1933/2001, p. 151-152).

Ou seja, estamos diante de uma formulação que, à semelhança do conceito de potência orgástica, descreve uma característica da personalidade, mas também define um critério diferencial, em termos ideais, entre saúde e doença. O caráter é descrito como uma estrutura presente em todas as formas de desenvolvimento, podendo ser mais rígida ou mais flexível, de acordo com a história do sujeito. Quanto mais cronificada a atitude e menos capaz de flexibilidade, mais neurótica será.

Assim temos que o caráter é *resultado* do conflito sexual na infância, mas também o *caminho* construído por onde esses conflitos serão direcionados na vida adulta. Se estivermos diante do caráter neurótico, este caminho traçado na infância, também será a base dos futuros conflitos neuróticos.

Devemos lembrar que a teoria do caráter está inscrita, nesse período, dentro do campo conceitual da psicanálise e nele fundamentada, o que nos permite compreender a maneira como se dá a formação dessa estrutura, de modo algum considerada inata:

A couraça de caráter forma-se como resultado crônico do choque entre exigências pulsionais e um mundo externo que frustra essas exigências. Sua força e contínua razão de ser provêm dos conflitos existentes entre a pulsão e o

mundo externo. A expressão e a soma total dessas influências do mundo externo sobre a vida pulsional, através da acumulação e da homogeneidade qualitativa, constituem um todo histórico. (...) É em torno do ego que essa couraça se forma, em torno precisamente daquela parte da personalidade que se situa na fronteira entre a vida pulsional biofisiológica e o mundo exterior. (Reich, 1933/2001, p. 152).

Se o caráter é definido como uma calcificação na personalidade da história dos processos psíquicos, Reich irá localizar na forma como se dá a superação do Complexo de Édipo o princípio da formação definitiva do caráter, já que no processo analítico são os desejos genitais incestuosos em conflito com a frustração, que desempenham o papel de protagonistas em relação ao caráter.

Reich insistirá, porém, que o caráter não deriva do simples choque entre a pulsão e a frustração, mas do modo como a sexualidade infantil é resolvida, de acordo com as condições sociais a que está submetida, no que se refere à educação, moralidade e satisfação:

Uma personalidade cuja estrutura de caráter impede o estabelecimento de uma regulação econômico-sexual da energia é a condição prévia de uma doença neurótica futura. Desse modo, as condições fundamentais para a doença não são o conflito sexual da infância e o complexo de Édipo como tais, mas estão na maneira como são resolvidos. Uma vez que, entretanto, o modo como esses conflitos são resolvidos é em grande parte determinado pela natureza do próprio conflito familiar (intensidade do medo de punição, amplitude da satisfação pulsional, caráter dos pais etc.), o desenvolvimento do ego da criança pequena até, e incluindo, a fase edípica determina, no fim das contas, se uma pessoa se tornará neurótica ou se alcançará uma economia sexual regulada, como base da potência sexual e social [grifos do autor]. (Reich, 1933/2001, p. 154).

Se seguirmos a noção de que o caráter começa a ser definido pelo modo como a família irá impor a repressão da sexualidade à criança e como se constituirá seu ego, podemos decorrer que estamos muito próximos a uma determinação social do caráter, já que também para Reich a família é entendida como instituição primeira a mediar a relação do psiquismo com as normas culturais e, portanto, representante também de uma moral.

Como nos referíamos anteriormente, Reich também estava disposto no período a investigar a forma pela qual as pessoas aderiam à ideologia, mesmo que ela fosse objetivamente contrária a seus interesses. O conceito de caráter permite reformular a pergunta. Não se tratava de uma adesão consciente, mas a resposta de uma estrutura de personalidade construída dentro dessa mesma ideologia e tendo seu funcionamento psíquico em acordo com as necessidades de manutenção da dominação. Vejamos o comentário de Rouanet (1989) a esse respeito:

É a teoria do caráter que fornece a mediação entre os valores e a ação e explica a eficácia da ideologia, que não depende de uma adesão consciente aos seus conteúdos, mas de uma obediência automática aos seus imperativos (...) A ideologia se “ancora” no caráter. O caráter é uma espécie de calcificação da ideologia. A ideologia enquanto sistema de valores, pode ser discutida ou aceita; transformada em caráter, é parte integrante da personalidade. Aderindo racionalmente a ideologias os homens *pensam* diferentemente; assimilando a ideologia, e transmutando-a em caráter, os homens *são* diferentes [grifos do autor]. (p. 35).

É interessante notar que neste livro, um dos mais aceitos pela comunidade psicanalítica da época e atual como um importante tratado sobre técnica e valorizado

por suas concepções acerca de uma teoria de personalidade, também encontraremos as inclinações sociológicas de Reich. É claro que elas aparecem aqui de maneira distinta de outros escritos do autor, formulados com o objetivo explícito de abordar o problema da cultura ou da sociedade.

Sua motivação em *Análise do caráter* era solucionar alguns problemas da técnica psicanalítica que o acabaram levando também a aprimoramentos conceituais. Mas em várias passagens do texto veremos que Reich está levando em conta a gênese sócio histórica da personalidade, em articulação com os conceitos psicanalíticos e também preocupado com prevenção.

Encontraremos um exemplo disso na sua discussão sobre a formação do caráter, em que expunha a multiplicidade de condições que conduziam a esse processo, a saber, a fase na qual a pulsão era frustrada, a freqüência e intensidade das frustrações, as pulsões contra as quais a frustração era principalmente dirigida, a correlação entre indulgência e frustração, o sexo do principal responsável pela frustração e as contradições nas próprias frustrações. Reich enfatiza:

Todas essas condições são determinadas pela ordem social dominante no que diz respeito à educação, moralidade e satisfação das necessidades, em última análise, pela estrutura econômica vigente da sociedade. O objetivo de uma futura profilaxia das neuroses é a formação de caracteres que não só proporcionem ao ego suficiente apoio contra os mundos interno e externo, como também permitam a liberdade de movimento social e sexual necessária à economia psíquica. (Reich, 1933/2001, p. 156).

Em outro momento, ao definir que a formação do caráter se origina na maneira em que o Complexo de Édipo é resolvido irá lembrar que as condições que levam a esse tipo de resolução são especiais:

Essas condições correspondem às circunstâncias sociais predominantes às quais a sexualidade infantil está submetida. Se essas circunstâncias mudarem, também se modificarão as condições da formação e a estrutura do caráter. (Reich, 1933/2001, p. 152.).

Se verificamos muitos exemplos no corpo de *Análise do caráter* como os citados acima em que há coerência entre sua proposição sobre a personalidade e suas idéias sobre a cultura e a sociedade, é no Prefácio à primeira edição do livro que encontraremos o assunto claramente debatido. Devemos nos lembrar que *Análise do caráter* foi resultado da reunião de artigos escritos ao longo da década de 20. Como o livro foi publicado em 1933, o prefácio data de janeiro desse ano, mesmo ano de publicação de *Psicologia de Massa do Fascismo*.

Vale a pena determos nossa exposição neste Prefácio por dois motivos. Em primeiro lugar, esse foi o texto que antecedeu diretamente *Psicologia de Massa do Fascismo*, escrito um mês antes de sua fuga de Berlim devido à perseguição nazista e sete meses antes da publicação do texto que temos como objeto. Se o Prefácio à primeira edição de *Análise do caráter* nos interessa pela proximidade temporal aos acontecimentos analisados por Reich em *Psicologia de Massa do Fascismo*, também deve ser trazido à nossa discussão por ser nele que aparece apresentada de forma clara a articulação entre a teoria do caráter e o interesse de Reich pela profilaxia e pela compreensão e transformação da cena política. Ainda, nele Reich discutirá o

papel da psicoterapia nessas questões. Poderíamos imaginar que esse Prefácio, também é uma boa introdução à *Psicologia de Massa do Fascismo*.

Reich inicia o Prefácio fazendo a apresentação de *Análise do caráter* como “estudos psicanalíticos do caráter humano” relacionados com os problemas da Clínica Psicanalítica de Viena. Mas logo no início, avisa que terá de fazer frente a uma crítica séria que esperava receber de “um certo grupo” (seriam os membros do Partido Comunista?). Antecipa-se ao questionamento de que um livro como aquele representaria uma “supervalorização extravagante e unilateral da psicoterapia do indivíduo” (Reich, 1933/2001, p. 2).

O próprio autor conta que, por muito tempo, não foi capaz de encontrar argumentos contra essa objeção, tendo em vista que, de um ponto de vista social, a posição da psicoterapia individual era desanimadora, que não havia interesse nos meios psicanalíticos sobre o problema da produção social das neuroses em larga escala e que não se dispunha de um método rápido e eficiente que fosse aplicável a uma terapia de massas das neuroses. Mas,

Numa cidade como Berlim há milhões de pessoas neuróticas com danos sérios em sua estrutura psíquica e, portanto, em sua capacidade de trabalho e de prazer; todos os dias, a toda hora, a educação familiar e as condições sociais criam novas milhares de neuroses. (Reich, 1933/2001, p. 2).

O que fazer? Reich nos dirá que afastar ou repudiar a psicoterapia individual em virtude dessa circunstância parecia um ponto de vista míope. Para isso, retoma suas concepções acerca do problema:

Esforcei-me por demonstrar que as neuroses são o resultado de uma educação familiar patriarcal e repressiva no que se refere a questões sexuais; que, além disso, o que de fato interessa é a *profilaxia* das neuroses, objetivo para cuja realização prática, no moderno sistema social, faltam todas as condições prévias; que, em suma, só a mudança radical das instituições e ideologias sociais (mudança que depende do êxito das lutas políticas de nosso século) criará as condições necessárias a uma ampla profilaxia das neuroses. Portanto, é evidente que uma profilaxia das neuroses se torna impossível sem uma fundamentação teórica; é evidente também que, em suma, o estudo das condições dinâmicas e econômicas das estruturas humanas é o pré-requisito mais importante. (Reich, 1933/2001, p. 3).

É nesse contexto que a clínica individual e o desenvolvimento de uma teoria da técnica que aperfeiçoasse os métodos psicanalíticos assume uma função *estratégica* no projeto reichiano, imprescindíveis para Reich no estudo das estruturas humanas. É assim que a clínica individual, adquire quase um papel de observatório do que acontecia com a coletividade, um instrumento que deveria ser aprimorado, não com uma função que acaba em si mesma, mas que é transcendente, como o próprio autor nos expõe:

Quando, em qualquer outro ramo da medicina, queremos combater uma epidemia, usamos os melhores métodos conhecidos para estudar e entender casos individuais típicos da doença, para podermos estabelecer normas e instruções sobre higiene social. Assim, concentramo-nos sobre a técnica de análise individual, não porque a tenhamos em tão alta conta, mas pelo fato de que, sem uma boa técnica, não podemos obter os entendimentos necessários para o objetivo mais amplo – a investigação da própria estrutura humana. (Reich, 1933/2001, p. 3).

Mas é exatamente ao diferenciar os fenômenos estudados em *Análise do caráter* daqueles estudados pelas ciências médicas, ou seja reações humanas e doenças psíquicas que, como tais dependem de certas condições econômicas e históricas, que Reich irá demonstrar como a psicanálise ao sair da medicina desenvolveu-se para muito além de seu âmbito.

Reich irá dizer que sua pesquisa assume uma importância sociológica decisiva, pois não há como compreender a História nem as forças produtivas, sem que se possa entender a estrutura psíquica, sua economia e dinâmica. Atentemos para o fato de que mesmo defendendo essa idéia, Reich mantém sua compreensão da origem sócio histórica da personalidade, chegando mesmo a criticar as explicações psicanalíticas sobre a cultura e a história da sociedade humana com base nas pulsões, que não levariam em conta que “as condições sociais devem primeiro ter influenciado as necessidades humanas antes de essas pulsões e necessidades transformadas poderem começar a ter um efeito como fatores históricos” (Reich, 1933/2001, p. 4).

O que está em jogo aqui, em relação à função sociológica da formação do caráter, é que certas estruturas são inerentes a determinadas organizações sociais, já que são formadas em conformidade com a ordem social e com a ideologia dominante. Ou seja, a ideologia passa a ser vista não como um processo de inculcar atitudes e opiniões, mas de um processo mais amplo em que as estruturas psíquicas são modificadas. Em virtude disso, Reich nos apresenta qual o papel de sua pesquisa:

Assim, a psicologia científica natural e a caracteriologia têm uma tarefa claramente definida: traçar os caminhos e mecanismos pelos quais a existência social dos homens se transforma em estrutura psíquica e, conseqüentemente, em ideologia. A produção social de ideologias deve ser diferenciada, portanto, de

sua reprodução no povo de qualquer sociedade. O estudo da primeira é tarefa da sociologia e da economia, enquanto a determinação da segunda cabe à psicanálise. Esta última deve pesquisar em que medida não somente a existência material imediata (alimentação, habitação, vestuário, processos de trabalho), ou seja, o modo de vida e a maneira como as necessidades são satisfeitas, mas também a chamada superestrutura social (moral, leis, instituições) afetam o aparelho pulsional. (Reich, 1933/2001, p. 4).

A partir daí, reforça-se o empenho de Reich em aperfeiçoar os métodos psicanalíticos, pois para Reich, a ciência psicanalítica não poderia ser reconhecida se não controlasse os domínios a ela pertencentes e nos quais poderia provar não querer ficar de fora dos grandes acontecimentos históricos do século (Reich, 1933/2001). Para isso dedicou *Análise do caráter*. Mas no Prefácio já anunciava que, para as transições da caracteriologia para as questões sociológicas mais amplas, estava procurando dar continuidade a outro estudo. É o que veremos a seguir, na apreciação de *Psicologia de Massa do Fascismo*.

Os médicos aconselham a não se tocar com a mão nas chagas incuráveis; não é, pois, talvez sensato eu dar conselhos a um povo que há muito perdeu a consciência e cuja doença, uma vez que já não sente dor, é evidentemente mortal. Temos portanto de procurar saber como esse desejo teimoso de servir se foi enraizando a ponto de o amor à liberdade parecer coisa pouco natural.

Étienne de La Boétie

4. PSICOLOGIA DE MASSA DO FASCISMO

Escolhemos o trecho acima do *Discurso sobre a servidão voluntária* como epígrafe do presente capítulo pois, ao guardar ao mesmo tempo uma extrema semelhança e uma fundamental distinção com a intenção de *Psicologia de Massa do Fascismo*, pode nos auxiliar em sua apresentação, quase na forma de um roteiro.

Começemos, então, pelas diferenças. Logo no prefácio à primeira edição do livro, tópico em que o tom de manifesto é predominante, Reich nos mostra que não seguiria os conselhos dos médicos citados por La Boétie. Escreve ainda sob o impacto do horror que se abatia sobre a Alemanha, do qual o autor era também vítima, já que publica *Psicologia de Massa do Fascismo* como refugiado, e sob o efeito da desilusão causada pelos processos políticos que culminaram na tomada do poder por Hitler, como vemos em suas clássicas palavras iniciais:

A classe operária alemã acaba de sofrer uma grave derrota, e com ela, todas as forças progressistas, revolucionárias, criadoras de cultura, que lutam pelos antigos objetivos de liberdade da humanidade trabalhadora. O fascismo triunfou, e consolida as suas posições de hora em hora por todos os meios de que dispõe (...). (Reich, 1933/1974, p. 5).

Mas sem dar tempo para que o leitor pudesse ser abatido por alguma melancolia, como essas que acompanham as “chagas incuráveis”, Reich dispara o aviso de que tocará, sim, naquilo que muitos poderiam abandonar, sobretudo naquelas circunstâncias:

Mas contra a ressurreição da Idade Média, contra a política imperialista, contra a brutalidade, a mística e a escravização dos espíritos, pelos direitos naturais dos trabalhadores e dos criadores, duramente tocados pela exploração econômica de um punhado de magnatas financeiros, pela abolição dessa ordem social criminosa: *o combate continuará sem descanso* [grifos meus]. (Reich, 1933/1974, p. 5).

La Boétie dizia em nossa epígrafe, que seria insensato dar conselhos a um povo condenado por sua silenciosa doença. Aqui há uma das semelhanças com o prefácio de *Psicologia de Massa do Fascismo*: Reich, à despeito de seu discurso lembrar a oratória política, também informa que seu combate não pretende se firmar em apelos e frases ineficazes, já que a tomada do poder pelo nacional-socialismo representava exatamente essa lição política ao socialismo internacional. Seria necessário então, a busca de um saber efetivo e o despertar de um entusiasmo revolucionário autêntico.

Ainda a respeito desse povo, que La Boétie descrevia como mortalmente condenado, pois há muito perdera a consciência de sua doença e já não sentia dor, e para o qual também concordava em serem os “conselhos” inócuos, podemos discutir mais. No prefácio, Reich irá demonstrar uma atitude importante em relação ao nazismo para a sua posterior análise. Reich afirma ser tolice ridicularizar os dirigentes nacional-socialistas e não reconhecer neles uma energia inaudita e a grande habilidade com que entusiasmaram as massas, conquistando o poder.

Aqui está presente o reconhecimento, de um lado, de um potencial na classe trabalhadora para colocar em movimento uma convicção subjetiva em relação ao socialismo e, de outro, a força do nazismo em proporcionar às massas a ilusão de que o nacional-socialismo levaria à isso. É assim que Reich, ao proclamar os pontos

fortes do nazismo, conduz a discussão para um processo de mistificação que ele acreditava poder ser revertido.

É no caminho apontado por Reich para essa transformação, que mais nos aproximaremos da proposta feita por La Boétie: procurar *entender* como o desejo de servir foi se enraizando nesses povos a ponto da vontade de liberdade causar estranhamento.

O combate que Reich propõe passa necessariamente pelo conhecimento científico, segundo ele, um inimigo mortal da reação política. Como um experiente cientista, Reich admite que a compreensão científica dos fatos opera com lentidão em relação aos acontecimentos, já que procura examiná-los eliminando, na medida do possível, as infinitas possibilidades de erro em sua apreensão da realidade. Mas,

Contudo, os oprimidos exigem aos trabalhadores científicos que dirijam as pesquisas para as questões atuais. (...) Mas o sábio que pensa salvar a existência sendo prudente e “apolítico” e que, vendo mesmo os mais prudentes expulsos e presos, não soube extrair a lição desses fatos, esse sábio já não pode ter a pretensão de ser tomado a sério e participar mais tarde na reconstrução efetiva da sociedade (...) se não souber reconhecer, a partir dos acontecimentos, que são precisamente a *sua* ciência, a *sua* energia científica que fazem falta àqueles em que deposita as esperanças no momento das catástrofes [grifos do autor]. (Reich, 1933/1974, p. 7).

Decidindo ocupar esse lugar revolucionário por ele atribuído à ciência, Reich empregará todo seu conhecimento disponível à época na análise exaustiva e detalhada dos fenômenos envolvidos com o nazismo, em um esforço de compreensão do

problema que nada lembra esse “sábio apolítico”. Sua análise é explicitamente interessada nas condições que poderiam levar à transformação.

O autor inicia seu trabalho em *Psicologia de Massa do Fascismo* discutindo “a ideologia como poder material”, capítulo em que debaterá algumas das teses marxistas e posicionamentos do movimento socialista que, segundo o autor, teriam deixado lacunas na compreensão dos processos políticos em andamento na Alemanha, lacunas cujas quais poderiam ser superadas pelo conhecimento psicanalítico, em sua leitura.

Após lançar as bases gerais de sua compreensão desses fenômenos, Reich inicia sua análise propriamente dita da sociedade alemã no período e sua relação com o nacional-socialismo e seus grandes temas, discutindo no capítulo II a participação da família e da pequena burguesia na psicologia de massa do fascismo, no capítulo III a Teoria Racial, considerado um eixo teórico sobre o qual se articulava a teoria nazista, no capítulo IV aqueles que eram considerados os meios simbólicos pelos quais os “nacionais socialistas acorrentavam as estruturas das massas à reação”, utilizando para isso suas interpretações sobre o uso da cruz gamada, ou suástica.

Em uma análise de fôlego, passa a discutir a religião. No capítulo VI, aborda o papel da Igreja no problema da psicologia de massa, no capítulo VII a relação da prática da política sexual “na luta contra a religião”, concluindo com um capítulo sobre os problemas envolvidos nessa prática.

Reich ainda no prefácio, recorrendo a Marx, lembra que a arma da crítica não poderia substituir a crítica das armas. Esperava que seus escritos pudessem ser capazes, no entanto, apenas de abreviar “a via difícil que leva à crítica das armas”

(Reich, 1933/1974, p.8). Correndo o risco de nos excedermos no trocadilho, é possível dizer que, para além da função que Reich lhe atribuía no contexto histórico em que foi escrito e suas exigências, como o prenúncio da guerra mundial que estava se formando, *Psicologia de Massa do Fascismo* continua fornecendo munições à tal “arma da crítica”, direcionada à problemas que desde La Boétie persistem em nos aparecer como incuráveis. É para alimentar essa discussão que iremos acompanhar o desenvolvimento do pensamento reichiano nessa obra.

4.1. A crítica ao “marxismo vulgar” e a questão da ideologia

Assinalamos que o questionamento fundamental presente na origem de *Psicologia de Massa do Fascismo* estava calcado na adesão da classe operária alemã ao nacional socialismo: o que teria levado a isto? E esta pergunta, deve-se dizer, Reich a faz desde o lugar também de integrante do movimento socialista. E como tal, questiona algumas teses socialistas e critica o chamado “marxismo vulgar”.

Relata que nos meses posteriores à vitória de Hitler, dúvidas apareceram entre os socialistas sobre a justeza da concepção fundamental de Marx acerca do curso da história social, pois o que se verificava era que o reforço internacional do nacional-socialismo decretava o fracasso do movimento operário, ironicamente em uma fase da história moderna que se tinha mostrado madura para a deslocação do modo de produção capitalista e em um país em que se esperava a próxima revolução socialista.

Dirá que todas as condições objetivas previstas por Marx no curso do capitalismo, possibilitadoras da revolução, ou seja, a exploração da mercadoria força de trabalho, a concentração do capital em um pequeno número de mãos, a

transformação da economia em economia mundial que encontrava-se em contradição com o sistema alfandegário dos Estados Nacionais, a economia capitalista que só atingia a metade da capacidade de sua produção e a decorrente pauperização dos trabalhadores, com a maioria da população dos países altamente industrializados ou desempregada, ou conseguindo assegurar uma sobrevivência miserável, todas essas condições estavam presentes no momento que antecedeu a vitória de Hitler.

Acompanhando Marx, a idéia é que as forças produtivas da sociedade capitalista fizessem rebentar o modo de produção, na contradição entre produção social e apropriação privada dos produtos pelo capital, adequando o modo de produção ao estado das forças produtivas - a apropriação social dos produtos, a expropriação dos expropriadores (Reich, 1933/1974, p.13).

Reich assinala:

Mas a expropriação dos expropriadores não se realiza, e contrariamente às previsões, parece que a história, na encruzilhada dos caminhos entre socialismo e barbárie, toma primeiro a direção da barbárie, pois que outra coisa significa o reforço internacional do fascismo e o esmagamento do movimento operário? (p. 14).

Tratava-se então de verificar se Marx tinha razão, ou investigar profundamente o que teria acontecido, discutindo até o fim o que representaria um movimento de massa novo na história - o nazi-fascismo. Nesse sentido, Reich avalia que ao limitar o debate aos processos objetivos, como faziam todos os partidos políticos, a propaganda de massa socialista não atingia ninguém, a não ser aqueles que já estivessem incorporados à frente da esquerda, finalmente culminando no triunfo, no

momento mais agudo da crise econômica e da privação, da mística do nacional socialismo sobre o socialismo científico, que teve de assistir a população se tornar nacionalista num processo de pauperização. Reich antecipa que as insuficiências encontradas na apreensão socialista da realidade residiam no fato de que “a política marxista não tinha incorporado, ou o tinha feito mal, aos seus cálculos e à sua prática política a psicologia das massas e os efeitos sociais do misticismo” (Reich, 1933/1974, p. 11).

Inicia sua crítica aos marxistas, servindo-se do próprio Marx para isso. Acusa os membros do movimento socialista de não terem aplicado suficientemente o método do materialismo dialético, apreendendo “de modo sempre renovado cada fato social novo” e de terem menosprezado aquilo que se chama de fator subjetivo da história (Reich, 1933/1974, p. 11), em suma, não compreendendo as contradições da realidade.

Para Reich, o que esses “marxistas vulgares” não foram capazes de perceber foi o desvio entre as condições objetivas da classe operária, ou seja a situação econômica e a ideologia das massas, tendo sido levados a acreditar que a crise econômica causaria uma evolução ideológica para a esquerda, enquanto a realidade demonstrava, em desacordo com as previsões, que esse processo de pauperização tinha “conduzido de fato a uma evolução de extrema direita na ideologia das camadas proletarizadas e daquelas que tinham mergulhado numa miséria mais profunda que nunca” (Reich, 1933/1974, p. 13).

Ao observar que naquele momento histórico a escolha política de boa parte da classe operária, encontrava-se ao olhar da razão, em contradição absoluta aos seus interesses objetivos, deixando em interrogação a esquerda alemã, Reich passa a situar

o problema no papel da ideologia e seu efeito retroativo sobre a base econômica, e na atitude afetiva das massas que teria entravado a solução revolucionária da contradição entre as forças produtivas do capitalismo e seu modo de produção.

Reich lança mão de estatísticas sobre a estrutura de classes no recenseamento de 1925 na sociedade alemã, em relação à situação econômica e em relação às características sócio econômicas, que demonstravam que os números da estratificação sócio econômica coincidiam com os números da eleição de 1932, conclui que o que determinava as escolhas políticas não era a condição material, mas antes a estrutura ideológica da população.

Tornava-se fundamental, diante disto, buscar compreender o que levava a esta situação, à contradição entre a situação econômica e a ideologia, como acontecia na sociedade alemã, apreendendo a estrutura ideológica e a sua relação com a base econômica da qual se origina.

Antes de prosseguir, Reich faz algumas ressalvas sobre seu posicionamento em relação à ideologia ao voltar a criticar o “marxismo vulgar”, este que separaria esquematicamente o ser econômico do ser em geral, ao afirmar que a ideologia e a consciência dos homens são determinadas exclusiva e imediatamente pelo ser econômico. O autor se contrapõe à uma possível crítica por parte desses “marxistas vulgares” de que investigar as *mediações* subjetivas envolvidas nesse processo, implicasse em cair no idealismo e em se afastar das concepções materialistas, dizendo que isso seria fazer “psicologia burguesa”. Sua proposta é outra:

A psicologia materialista dialética não pode ser senão a pesquisa desse fator subjetivo da história, da estrutura ideológica dos homens de uma certa época e da

estrutura ideológica da sociedade que constituem. Ela não se opõe, como a psicologia burguesa e a economia psicologista, à sociedade de Marx, erguendo frente a ela uma “concepção psicológica” do social, mas subordina-se e integra-se, num ponto muito preciso, a essa teoria que deriva a consciência do ser. (Reich, 1933/1974, p. 19).

Esse modo preciso, pelo qual sua abordagem da ideologia se integra à teoria marxista, começa a ser exposto em forma de uma complexa articulação. Imaginamos não ser por melindres que Reich se repete na crítica às esses “marxistas vulgares” e na explanação sobre seu entendimento da relação entre ideologia e o que era chamado de fator subjetivo da história.

Se à época, antevia críticas por estar psicologizando processos sociais e, no contexto, materiais, ou de estar revendo Marx (o que ele refuta enfaticamente, também já respondendo possíveis críticas oriundas do marxismo ortodoxo), até hoje sabemos que esse é um ponto polêmico, entre outros que *Psicologia de Massa do Fascismo* fornece.

Muitas vezes critica-se Reich por ter lidado de forma equivocada com a ideologia, que não teria nada de subjetivo, sendo um processo que oculta e dissimula as divisões sociais, a partir da incorporação pelo senso comum das idéias da classe dominante. Mas é interessante notar que Reich, aparentemente consciente da controvérsia em que estava adentrando, demora-se em sua exposição a respeito. Por mais que use os termos “fator subjetivo”, “ideologia” e “psicologia das massas”, muitas vezes como sinônimo, o autor fornece elementos para que possamos compreender como estão articulados esses fatores distintos. A leitura atenta dessa construção talvez nos ajude a evitar algumas confusões.

Voltando a ela, Reich nos diz que a tese de Marx que propõe que o material se transpõe na cabeça do homem em consciência, deixaria em aberto o problema de como isto acontece - “o que se passa então na cabeça do homem” e também de que modo a consciência assim produzida, a estrutura psicológica, repercute por sua vez no processo econômico.

Não se trata de entender a ideologia como um processo psíquico, nem a organização da sociedade a partir de um determinismo psicológico, aliás, atitudes que Reich considera sempre decorrerem em posturas desastrosas. Mas sua intenção, também lembrando que esta é uma leitura de um psicanalista, era apreender o fator subjetivo que permitia à ideologia cumprir seu papel, a partir da análise dos processos psíquicos. Já avisava que, nessa investigação, a psicologia teria um papel rigorosamente circunscrito:

Não pode, por exemplo, explicar a gênese da sociedade de classes ou o modo de produção capitalista (quando tenta fazê-lo, logo habitualmente daí surgem inépcias reacionárias, por exemplo que o capitalismo é uma manifestação da cobiça²⁷ dos homens), mas ela é sem dúvida a única habilitada – e não a economia social – a buscar de que maneira as contradições da sua existência nele repercutem, de que modo ele tenta acomodar-se com essa existência. (Reich, 1933/1974, p. 19).

Prosseguindo sua exposição, Reich cita Marx em *Teorias sobre a mais valia*, segundo o qual, o homem é ele próprio a base da sua produção material, assim como de qualquer produção que realiza e, portanto, todas as condições e funções humanas

²⁷ Talvez aqui haja uma referência à sua discordância em relação ao pensamento freudiano e ao determinismo do conflito pulsional.

têm influência na produção material e têm sobre ela repercussões determinantes. É daí que Reich irá derivar que a ideologia, quando repercute de volta no processo econômico, “é necessariamente porque se transformou em força material” (Reich, 1933/1974, p. 21). Se a ideologia se torna em força material, novamente cabe perguntar: de que modo isso aconteceu?

Chauí (2000b) afirma que “o ponto final da ideologia está necessariamente inscrito no movimento que a constitui”, ou seja as idéias dominantes de uma época se revestem de universalidade e generalidade a ponto de ocultarem e anularem a realidade das classes. Irá dizer então que:

Toda a questão resume-se, portanto, em compreender por que a ideologia é dotada de força para manter-se, uma vez que, paradoxalmente, sua força vem da recusa da realidade. Em outras palavras, seria preciso compreender como a experiência imediata da vida social e política não cessa de oferecer meios para que a ideologia tenha forças. (Chauí, 2000b, p. 27).

A autora designa dois motivos para esse processo, sendo o primeiro oriundo do caráter imediato da experiência, que a faz permanecer calcada no desconhecimento da realidade concreta e o segundo e mais importante, segundo a autora, residiria no fato de que a ideologia responde a uma exigência metafísica dos sujeitos sociais, construindo uma imagem da sociedade de classes como homogênea e harmoniosa, fornecendo uma resposta ao desejo de identidade e ao temor de desagregação. (Chauí, 2000b).

Parece-nos que a tentativa de Reich em *Psicologia de Massa do Fascismo* de compreensão do processo ideológico, passa necessariamente por esses mesmos sujeitos sociais, procurando identificar quais seriam os mecanismos psíquicos aliados

da manutenção da “força” da ideologia. Vejamos como Reich nos apresenta suas tentativas de solução para o problema.

4.1.1. O lugar da psicanálise: possibilidade de compreensão

Ao se interrogar, transitando naquilo que seriam falhas ou brechas no marxismo, sobre os aspectos subjetivos presentes na adesão à ideologia, interessado também na volta da ideologia como determinante de vários acontecimentos sociais, Reich anuncia o papel da psicanálise: ao revelar o processo interior à vida psíquica do homem, que é determinado pelas condições de existência, pode esclarecer o fator subjetivo da história.

Portanto, Reich irá buscar a investigação da dimensão irracional da ação do homem no social e qual a sua relação com a ideologia. Em suas palavras:

A ideologia de cada formação social não tem por única função refletir o processo econômico dessa sociedade, mas também a de a enraizar nas estruturas psíquicas dos homens dessa sociedade. (Reich, 1933/1974, p. 21).

Os homens estariam assim, sujeitos às suas condições de existência de duas maneiras. Em primeiro lugar, pela repercussão imediata da situação econômica e social e, em segundo lugar, de forma indireta, pela ideologia enraizada em sua estrutura psíquica, em contradição com as condições objetivas, mas de uma forma não aparente. Aqui estaria a chave para o entendimento do desvio entre as condições objetivas e a estrutura ideológica.

Reich lembra que a “estrutura ideológica se transforma mais lentamente que a base econômica” (Reich 1933/1974, p. 21). E se ela está enraizada na estrutura psíquica, deve-se à isso o problema:

Porque as estruturas psíquicas, que correspondem a uma situação histórica determinada, se formam em seus grandes traços na primeira infância e têm um caráter muito mais conservador que as forças produtivas técnicas, segue-se que, com o tempo, as estruturas psíquicas se atrasam em relação ao desenvolvimento das relações materiais de que provieram e que evoluem em conflito com as formas de vida ulteriores. Essa é a característica principal que define a natureza daquilo a que se chama a tradição. (Reich, 1933/1974, p. 22).

Essa tradição, segundo Reich, muito utilizada para explicar o entrave ao desenvolvimento da consciência revolucionária, até então não fora suficientemente estudada, mesmo sabendo-se que o pensamento e a ação das massas em contradição com a situação sócio-econômica imediata, são por sua vez conseqüências de uma situação sócio-econômica mais antiga. Para entender o *desenvolvimento* disso que impediria a consciência de classe, Reich supõe que a análise da realidade deve ser dupla: do ponto de vista sociológico, mas também do ponto de vista psicológico.

Recorre a um exemplo já citado por nós: afirma que quando um faminto rouba ou os trabalhadores com baixos salários fazem greve, não é preciso uma explicação psicológica, pois situação econômica e ideológica se sobrepõem, embora ainda haja tentativas de explicações psicológicas do roubo e da greve, que seriam reacionárias, segundo Reich. O problema que requereria uma análise psicológica, seria o fato de a maioria dos trabalhadores não entrar em greve, nem dos famintos roubar (Reich, 1933/1974).

Partindo então do pressuposto de que os sujeitos não eram nem revolucionários, nem burgueses por completo, mas que havia uma contradição fomentada pelo conflito existente entre a situação de classe que derivaria caminhos revolucionários e uma estrutura psíquica em acordo com a atmosfera burguesa geral da sociedade, já que “qualquer organização social produz nas massas dos seus membros as estruturas de que necessita para seus objetivos fundamentais” (Reich, 1933/1974, p. 25), Reich, ansiando pelo encontro de uma forma de lutar contra a mística, reitera que isso só seria possível se todos os meios disponíveis de conhecimento fossem empregados para o entendimento dos processos subterrâneos a ela, que lhe dão alicerce – os fatores irracionais.

A forma de dispor dos conhecimentos disponíveis à época para esse entendimento, surge na *Economia Sexual*, definida por Reich como uma orientação de pesquisa que ele já desenvolvia há alguns anos através de uma “sociologia da vida sexual”, baseada em pressupostos marxistas e freudianos.

O autor lembra que Marx descreveu a vida social dominada pelas condições da produção econômica e pelas lutas de classes, oriundas historicamente dessas condições, e que a dominação exercida pelos proprietários dos meios de produção sobre as outras classes se dá raramente pela força, mas sobretudo pelo seu poder ideológico, poder sustentado pelo Estado (Reich, 1933/1974).

Avalia que as formulações marxistas deixaram inexplorado o fator subjetivo da história e que só seria meio século mais tarde, com a descoberta por Freud de um método capaz de desvelar os processos psíquicos da estrutura humana, que se teria condições de acesso a esses problemas. As descobertas de Freud, são consideradas por Reich em si mesmas subversivas, pois seria a própria psicanálise uma crítica à

ideologia burguesa, ao denunciar a repressão da sexualidade forjada em uma moral, responsável pelo adoecimento neurótico, como já exprimia em *Materialismo Dialético e Psicanálise* (Reich, 1929/1977).

Para prosseguir em sua análise, o autor expõe os elementos teóricos da psicanálise freudiana que permitiriam investigar esta dimensão irracional, subjetiva, dos processos de ideologização e, conseqüentemente, de sua crítica.

A descoberta de que a consciência é apenas uma parte do psiquismo, governado por processos *inconscientes* não acessíveis ao domínio da consciência, mecanismos que permitem atribuir sentido à fenômenos anteriormente considerados como absurdos; a descoberta de que a criança já desenvolve uma *sexualidade infantil*, distinta daquela ligada à reprodução, sendo que os processos analíticos demonstraram ser a *libido* o motor central da vida psíquica, logo que entra em conflito com as condições reais de existência; a descoberta de que a sexualidade infantil é recalcada devido ao temor de sanções por atos e pensamentos sexuais, isto é, a sexualidade é obstruída a via da ação e ela se subtrai da consciência, sendo que sua força permanece e se manifesta em várias perturbações da vida psíquica, são as formulações da psicanálise que Reich considera fundamentais para a análise da psicologia de massa do fascismo.

Contudo, Reich dá destaque à uma outra descoberta freudiana, mais importante para seus objetivos: as instâncias morais no homem devem-se essencialmente às medidas de educação dos pais e seus representantes na primeira infância que, via de regra, são dirigidas contra a sexualidade da criança. Essa formulação torna-se crucial, pois o conflito que se trava entre a sexualidade da criança e as proibições dos pais seguiria no adulto, a partir das instâncias morais, como um conflito interior entre

pulsão e moral e já tivemos oportunidade de verificar ser este um dos pontos fundamentais na leitura de Reich.

Mas se o autor reconhece a importância desses conceitos psicanalíticos, base de sua produção teórica, também realiza uma crítica à psicanálise, da mesma forma que fez em relação aos “marxistas vulgares”. Se essas idéias da psicanálise já representavam em si mesmas um abalo grave na moral burguesa, Reich irá dizer que os efeitos delas não foram possíveis, porque a sociologia psicanalítica que se constituiu nessas bases retirou o que traziam de revolucionário, ao postular uma oposição absoluta entre processo cultural e satisfação sexual e ao reduzir o problema no conflito entre pulsão de vida e pulsão de morte, conduzindo a um ceticismo paralisante.

Mais adiante teremos oportunidade de discutir esse debate entre as idéias de Reich e de Freud sobre a questão da cultura. Por ora, é importante salientar que Reich fundamenta sua *Economia Sexual* em uma certa leitura da psicanálise freudiana, como expusemos no tópico 3.1.2 desse estudo. Mas ainda nesse sentido, é necessário ter em mente que essas críticas reichianas às idéias de Freud sobre a relação entre indivíduo e cultura são endereçadas ao pensamento freudiano representado pela publicação de *O Mal Estar na Civilização* em 1930.

Todavia, em *Psicologia de Massa do Fascismo*, além dos conceitos da psicanálise descritos acima por Reich como instrumentos fundamentais em sua *Economia Sexual*, é notável a influência de dois outros estudos freudianos sobre o tema, embora Reich não faça menção explícita a eles.

Em primeiro lugar, poderíamos supor que a própria concepção de uma *psicologia de massa* só foi possível após as formulações freudianas apresentadas em 1921 no *Psicologia de Massa e Análise do Ego*, sobre as quais a análise reichiana em *Psicologia de Massa do Fascismo* é nitidamente apoiada. Dessa forma, a tese freudiana de que os indivíduos em um grupo, na massa e nas organizações estáveis mantêm-se unidos por laços de ordem libidinal, ou seja, relacionados à sexualidade sublimada e não por um instinto gregário e a tese de que estão em jogo aí processos afetivos da ordem da identificação, em que a massa constitui-se como um estado regressivo e que a identificação e subordinação ao líder ou ao chefe, remete à identificação infantil com o pai, aparecem como pilares das formulações reichianas sobre a psicologia de massa do fascismo.

Em segundo lugar, identifica-se a proximidade das idéias apresentadas por Reich em sua análise do papel desempenhado pela religião à interpretação freudiana formulada em 1927 em *O Futuro de uma Ilusão*. A semelhança pode ser vista na leitura de Reich, em que a religião é compreendida como promessa de concretização das demandas de proteção, ante ao sentimento de desamparo dos indivíduos. Como veremos, há diferenças na concepção de Reich sobre a função da religião, aqui historicizada, e a de Freud, tomada pelo viés psíquico. Porém, é clara a influência das contribuições das interpretações psicanalíticas anteriores sobre o fenômeno religioso em *Psicologia de Massa do Fascismo*.

De volta à apresentação de Reich, encontramos o aviso de que a problemática da economia sexual que se fundamenta nas descobertas freudianas, mas não em sua última sociologia, não tem a intenção das “tentativas habituais de substituir, de completar Marx por Freud ou Freud por Marx, ou de os misturar” (Reich, 1933/1974, p. 30). O autor entendia que a psicanálise tinha uma função científica a preencher em

um lugar do materialismo: “a compreensão da estrutura e da dinâmica da ideologia, não do seu terreno histórico” (Reich, 1933/1974, p. 30).

É assim que Reich, associando a teoria do caráter e a teoria da genitalidade irá concluir que a repressão sexual seria a pedra fundamental do processo de ideologização. Para que essa afirmação não nos cause impacto desnecessário, vamos acompanhar a forma pela qual o autor compreende esse processo.

Se a psicanálise revela os efeitos da repressão e do mecanismo do recalçamento sexual e suas conseqüências patológicas, Reich prossegue perguntando sobre a razão da sociedade reprimir a sexualidade. Segundo o autor, a Igreja responderia a essa pergunta com a justificativa da salvação da alma no além, a “filosofia moral mística” devido à ética eterna do homem e a teoria da cultura freudiana diria que a sexualidade deve ser reprimida para que possa haver cultura (Reich, 1933/1974).

Em sua leitura, não estamos diante de um problema cultural, mas de ordem social, visto que a repressão sexual burguesa, se examinada historicamente, não estaria na origem do processo cultural, mas teria começado a se formar com o advento da propriedade privada e da divisão da sociedade em classes²⁸, na passagem de uma era matriarcal para uma nova organização familiar, sob o regime patriarcal, idéias justificadas nos estudos antropológicos de Malinowski e nos estudos de Morgan e Engels sobre a origem da família:

Os interesses sexuais de todos começam a entrar a serviço dos interesses econômicos de uma minoria; esse fato fixou-se numa forma organizacional: o casamento monogâmico e a família patriarcal. Com a restrição e a repressão da

sexualidade o modo de sentir do homem modifica-se, a religião negadora da sexualidade surge e a classe dominante edifica pouco a pouco uma organização própria de política sexual: a igreja com todos os seus precursores, que não tem outro fim que não seja erradicar o prazer sexual e através dele um pouco de felicidade na terra. (Reich, 1933/1974, p. 31).

Quando a moral cultural reprime o curso natural da libido genital, temos indivíduos neuróticos; com o represamento pulsional movendo uma solução insatisfatória para o conflito, em consequência, temos relações neurotizadas no próprio social. E quando Reich supõe que estas condições vão se cristalizando no caráter, temos personalidades neuróticas predispostas a reagirem em um automatismo ao que lhes é imposto pela cultura, fragilizadas, vulneráveis à ideologia, incapazes de crítica.

Aqui temos que a repressão das necessidades materiais produz efeitos distintos da repressão da sexualidade. A primeira pode, por exemplo, levar à revolta, enquanto a segunda, ao se enraizar na personalidade, produzirá exatamente sujeitos *incapazes* de revolta:

A inibição moral da sexualidade natural cuja fase é constituída pelos graves danos feitos à sexualidade genital da criança, torna-a ansiosa, tímida, receosa diante da autoridade, obediente no sentido burguês: gentil e bem educada; sendo desde então qualquer movimento agressivo carregado de uma forte angústia, a inibição paralisa no homem as forças da revolta, pela proibição sexual de pensar e uma *incapacidade de crítica gerais* [grifos meus]. (Reich, 1933/1974, p. 32).

²⁸ Para uma exposição detalhada dessa concepção reichiana, consultar REICH, W. (s.d.) *A irrupção da moral sexual repressiva*. São Paulo: Martins Fontes.

Reich localiza na organização da sociedade e na cultura a gênese da neurose do indivíduo e do caráter neurótico, que por sua vez, reproduzirão na mesma cultura e na mesma sociedade, ações características a seu modo de funcionar. Seria o mesmo que dizer que as condições objetivas acabam se traduzindo em valores, em códigos morais da cultura, que se traduzem no psiquismo do sujeito como parâmetros para sua personalidade. Se tem-se assim sujeitos neuróticos, tem-se também cidadãos adaptados à ordem vigente e que a toleram, apesar da miséria e das humilhações. Nesse sistema, a família passa a ocupar um papel central, como veremos adiante.

Antes de prosseguirmos, é importante lembrar que Reich não considera que a repressão sexual se alie à reação política apenas ao construir sujeitos passivos e neuróticos. O autor avalia que essa inibição também cria no homem uma força secundária, destino substitutivo da libido insatisfeita – um sadismo que estaria na base da guerra. Esse mecanismo também poderia ser usado para a compreensão do fascínio exercido pelo militarismo com suas paradas e uniformes, que exerceria atração por seu apelo erótico.

Chega a oportunidade de dizer que os pressupostos de Reich em relação ao papel que a sexualidade desempenha no processo de ideologização e de formação de personalidades podem ser questionados. Mas devem ser questionados à luz do debate com a própria psicanálise freudiana, porque é nele que se fundamenta. Muitas vezes Reich se referiu à sua *Economia Sexual* como uma radicalização das propostas teóricas que o próprio Freud teria se absterido de fazer (ver Reich, 1942/1978 e Higgins; Raphael, 1967/1979). Neste trabalho não nos ocuparemos desta questão com mais propriedade, mas a temos como um pano de fundo e reconhecemos sua importância. Mas, ainda sobre a inserção de Reich na psicanálise, caberia aqui um breve comentário.

Por vezes Reich é acusado de hipervalorizar a sexualidade e de naturalizar muitos dos processos humanos. Podemos, por exemplo, lembrar de sua preocupação em buscar as bases biológicas da libido postulada por Freud. Sabemos que esta é uma séria discussão. Mas podemos perceber que Reich recorre à psicanálise para tentar entender alguns fenômenos sociais, como ilustram os trechos acima citados. E se olharmos atentamente, podemos encontrar em Reich exatamente o oposto: a constante historicização de acontecimentos subjetivos em relação com a organização social de uma dada época.

Neste sentido, vem à lembrança uma idéia acerca da psicanálise freudiana.²⁹ Podemos pensar que Freud descreve o processo pelo qual se constitui a consciência moral, mas que não esteve questionando seus conteúdos. Logo em seguida, pensamos que investigações como as da Escola de Frankfurt viriam trazer a crítica a estes conteúdos da cultura introjetados no psiquismo do sujeito.

A impressão é que Reich se propunha a fazer exatamente isso, tendo como base os processos descritos por Freud como constituintes do sujeito, onde necessariamente estão em jogo a sexualidade e a correspondente distribuição de energia na economia psíquica.

E, como esperamos ter elucidado, a educação surge como fundamental tanto de um ponto de vista individual - responsável pela etiologia de neuroses futuras, quanto no plano coletivo, na condição de multiplicadora de ideologias e de indivíduos permissíveis a elas.

²⁹Das anotações de aula do curso *Teoria Crítica e Educação* ministrado pelo Prof. Dr. José Leon Crochik no Programa de Pós Graduação do Instituto de Psicologia da USP, primeiro semestre, 1996.

4.2. A família como fábrica de ideologia

Como vimos, Reich localiza a família como instituição em que se ajustam os interesses sexuais e econômicos, constituindo-se como a célula ideológica fundamental. Nesse sentido, irá olhar atentamente para a família como agente formador do caráter e como reprodutora de uma ideologia autoritária.

Se a repressão sexual produz sujeitos neuróticos e incapazes de crítica, a primeira etapa desse caminho é a passagem pelo “estado autoritário em miniatura que é a família” (Reich, 1933/1974, p. 32), a cuja estrutura o sujeito tem que se adaptar, se quiser se adaptar futuramente à sociedade.

Como a família passa a ter papel fundamental em sua análise, uma verdadeira “fábrica de produção de estrutura e ideologia” (Reich, 1933/1974, p. 31), encontraremos em *Psicologia de Massa do Fascismo* muitos trechos dedicados à essa organização. Encontraremos uma extensa discussão sobre o tema no segundo capítulo do livro, no qual Reich irá discutir a influência da ideologia da família burguesa na psicologia de massa do fascismo.

Reich inicia com a constatação de um dos traços fundamentais da propaganda nacional-socialista: a ideologia do *führer*. Avalia que a pesquisa sobre os efeitos que Hitler produziu, deve partir da hipótese de que um dirigente só pode ter êxito se suas posições pessoais, suas idéias, sua ideologia ou seu programa tiverem ressonância na estrutura média de uma larga camada de indivíduos da população. Ou seja, “só se a estrutura de personalidade de um *führer* corresponder às estruturas dos indivíduos de massa em largas camadas da população, pode um *führer* fazer história” (Reich, 1933/1974, p. 37).

Nessa proposta, estão novamente os pressupostos de que não é possível explicar a vitória de Hitler por seu programa ou por suas idéias políticas, isto é, objetivamente, já que as bases do nacional-socialismo constituíam-se em “prometer tudo a toda gente”, como se aliar aos grandes empresários prometendo o fim das greves, se aliar ao capital internacional e, ao mesmo tempo, prometer a expropriação do capital e o fim do proletariado, contradições que poderiam ser percebidas racionalmente. Não se tratava também de investigar o êxito do nazismo a partir da personalidade de Hitler, mas de entender porque a massa se deixou mistificar politicamente.

Essa “massa” a que Reich se refere é aquela que efetivamente garantiu o sucesso do nacional-socialismo, pois mesmo sendo esse movimento um representante do temor da grande burguesia alemã diante do perigo bolchevista, “Hitler apoia-se, como todo movimento fascista, nas diferentes camadas da pequena burguesia” (Reich, 1933/1974, p. 37). Além da classe média, grandes segmentos do operariado também foram decisivos nesse processo, mas de uma maneira distinta. Reich organizará a análise do que se passava nesses grupos separadamente, análise em que a família terá lugar central.

Antes porém, Reich afirma ser preciso entender, quais seriam os interesses da classe média que constituía a “tropa principal da Cruz Gamada” (Reich, 1933/1974, p. 41) e que tinha sua atitude determinada por sua posição no modo de produção capitalista e pela sua posição em relação ao Estado:

O rápido desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, a progressão constante e rápida da mecanização da produção, a concentração dos diferentes

ramos da indústria em sindicatos e em trustes monopolistas, constituem o fundamento da proletarização crescente dos comerciantes e dos artífices pequeno-burgueses. Não podendo enfrentar a concorrência da grande indústria, que trabalha de modo mais racional e a melhor preço, as pequenas empresas periclitam inelutavelmente. (Reich, 1933/1974, p. 44).

Essa classe média, ameaçada pelo grande capital e ansiosa por separar-se do operariado pelo medo da proletarização, revoltava-se contra o sistema, era impermeável aos argumentos marxistas e não podia desenvolver uma consciência de classe e se organizar, segundo Reich, pois nela reinava a concorrência e o individualismo competitivo. É assim que o nazismo pode oferecer-se como uma unificação da pequena-burguesia: ela se identifica com o Estado, com a autoridade, com a nação:

O empregado, o funcionário, começa por alimentar o ideal de ser idêntico ao seu superior, até que pouco a pouco, por efeito da sua dependência material crônica, o seu ser se transforma no sentido da classe dominante. Com *o olhar constantemente virado para o alto*, o pequeno-burguês forma uma *forquilha entre a sua situação econômica e a sua ideologia*. (Reich, 1933/1974, p. 47).

Fica fácil compreender, assim, como a pequena burguesia, à expensas de sua mediocridade material, queda seduzida por apelos como a Raça, como a onipotência do poder do *führer*, pela grande nação alemã, pelo imperialismo. Mas se é possível constatar essa identificação, Reich irá se perguntar a que profundidade ela chegaria, investigando fatores afetivos que poderiam contribuir para essa situação no interior da pequena burguesia. Para o autor, esses fatores estariam, sem dúvida, na estrutura familiar.

Reich atenta para o fato de que nas diferentes camadas da pequena burguesia, a situação familiar não estava separada da situação econômica, já que a família correspondia à pequena empresa, participando do trabalho do pequeno comerciante, economizando forças de trabalho mais caras. É nessa coincidência que repousa a organização do grande patriarcado. (Reich, 1933/1974, p. 48). E esse laço familiar implica também na repressão sexual e no apego à uma moral sexual patriarcal.

É dessa maneira que a família burguesa, calcada em uma moral antissexual, irá fabricar ideologias: constituirá sujeitos neuróticos e oferecerá o solo fértil para a ideologia nacional-socialista:

Aquilo que lhe falta no plano econômico deve ser compensado no plano moral. Esse motivo é o elemento mais eficaz de identificação dos funcionários ao estado. Já que não estamos na situação da grande burguesia, mas como ao mesmo tempo nos identificamos com ela, é necessário que as ideologias culturais nos retribuam aquilo que a situação econômica nos tira. As formas de vida sexual, assim como as outras formas culturais de vida que dela derivam, servem essencialmente para nos demarcarmos em relação ao que se situa *abaixo* de nós. (Reich, 1933/1974, p. 51-52).

Nesse sentido, Reich destaca duas representações centrais tanto na ideologia nazista, quanto nas atitudes morais da família burguesa: a “honra e o dever”. Segundo ele, essas atitudes, muitas vezes desprezadas pela prática efetiva da pequena burguesia em sua atividade econômica, são conceitos decisivos, provenientes de um processo inconsciente ligado à sexualidade.

Reich considera esses sentimentos como compensatórios à renúncia pulsional imposta pela repressão da sexualidade:

O primitivo satisfeito no plano genital *é* homem de honra, *consciente* de seu dever, corajoso e senhor de si, sem dar muito que falar a respeito. Essas atitudes estão inscritas na sua personalidade. Aquele que está genitalmente enfraquecido deve *exortar-se continuamente* a dominar a sexualidade, a defender a honra sexual, a ser corajoso em face da tentação, etc. ... [grifos meus]. (Reich, 1933/1974, p. 54).

E a repressão da sexualidade, originária da família patriarcal, refletiria o papel do pai, tanto na economia, quanto no estado autoritário. Reich dirá que o próprio pai adota dentro da família a posição que toma em relação ao seu superior hierárquico no processo de produção, reproduzindo nos filhos uma atitude de sujeição à autoridade, em uma atitude passiva e servil diante dos dirigentes, que Hitler tanto soube explorar.

Ou seja, para Reich, o chefe nacionalista – o *führer* – representava a encarnação da nação, instaurando-se em relação a ele laços pessoais, na medida em que ele despertava nas massas laços afetivos historicamente determinantes, representando ao mesmo tempo uma figura paterna severa e protetora, já que “quanto maior é a aflição efetiva do indivíduo de massa devido à sua educação, é maior sua identificação com o chefe, maior a necessidade infantil de um apoio que se disfarça sob a forma do sentimento de formar uma só coisa com o chefe” (Reich, 1933/1974, p. 61).

O funcionamento da família burguesa patriarcal, um estado em miniatura, seria o responsável pela gênese de várias características do nacional-socialismo. Um pai severo e autoritário, além de reproduzir filhos obedientes em relação à autoridade e neuroticamente apegados à honra e ao dever, promoveria uma fixação nos laços com a mãe, representados no amor nacionalista. Ainda, a nação como mãe deve ser

protegida de ataques como aqueles que os judeus defeririam contra “a mãe Alemanha”, no discurso dos nazistas, já que Reich entendia as fantasias de castração na condição de punição ao desejo sexual, como um pano de fundo do anti-semitismo e do assassinato aos judeus.

É paradoxalmente apoiado em uma cultura de negação da sexualidade, que o nazismo pode oferecer “alguma satisfação substitutiva” à pequena burguesia, como bem observou Rouanet (1989) comentando a leitura reichiana:

A ideologia nazista inclui ao mesmo tempo o material reprimido e os mecanismos de defesa que foram utilizados no processo de socialização familiar, gratificando duplamente o indivíduo – enquanto recapitulação do reprimido, e das formações substitutivas utilizadas pelo pai para efetuar a repressão, e que adquiriram, por isso mesmo, uma aura de santificação (...) constituindo assim uma formação de compromisso suscetível de satisfazer as duas tendências e de catalisar, por isso mesmo, as tendências contraditórias da massa pequeno-burguesa. (p. 41).

Já em relação ao proletariado o processo seria diverso. Reich afirma que as camadas proletárias são atingidas pelas mesmas influências da sociedade burguesa, mas, contudo, por terem um modo de existência social distinta do da pequena burguesia e um modo de organização familiar mais livre, embora também ocorresse repressão sexual na classe trabalhadora, em tese o operariado tenderia a constituir atitudes nacionalistas menos marcadas. Se isso não acontecia, Reich o compreendia pelo processo de emburguesamento ideológico do proletariado, via de acesso para a eficácia da propaganda nacional-socialista. E para isso, lembra que se deve olhar para o *cotidiano* da vida da classe operária, fator também menosprezado pelo “marxismo vulgar”:

A vida pequeno-burguesa exerce uma ação permanente, penetra em todos os interstícios da vida cotidiana, pelo contrário, o trabalho na fábrica e os panfletos só exercem sua ação durante algumas horas. (...) Por todos os meios de propaganda. No “vestido de noite” que a mulher de um trabalhador veste para determinadas “festas”, mais coisas se revelam do que em mil artigos. O vestido de noite ou o copo de cerveja em família são apenas a manifestação exterior de um processo que se desenrola nesse trabalhador, um sinal de que existe já disposição para acolher, quer a propaganda social democrata, quer a propaganda nacional-socialista. Quando então, além disso, o fascismo promete a supressão do proletariado e obtém êxito por essa forma, em 90 casos em 100 não foi o programa econômico que teve influência, mas o vestido de noite. (Reich, 1933/1974, p. 67).

Além desse processo que assimila a classe operária à ideologia burguesa, o autor aponta para outro fator que inclinaria os trabalhadores na direção de imitar os pequeno-burgueses: a vergonha do operariado, elemento central sobre o qual se fundamenta a influência do fascismo sobre a classe operária, ao prometer a supressão das classes e, em conseqüência, da condição operária, acendendo ainda mais as tendências pequeno-burguesas nos trabalhadores.

A partir dessas idéias, parece que poderíamos encerrar nos deparando com uma circularidade mortífera, já que:

A ideologia autoritária, posta em prática na pedagogia familiar, produz o caráter neurótico, que constitui o pressuposto psíquico da aceitação e internalização, por parte da criança, daquela mesma ideologia autoritária. Através da família, a ideologia produz a personalidade servil que constitui o solo psíquico para a recepção ulterior da própria ideologia. (Rouanet, 1989, p.44).

E poderíamos também perguntar: Como pensar em abrir este círculo, em transformação, se as condições objetivas (e agora podemos falar em subjetivas inclusive) seguem inalteradas? Reich, como sabemos, nos apresentaria respostas. Seriam necessárias intervenções no plano da cultura, da vida cotidiana e privada para efetuar a crítica à ideologia. Mas também cuidar do sujeito para que ele pudesse restabelecer a possibilidade de se fortalecer, de ser crítico diante da dominação moralística e ideológica e caminhar em direção ao auto governo. Mas antes de obtermos respostas a estas questões, o problema torna-se um pouco mais complexo, na apresentação de Reich. Vejamos.

4.2.1. A religião

Para compreender a opção pelo nazismo, Reich ainda analisará de que forma outras instituições da sociedade alemã, como a Igreja, contribuía para a construção de personalidades tanto vulneráveis à aceitação da ideologia quanto propensas à violência - ao sadismo e à perversidade.

O tema religião aparece fortemente em *Psicologia de Massa do Fascismo*, sendo abordado em vários capítulos e em diversas variações, apesar de Reich considerar o papel da Igreja e do sentimento religioso como secundário em relação àquele desempenhado pela família no processo de ideologização. A religião é descrita como uma tradução metafísica dos mesmos processos encontrados no interior da família e de sua organização.

A atenção dedicada à esse tema por Reich pode estar relacionada ao fato de que esse assunto constituía-se como um clássico das discussões marxistas (que muitas vezes Reich recupera em sua análise) e de que a propaganda nacional-socialista era composta por vários apelos à moral e à educação cristã, à sua maneira, a partir de uma “domesticação” da Igreja levada a cabo por Hitler, segundo Reich.

O autor, constantemente movido pela investigação dos processos que levariam as massas a agirem contra seus próprios interesses, parte de alguns pressupostos para discutir a religião. Considera, em primeiro lugar, que em tempos de maior pressão material sobre as classes dominadas, é necessário que aconteça um reforço da pressão moral, acentuando a dependência ideológica face à ordem dominante, como uma garantia para que as massas não se revoltem contra essa mesma ordem econômica. Em segundo lugar, Reich observa que “a intoxicação religiosa é a medida essencial em psicologia de massa para preparar o terreno para a adoção da ideologia fascista em tempo de crise” (Reich, 1933/1974, p. 110), sendo portanto indispensável a elucidação dos efeitos psicológicos da religião.

Se parece claro para Reich que a religião tem como função desviar das desgraças do presente, “libertar do mundo” e contribuir no impedimento da revolta contra as verdadeiras causas da miséria, no sentido da descrição feita por Marx da religião como “ópio do povo”, o autor nos lembra que a psicanálise permite uma leitura do problema em consonância com essas idéias, porém mais próxima dos efeitos psicológicos, ao afirmar que a religião oferece uma satisfação substitutiva a uma satisfação real. É daí que Reich deriva um imperativo, nos termos de sua análise, para a pesquisa sobre a religião, levando adiante a metáfora marxiana:

Teremos que provar que a experiência religiosa desencadeia efetivamente no aparelho psíquico os mesmos processos que uma dose equivalente de ópio, ou seja, *que se trata de processos no aparelho sexual que determinam estados de tipo narcótico* [grifos do autor]. (Reich, 1933/1974, p. 122).

Ao abordar o problema da família, Reich havia tentado demonstrar que a afetividade nacionalista era uma consequência direta da afetividade familiar. Para ele, o sentimento religioso também estaria nesse lugar de fonte de ideologias nacionalistas. Retomando a idéia de que o sentimento nacionalista deriva do laço com as figuras paternas, Reich propõe que “a afetividade religiosa deriva da atmosfera sexual indissolúvelmente ligada à esse laço familiar” (Reich, 1933/1974, p. 123), laço familiar que, por sua vez, pressupõe a inibição da sexualidade.

Uma vez mais, o autor aponta a organização patriarcal como a origem tanto do sentimento religioso quanto da família, pois é possível perceber que a relação pai-filho que se estabelece na religião é análoga àquela que se estabelece na família patriarcal. E é da própria organização patriarcal repressora da sexualidade que a religião pôde obter sua sustentação há séculos, segundo Reich, pois seria daí que emanaria sua sustentação energética (Reich, 1933/1974, p. 132.).

A religião surge então, nas considerações de Reich, como um duplo dos processos encontrados no interior da família. Ela também é, a um só passo, causa e efeito da repressão da sexualidade: oferece um meio eficiente de propagar e defender uma moral contrária à expressão da sexualidade, e obtém sua força de conteúdos sexuais inconscientes que, de certa forma, encontram satisfação na experiência religiosa. Reich escreve:

O ofício que a religião se dedica a preencher no decorrer do tempo, a atitude de obediência e de renúncia face à autoridade, não passa em si mesma de uma função secundária da religião, mesmo que depois se torne em função principal, no sentido dos interesses da classe dominante. Enquanto função historicamente recente e que serve fins de determinação secundária, pode apoiar-se numa base inabalável: isto é, na estrutura do homem patriarcal, modificada pela repressão sexual no sentido de substituição da experiência religiosa à experiência sexual. (Reich, 1933/1974, p. 132).

É assim que a religião poderá desenvolver o enraizamento de idéias e atitudes complementares à família patriarcal burguesa, a um só tempo consolidando a negação da sexualidade no processo educacional e canalizando energias para a prática religiosa. Reich acompanha detalhadamente como se dá esse processo no desenvolvimento da personalidade.

Ao analisar orações tipicamente realizadas por crianças, Reich identifica conteúdos fortemente carregados de um pedido de proteção a Deus – uma figura claramente paterna – e de pedidos de perdão por pecados cometidos, denunciando o sentimento de culpabilidade que é pressuposto dessas orações. Para Reich, é inevitável a associação desse sentimento de culpabilidade sobre o qual as crianças eram ensinadas a pedir perdão todas as noites “ao Pai” com a culpabilidade infantil ligada à sexualidade proibida: “a proibição de tocar os órgãos sexuais seria ineficiente se não fosse escorada pela crença de que Deus vê *tudo* e de que se deve continuar a ser bem comportado mesmo quando os pais se ausentam” (Reich, 1933/1974, p. 133).

Ou seja, a representação de Deus, começa a ser precocemente construída nas crianças em uma cultura cristã por determinação da angústia sexual. Reich afirma que

era consenso entre os psicanalistas que os sentimentos religiosos se desenvolvem na criança a partir da angústia de masturbação, ponto central da culpabilidade geral. Parecia também claro que nessa representação de Deus, estavam presentes a consciência moral e a ameaça interiorizada dos pais e educadores em relação à sexualidade.

Por outro lado, Reich acrescenta que a fé e o medo de Deus, são eles próprios uma excitação sexual que mudou de finalidade e conteúdo, isto dito de um ponto de vista energético:

A afetividade própria à religião seria portanto a mesma que está ligada à sexualidade, quase com idêntico conteúdo psíquico. A partir daí compreende-se sem dificuldade a regressão da experiência sexual em muitos exercícios de ascese, como no delírio de numerosas religiosas que julgam ser noivas de Cristo (...). (Reich, 1933/1974, p. 134).

Se este processo já se inicia na infância, ele terá seu ápice na adolescência. Aqui Reich analisa as recomendações explicitamente fornecidas pela Igreja aos jovens, no que se refere aos perigos da sexualidade e aos preceitos de uma moral cristã. A partir dessas idéias, o jovem se encontraria diante de uma escolha: ou Deus ou a sexualidade, ou entre “sexual” e “espiritual”. Em uma fase do desenvolvimento em que a satisfação genital seria esperada e necessária, a Igreja pede castidade ao jovem e condena a sexualidade:

Onde deve o adolescente ir buscar a força própria para reprimir a sua sexualidade genital? Na fé em Jesus! E o adolescente encontra de fato nessa fé uma poderosa arma contra a sexualidade. A partir de que mecanismos? A fé em Deus, ela mesma adotada desde a tenra infância no momento dos primeiros

impulsos sexuais, mergulha num estado de excitação sexual genital que, não contente em fornecer um substituto à satisfação sexual genital, vai ao ponto de paralisar de fato a tendência sexual normal da maturidade. (Reich, 1933/1974, p. 142).

Dessa forma, a religião também terá uma base dupla no plano da dinâmica pulsional, produzindo uma angústia genital e provocando a substituição da sexualidade genital por tendências pulsionais infantis, que passam a predominar de maneira anormal no adolescente, movidas pela frustração genital. E aqui abre-se o território para a pornografia, para o sadismo, para a perversão.

4.3. A máquina nazista e sua interpretação

Ao acompanharmos a exposição de Reich em *Psicologia de Massa do Fascismo* encontramos interrogações que, como dissemos anteriormente, já estavam presentes no pensamento reichiano desde a década de 20. É interessante notar que esta obra, aparentemente provocada pelos acontecimentos políticos que a precedem, não trata *apenas* de uma análise do nazi-fascismo.

A forma como são apresentadas as investigações e as teses reichianas neste trabalho, muitas vezes nos sugerem que os fenômenos do nazismo são tomados como exemplares em relação aos processos que Reich estava interessado já anteriormente. A ideologia, as posições adotadas pela massa - contrárias aos seus interesses objetivos - os acontecimentos políticos, a moral cultural, a constituição e o desenvolvimento da personalidade, os processos educacionais e a relação destes

fatores com a repressão da sexualidade, todos esses temas já vinham sendo abordados por Reich em seus trabalhos anteriores.

Em *Psicologia de Massa do Fascismo* estes fatores são insistentemente discutidos em uma apresentação que os mescla com a análise sobre características do nazismo. Na estrutura do livro, podemos perceber que os temas estudados por Reich não são apresentados de forma introdutória, para que ele passe a discutir os fenômenos políticos posteriormente. Pelo contrário, é na discussão sobre estes temas que os elementos do nazismo vão sendo desvelados.

Assim, a interpretação reichiana do nazismo é a interpretação de um processo que tem ao mesmo tempo fundamentação na gênese de ideologias e de personalidades em uma dada organização social. Se esta ordem de coisas fosse distinta, o nazismo não teria sido possível. Ou seja, a análise de Reich parte da suposição de que seria um equívoco procurar compreender o nazismo de um ponto de vista objetivo, por dois motivos fundamentais. Em primeiro lugar, porque objetivamente já estava explícita a sua função política e econômica, e em segundo lugar, porque o autor considerava que na opção pelo nazismo, estariam em jogo processos de ordem irracional, isto é, inconscientes, aos quais seria necessário empreender uma interpretação.

Vimos como Reich desenvolve estas idéias e pudemos acompanhar como o autor, ao direcionar sua investigação para o cotidiano da vida na sociedade alemã, encontra um solo fértil e apropriado para a recepção de uma ideologia autoritária e mistificadora, como a ideologia nazista. Mais uma vez, é importante salientar que não se trata de explicar o nazismo em uma perspectiva fatalista, e reduzir a emergência desse fenômeno político à determinações psicológicas, mas pelo contrário, de tentar

entender a *adesão* de grande parte da sociedade alemã às idéias nacionais-socialistas, exatamente em um período da história em que as previsões apontavam em outra direção.

É na *psicologia de massa* envolvida nos processos do nazi-fascismo que o autor está interessado e disso nos avisa todo o tempo. É claro que este interesse não se assemelha em nada à ciência de gabinete, como Reich costuma dizer, mas à um esforço de contribuir para a transformação das condições que levavam à manutenção da ordem social vigente, do aprisionamento e da barbárie.

Nessa direção, Reich encontra uma sociedade materialmente miserável, composta por sujeitos neuróticos, cuja personalidade tinha as marcas da repressão sexual exacerbada posta em prática na família patriarcal: servis e obedientes ante à autoridade, portadores de um desamparo e de uma fragilidade infantis, fixados em uma relação neurótica com a figura materna, mergulhados na dinâmica da sexualidade pré-genital - culpabilidade/sadismo.

Mais ainda, encontra pessoas ocupadas em manter a economia da repressão sexual no interior de seu psiquismo, vulneráveis à satisfação substitutiva na experiência religiosa e na perversidade e incapazes de crítica, dominadas por uma sexualidade não satisfeita e pelo conflito neurótico. Isto é, sujeitos psíquicos que em seu caráter carregavam a cristalização de uma atitude neurótica, mas ao mesmo tempo buscavam satisfação, sem poder concretizá-la na sexualidade.

E são estes mesmos sujeitos que se identificarão com a onipotência do discurso nazista e buscarão amparo na figura paterna do chefe autoritário, que defenderão a nação movidos por um amor nacionalista, que temerão e zelarão pela honra, pelo

dever, pela família. São estes mesmos sujeitos que se encantarão com o imperialismo, com a idéia de uma raça superior que deve ser defendida da miscigenação, exorcizando a concretização de relações sexuais que pudessem contaminar o sangue puro germânico, estes mesmos sujeitos que consentirão e tomarão parte no assassinato em massa dos “outros” ameaçadores dessa sociedade.

Ou seja, a análise reichiana da máquina nazista parte da crítica àqueles que examinavam os acontecimentos apenas por meio de um olhar racional, no plano da adesão às idéias nazistas, ou ao seu programa econômico, da crítica àqueles que consideravam o problema como uma loucura de Hitler ou uma loucura coletiva, para chegar àquilo que se constituía como seu combustível.

Ao olhar para aqueles que permitiram que Hitler e suas idéias que, em uma apreensão distanciada, podem mesmo lembrar conteúdos paranóicos, fizessem história nas surpreendentes dimensões que tão bem conhecemos, Reich desvenda a força do nazismo: sua propaganda e suas ações ofereciam satisfação às necessidades dos sujeitos. Não às necessidades materiais, mas às demandas afetivas de sua economia psíquica neuroticamente desenhada pela repressão sexual.

Com efeito, é na ideologia que está centrada a análise reichiana do nazismo, tendo em mente que o autor considera a ideologia como portadora de uma dupla base material: indiretamente, a estrutura econômica da sociedade e diretamente, a estrutura típica dos homens que a reproduzem, essa última também determinada pela estrutura econômica da sociedade, mas com um funcionamento particular (Reich, 1933/1974).

No encontro dessas condições temos a leitura reichiana do nazismo que

(...) caracteriza-se pelo seu modo de pensar metafísico, ideais abstratos, éticos, e por sua crença na missão divina do “führer”. Esses traços fundamentais ligam-se a um estrato mais profundo, que se caracteriza por uma forte ligação autoritária a um ideal de führer ou à nação. A crença numa “raça de senhores” torna-se uma mola mais poderosa, tanto para a ligação das massas nacional-socialistas ao führer, quanto da base psicológica do alistamento livremente consentido. Além disso, o que desempenha um papel decisivo é uma identificação intensa com o “führer”. *Na sua dependência psíquica, cada nazi, toma-se por um “pequeno Hitler”* [grifos meus]. (Reich, 1933/1974, p. 77).

Talvez aqui resida um ponto fundamental do pensamento reichiano, especificamente sobre os processos envolvidos no nazi-fascismo. Apesar de podermos discutir sua leitura desses processos e das teses que utiliza para sua compreensão, parece ser inegável a importância do direcionamento da interpretação realizada em *Psicologia de Massa do Fascismo* para os sujeitos da história e seus processos subjetivos, já que sabemos não ter sido apenas o *führer* o grande condutor daqueles acontecimentos. Chamar nossa atenção para o “pequeno Hitler” que habitava no cidadão comum, pode ter sido uma de suas maiores contribuições.

4.4. As propostas reichianas: ingenuidade, ambição ou crítica?

Para finalizar nossa apreciação de *Psicologia de Massa do Fascismo*, passaremos a discutir alguns outros pontos da análise reichiana, muitas vezes controversos e que também nos chamam a atenção. Como temos dito, o texto reichiano parece nos convidar a essas discussões por várias de suas características. Não temos dúvidas que *Psicologia de Massa do Fascismo*, ao englobar uma série de temas complexos e ao se posicionar de uma maneira radical em relação a eles,

intensifica a possibilidade de debate sobre as idéias reichianas. Aliás, parece que o próprio autor já previa esse efeito, ou o planejava deliberadamente:

Desejo ardentemente uma crítica científica dessa obra, não dessas que fabricam teorias sobre a existência humana num gabinete de estudos, mas daqueles que extraem as suas descobertas da vida real dos homens por um contato íntimo com eles, como sempre me esforcei em fazer. (Reich, 1933/1974, p. 8).

Sabemos que várias críticas, de fato, foram empreendidas à *Psicologia de Massa do Fascismo*, no que diz respeito à análise realizada por Reich nessa obra e sobre as propostas de intervenção na situação, defendidas por Reich. Em virtude de nossos objetivos, é interessante acompanharmos algumas dessas questões, pois este estudo aposta na presença de um pensamento crítico subjacente ao texto reichiano e, veremos que muitas destas análises de *Psicologia de Massa do Fascismo*, se orientam em uma direção diversa.

O mais constante questionamento impetrado à Reich, centra-se em sua filiação ao *freudo-marxismo*, ao ser apontado como um dos maiores expoentes de um movimento que é insistentemente acusado de confusões teóricas, de revisionismo e de deturpar ou falsificar, tanto a teoria de Freud, quanto a teoria de Marx.

Clément (1973/1975), uma autora marxista, afirma que o maior equívoco freudo-marxista está assentado na confusão entre repressão e recalçamento e “consiste em assimilar o processo de *recalçamento*, que funciona ao nível psíquico, à *repressão* ideológica e política” (p. 104). A autora prossegue dizendo que, devido ao fato de na teoria freudiana o recalçamento estar ligado à sexualidade e incidir sobre os objetos sexuais, o freudo-marxismo toma facilmente a via da denúncia da

repressão da sexualidade, elegendo a sua libertação, como a única saída para a sublevação mundial (Clément, 1973/1974, p. 105).

Para discutir o freudo-marxismo, a autora destaca a análise do pensamento reichiano que, segundo ela, construía uma ideologia individual na trilha do anarquismo. Sobre *Psicologia de Massa do Fascismo* a autora, ao avaliar as teses centrais da obra, afirma:

Nada d'isto se aproxima do essencial quer do pensamento de Marx quer do de Freud: não ao nível do vocabulário, mas radicalmente. Fazer da família o bastião da transmissão da ideologia dominante; confundir economia política e economia libidinal; assimilar Marx a uma sociologia, sem ver se a sociologia pode ou não separar-se da economia política e Freud a uma psicologia, tudo isso nada é em comparação com a concepção que desponta: a ativação das *massas* sempre reacionárias, prontas a seguir um Führer ou um psicólogo inspirado, móveis e versáteis. Reich é um führer *bom* (...) [grifos da autora]. (Clément, 1973/1974, p. 107).

Ou seja, além de criticar a confusão de conceitos da teoria marxista e psicanalítica, a autora acusa Reich de ter feito uma analogia “reacionária” entre massa e indivíduo, sem levar em conta as classes sociais, tomando como uma só coisa os conflitos entre as classes sociais e entre indivíduo e massa, confusão que traria sérias conseqüências:

Reich levou a dissociação burguesa entre indivíduo e massa ao seu extremo, no desprezo pela classe operária que julga incapaz de atividade política autônoma, pois que se torna necessário “canalizar” as suas energias; até ao momento em que a idéia de “natureza” recupera toda a humanidade, sem distinções. Reich é, na realidade um místico (...). (Clément, 1973/1974, p. 108).

Nesta crítica, efetuada desde o ponto de vista do marxismo, Reich é considerado de certa forma ingênuo no plano teórico, por não ter compreendido adequadamente as dimensões da teoria psicanalítica e marxista, precipitado em suas conclusões e reacionário, pela atitude política que derivaria de sua análise.

Sobre a inserção de Reich no freudo-marxismo, destaquemos um outro questionamento. Rouanet (1990), como já citado, também atribui à tentativa reichiana de integrar Marx e Freud as qualidades de insuficiência e de falsificação de ambos os pensadores. O autor reprova a obra reichiana em relação ao pensamento marxista, por atribuir à ideologia difundida pelas instituições sociais o papel central na formação e deformação da consciência, sem levar em conta que é o conjunto da formação social, em todas as suas instâncias, que estrutura a consciência. Para Rouanet (1990), o equívoco da obra reichiana em relação à psicanálise, seria centrar sua análise no papel do represamento da libido como geradora de ilusões da consciência.

E ainda segue categórico o autor, resumindo sua crítica à obra reichiana:

Ela é uma teoria incompleta, porque não considera a influência de *todos* os fatores da realidade externa na deformação da consciência. É uma teoria irracionalista, porque desloca para o Id, implicitamente, a fonte da verdade psíquica. É uma teoria simplificadora, porque sua visão caracterológica da falsa consciência, atribuindo o não-saber à interposição entre o sujeito e o objeto de uma blindagem psíquica, que condiciona de uma vez por todas o que pode ou não ser percebido, ignora toda a dialética das mediações pulsionais, que não se deixam petrificar em invariantes rígidos, e permitem ao mesmo sujeito, em circunstâncias distintas, perceber ou não perceber sua realidade. E é uma teoria autoritária, porque o indivíduo prisioneiro de sua *Panzerung* está desqualificado, desde o

início, para o processo político, já que o caráter, transformado em destino cognitivo, o condena a não perceber sua opressão, e a não poder lutar politicamente para emancipar-se, tarefa que deve ser confiada a indivíduos portadores de outras estruturas psíquicas, que lhes dêem o privilégio da consciência verídica [itálicos do autor, grifos meus]. (Rouanet, 1990, p. 121).

Assim, as evidências levam a crer que, sem dúvida, encontraremos muitos questionamentos à *Psicologia de Massa do Fascismo*, baseados em seu pertencimento ao freudo-marxismo. Vejamos ainda mais um último exemplo, agora colhido na literatura psicanalítica.

Mezan (1985/1990), ao comentar as críticas marxistas à antropologia freudiana, afirma que, por um lado, a teoria psicanalítica seria insuficiente para esgotar todos os problemas da realidade da vida social e histórica dos homens e, por outro, revela uma dimensão de sua existência, a saber, a dimensão do desejo e do inconsciente, que não é redutível às categorias marxistas.

Segundo o autor, seria daí que derivariam as tentativas de fundir em uma única concepção as idéias de Freud e de Marx, “que resultam regularmente nos mostrengos freudo-marxistas, como se a cada uma das teorias coubesse mapear uma das regiões essenciais da realidade humana, e entre as duas, pudessem exauri-la” (Mezan, 1985/1990, p. 350).

Para o autor, as idéias de Reich, assim como as de outros autores que se inscrevem na mesma tradição, a partir de simplificações sucessivas, tentando encaixar a teoria marxista e a teoria psicanalítica, pressupõem a idéia de uma

“comunidade de natureza” entre o psíquico e o social, buscando nessas teorias uma mescla para dar conta de toda a realidade, e aqui residiria o problema:

O fracasso mais do que regular em encontrar a receita adequada pode nos induzir a duvidar da correção do postulado de base: por que, com efeito, seriam dotados de uma afinidade substancial o psíquico e o social ? E se, ao contrário, fossem ambos irreduzíveis, e o projeto de uma teoria unificada do humano, capaz de explicar todos os fenômenos nos dois campos, fosse apenas um fantasma, ele sim redutível à onipotência do pensamento, sempre em vigor no inconsciente? (Mezan, 1985/1990, p. 350).

Já que não temos o interesse no presente estudo em advogar pela defesa ou contra Reich mas pelo contrário, trazer suas idéias ao debate, destacamos estes questionamentos com o intuito de acrescentar à nossa discussão que as teses reichianas, condensadas em *Psicologia de Massa do Fascismo*, podem e devem ser questionadas.

Parece-nos que aquela foi a tentativa de Reich, em seu tempo, de articulação dos conhecimentos que instrumentalizavam sua leitura da realidade e sua contribuição para os problemas que identificava. Se ela foi ou é valiosa, se foi governada por uma ambição teórica que desembocou no ecletismo, ou se constitui-se como uma apreensão equivocada daqueles processos, essa tarefa de avaliação é nossa e não de Reich.

Se também concordamos com a necessidade de revisão dos escritos de Reich, o que chama a atenção em alguns questionamentos, sobretudo nestes relacionados ao freudo-marxismo, é o fato de se basearem na *análise* feita por Reich e nas *respostas*

oferecidas pelo autor, a partir do pensamento de Freud e de Marx, e em sua fidelidade à esses corpos teóricos.

Encontramos no próprio *Psicologia de Massa do Fascismo*, como expusemos acima, a maneira como o autor se posicionava em relação à esta articulação, se é que podemos nomear a análise reichiana dessa forma, pois o autor afirmava enfaticamente que não pretendia misturar Marx a Freud, nem completá-los, mas sim somar leituras de fenômenos distintos, e em decorrência realizadas por corpos conceituais distintos, mas que encontravam-se, estes sim, articulados no funcionamento social.

Mesmo assim, se o resultado de sua leitura falsifica Marx e Freud, oferece uma apreensão simplificadora, não levando em consideração, como diz Rouanet (1990), *todos* os fatores da realidade externa envolvidos no processo de ideologização e compromete a interpretação dos processos psíquicos, ao empregar para isso a associação entre a teoria da genitalidade e a teoria do orgasmo, acabando por misturar de maneira grosseira Marx e Freud, como as críticas acima mencionadas sustentam, é uma possibilidade à qual devemos estar atentos.

Mas, por outro lado, *Psicologia de Massa do Fascismo* é construído sobre um alicerce, geralmente desprezado por estes questionamentos: Reich nos apresenta nessa obra inúmeras perguntas oriundas de sua apreensão da realidade. É certo que o autor estava interessado, como em toda a sua atividade, em encontrar soluções práticas para os problemas sobre os quais se interrogava. Todavia, temos a impressão que as críticas destinadas ao pensamento reichiano, se promovem uma reflexão necessária sobre as respostas reichianas, desconsideram a construção de seu pensamento, calcado nessas interrogações, e tendem a desqualificá-lo de forma geral.

Pode-se discordar do pensamento reichiano presente em *Psicologia de Massa do Fascismo*, de fato, em muitos pontos. Para citar alguns exemplos, a exacerbação da importância dada à sexualidade na constituição da personalidade, ou melhor, do papel da repressão sexual, grande fonte da gênese de ideologias e do adoecimento neurótico, pode ser discutida, sendo condição necessária para isso, debater com a própria psicanálise.

Pode-se, ainda nesse sentido, discordar também da tese da “revolução sexual”, isto é, da politização da vida cotidiana e da prática do que Reich denominava como política sexual, que tinha por objetivo se opor a uma moral negadora da sexualidade, “transformar os bastidores da vida pessoal em tribuna pública” (Reich, 1933/1974, p. 162), como uma das frentes necessárias (e quase suficientes) para a transformação social.

Nesse contexto, o papel atribuído por Reich ao conhecimento científico, única via de acesso a estes problemas e única “arma” para a sua superação, também pode ser questionado, a lado da forma como maneja as teorias que utiliza para compor sua leitura ambiciosa, e assim por diante.

Mas o que nos levaria a descartar as possibilidades de contribuição de um pensamento que, para chegar à estas respostas, como tantas outras constituídas na história do conhecimento, questionáveis, empreende uma radical interrogação da realidade? Para apresentar suas propostas, Reich nos conduz por indagações acerca da relação entre os processos socioculturais e o psiquismo que se, por um lado, convidam a partilhar de suas respostas, por outro, desafiam para que procuremos também nos posicionar.

Voltando a Rouanet (1989), encontramos uma avaliação que se aproxima de nossa discussão, pois segundo sua observação, “um dos fenômenos mais estranhos da história do conhecimento é o silêncio tumular que parece ter se abatido sobre os freudo-marxistas dos anos 20 e 30, e ao qual sucumbiu, em especial, sua teoria da ideologia e do processo de ideologização” (p.66).

Segundo ao autor, sempre são lembradas (e podemos dizer criticadas) as tentativas de articulação entre Freud e Marx colocadas por esse movimento, assim como alguns de seus temas, como a “revolução orgástica” de Reich, mas deixa-se de lado o fato de que muitos outros pensadores, como por exemplo os representantes da Escola de Frankfurt, desenvolveram teorias, cujas idéias originais haviam sido formuladas pelos tão atacados freudo-marxistas há meio século atrás.

Dessa forma, o autor destaca que foram esses freudo-marxistas que primeiro historicizaram as categorias psicanalíticas, que foi Reich o antecedente das idéias, por exemplo, de Marcuse, que foram eles os criadores da teoria dos aparelhos ideológicos do Estado:

Foram eles que aludiram à importância da luta cultural das classes dominantes, como complemento necessário de sua ação na frente política e econômica; que classificaram os “aparelhos” graças aos quais essa política se concretiza; que se referiram ao papel determinante da família, mas também da escola e dos *mass media* na formação das consciências, e na sua submissão aos imperativos do “senso comum” hegemônico; que indicaram a necessidade de uma reação das classes subalternas também no terreno da luta cultural; que postularam a diferença entre o momento da violência e o momento do consenso (...). Ao mesmo tempo, foram mais longe que muitos de seus sucessores, porque propuseram uma descrição de como esse “senso comum” se interioriza nas

consciências, e dos mecanismos afetivos que explicam a tenacidade da falsa consciência e a inacessibilidade da ideologia a argumentos racionais. (Rouanet, 1989, p. 66-67).

Se o movimento freudo-marxista, em sua ambição teórica, demarca um amplo território que não consegue explorar adequadamente, ou minimiza os limites de suas possibilidades, o que legitima muitas das críticas que recebe, inclusive localizando-o em um modelo de pensamento Iluminista, parece ter ainda assim possibilitado a abertura de outros caminhos, posteriormente desenvolvidos, mesmo a partir da crítica efetuada àqueles dos quais o freudo-marxismo lançou mão.

Recorrendo ainda uma vez à Rouanet (1989), temos sua opinião de que a sociologia do conhecimento auxilia na compreensão dos motivos que levam alguns temas a florescerem ou não em certos momentos históricos, mas

Mais difícil é explicar porque determinados temas, já claramente problematizados, são, repentinamente, “reprimidos”, fazendo com o que já pensado se transforme em impensado e levando as gerações posteriores a tematizar, *ex nihilo*, realidades já refletidas. (p. 67).

Esse parece ser um problema significativo nas críticas efetuadas ao freudo-marxismo que, no caso de Reich, pode ser acentuado por uma atmosfera que circunda sua produção, tantas vezes desqualificando-a, como já discutimos. Mas é impossível negar que as idéias de Reich, ao mesmo tempo que apresentam soluções questionáveis, como muitos autores já se ocuparam em problematizar, também apresenta a delimitação de perguntas e de um campo de problemas inovador.

Além disso, se pode-se dizer que muitas das idéias do freudo-marxismo foram esquecidas pela história do conhecimento em sua importância, as idéias de Reich, nesse sentido, permanecem *provocando* o debate sobre os seus temas. Pois, senão, como justificaríamos a atenção dada a elas por autores consideráveis, como os que acabamos de ouvir ? Mesmo que seja para discordar de Reich, parece que somos chamados a prestar a atenção em suas idéias.

É a essa característica que estamos atribuindo a nomeação de pensamento crítico em Reich, mesmo que não seja acompanhado de neutralidade, mas sim por uma busca insistente pela verdade e pela confiança na transformação através da prática. E talvez seja nessa característica que resida a força de suas idéias.

Se quisermos reencontrar o pensamento e a obra, e se quisermos ser fiéis a eles, só nos resta um caminho: pensar de novo.

Maurice Merleau-Ponty

5. DIÁLOGOS: O PENSAMENTO DE REICH EM MOVIMENTO

Se iniciamos o presente estudo apostando em um potencial crítico do pensamento reichiano, portador de um repertório de perguntas fundamentais inerentes ao seu desenvolvimento, após a exposição daquilo que consideramos uma ilustração dessa característica, chega a ocasião de nos debruçarmos sobre algumas interrogações que temos anunciado.

É importante lembrar que a motivação inicial desse trabalho foi posta em movimento por observar que o contato com Reich provoca no leitor uma série de inquietações, seja em relação aos temas, às teorias ou aos fenômenos sobre o qual o autor lança suas análises. Mas é importante dizer dessa provocação, apesar do estilo de Reich, sempre fornecendo respostas às indagações que formula, que seus escritos ainda nos desafiam a concordar ou discordar de suas idéias, fazendo “o feitiço voltar contra o feiticeiro” e convidando-nos também a submetê-lo às nossas interrogações, se quisermos lidar com suas idéias no plano do conhecimento e não no território das preferências pessoais, ou dos preconceitos, como a história já se encarregou de fazer com sua figura.

É assim que concluiremos nosso trabalho, reunindo aquelas perguntas reichianas, que aqui são perguntas *de* Reich, mas também *para* Reich. Para isso, proporemos um diálogo entre algumas delas com as idéias de Adorno, contidas em *Educação e Emancipação*, diálogo aquecido pelas idéias reichianas que acabamos de conferir em *Psicologia de Massa do Fascismo*, recuperaremos o debate célebre de Reich com algumas idéias da psicanálise freudiana e, finalmente, apresentaremos algumas perguntas relacionadas à prática da psicologia e ao conhecimento científico.

É necessário dizer, contudo, que não estamos propondo um aprofundamento na discussão acerca da teoria crítica nem da psicanálise freudiana, para o que não dispomos de condições no momento. Trata-se de tomar um possível diálogo das idéias desses autores e saberes com o pensamento reichiano em sua contribuição ao tema de nosso estudo, pois acreditamos assim acompanhar o movimento que podem adquirir as formulações de Reich, se debatidas.

5.1 Reich – Adorno: o sujeito e a crítica

Se é possível atribuir às formulações dos autores reunidos em torno do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, do qual Adorno é um dos grandes expoentes, uma raiz no movimento freudo-marxista (Rouanet, 1989), sobretudo em seu período inicial, sabemos que as distinções entre esses modelos tornam-se radicais, por posicionamentos distintos e por tomarem como objeto de análise, problemas e circunstâncias históricas também diversas.

Mesmo assim é tentador reunir as aproximações e distanciamentos, por exemplo, entre as idéias de Reich e as idéias de Adorno, pois ao lidarem com temas semelhantes e oferecerem leituras próprias, enriquecem as possibilidades de reflexão. Este poderia ser, por exemplo um bom mote para próximas pesquisas. Por ora, escolhemos um dos temas que poderiam contar dessa aproximação dos autores: a relação entre o sujeito e a possibilidade de crítica, sem nos determos na análise sobre a relação do pensamento reichiano com a teoria crítica de forma ampla. Vamos recorrer então às idéias de Adorno circunscritas ao texto escolhido.

5.1.1 Adorno: educação e violência

Para iniciar o diálogo, ouçamos Adorno em um dos artigos publicados em seu livro *Educação e Emancipação*. Escolhemos *Educação após Auschwitz*, mesmo sabendo que outros textos do autor podem ser utilizados para esse fim, pelo fato de chamar a atenção na proximidade com os problemas circunscritos com Reich. Vamos a ele.

A exigência de que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação [grifos meus]. (Adorno,1995 p.119).

É desta forma contundente que o autor inicia seu texto, que chama a atenção por suscitar no leitor a impressão de que está diante de uma declaração, de um alerta irrevogável. Sabemos que não se trata de um de seus ensaios filosóficos e que a forma e a linguagem utilizadas aproximam-se de um discurso adequado à ocasião de conferências e entrevistas posteriormente reunidas em uma coletânea³⁰. Mas, sem dúvida oportunamente, o tom de tal discurso nos convida a pensar na propriedade desta afirmação sem o distanciamento muitas vezes comum à teorizações que voltam seu olhar para problemas desta ordem.

Adorno segue dizendo que tal exigência prescinde de justificativas, em face da monstruosidade ocorrida e que mesmo buscar justificativas já teria algo de monstruoso (Adorno,1995, p. 119). Talvez mesmo sem essa ressalva, como poderíamos questionar tal exigência que se faz à educação? Chega-se mesmo à tentação de manter o silêncio, como este mesmo silêncio que recai sobre a própria situação de horror. Não nos parece ao menos curioso o hábito de dedicar um minuto

de silêncio em situações coletivas, em respeito ou em memória de vítimas da violência. Calar diante dela.

Mas este silêncio soa perigoso ao se constituir como um potencial de anteparo ao confronto com a situação de horror e com a constatação de que tudo caminha para sua manutenção. O perigo de que tudo aconteça de novo está em que não se admite o contato com a questão, rejeitando até mesmo quem apenas a menciona, como se ao fazê-lo sem rodeios, este se tornasse o responsável, e não os verdadeiros culpados (Adorno,1995). Ainda no início do texto, o autor lembra de que não se trata de uma ameaça de regressão à barbárie, já que Auschwitz foi *a* regressão e que ela “continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram tal regressão” (Adorno,1995, p. 119).

Passado o impacto inicial e encorajado pelo autor na tentativa de refletir sobre como evitar a repetição de Auschwitz, conscientizado do caráter desesperador da manutenção das condições que permitiram a regressão à barbárie, o leitor poderá se deparar com a primeira questão fundamental: *qual educação poderia incorporar tal exigência e tal objetivo?* E em decorrência, somos levados a perguntar ainda: *como a educação contribuiu e/ou contribui nos destinos da sociedade, sobretudo na produção e perpetuação da violência e da dominação?*

Talvez a segunda questão se constitua como mais urgente, se recorrermos à idéia de que ao fazermos a crítica do que está estabelecido, apontando o que oprime, abrimos também a possibilidade de apontar para aquilo que é negado, o que virtualmente seria libertador.

³⁰ADORNO,T.W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

Para isso, lembramos que ao assinalar tendências na sociedade, a proposta da teoria crítica não pressupõe um fatalismo, mas aponta para a necessidade de se imporem resistências a essas tendências, que apontem o tempo todo para aquilo que não está ocorrendo, como o faz o pensamento crítico.³¹

Retomando ainda outra idéia³² elaborada pela teoria crítica, diante da qual temos a impossibilidade de pensar em liberdade ou em sermos livres em um mundo que não é livre, somos levados a ter cautela em relação ao papel que a educação poderia ocupar, no sentido de intervir no curso em direção à perpetuação da violência ou em sua superação, já que ela própria é também mediada por condições objetivas anteriores. Ou seja, derivamos novamente uma questão: *há a possibilidade de uma educação emancipatória?*

Mas, voltando a Adorno, podemos perceber que a educação aqui, surge ampliada da educação formal às relações do indivíduo com os representantes sociais responsáveis por sua socialização desde muito cedo, o que nos permite redimensionar a discussão acerca de seu papel.

Parece que quando dizemos educação, nesse contexto, estamos nos remetendo diretamente à formação, aos processos sociais e psíquicos envolvidos na constituição da subjetividade, e que necessariamente devem ser objeto de reflexão ao tratarmos da questão da violência.

Ao constatar a impossibilidade de alteração das condições objetivas que permitiram que o nazismo acontecesse, que permanecem inalteradas e ao apontar

³¹Das anotações de aula do curso Teoria Crítica e Educação, ministrado pelo Prof. Dr. José Leon Crochik no curso de Pós Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da USP em 1997, acerca da Dialética do esclarecimento.

³²Idem.

para a necessidade de nos voltarmos para as repercussões destas condições objetivas na subjetividade, Adorno nos deixa a dupla perspectiva de compreensão e crítica desta relação, ao mesmo tempo, de encontrar uma possível saída para evitar a repetição: *o investimento no sujeito*, mesmo que isso signifique desvendar o quanto este sujeito não tem podido existir, diante das determinações objetivas. Talvez aqui reencontremos o papel da educação. *Seria intervir nesta formação em direção a um possível sujeito, um sujeito a vir-a-ser, através da crítica?*

Voltemos a Adorno e a uma outra ordem de problemas:

A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma auto-reflexão crítica. Contudo, na medida em que, conforme os ensinamentos da psicologia profunda, todo caráter, inclusive daqueles que mais tarde praticam crimes, forma-se na primeira infância, a educação que tem por objetivo evitar a repetição precisa se concentrar na primeira infância. (Adorno, 1995, p. 121-122).

Ou seja, neste momento poderíamos reafirmar que nossa discussão, proposta por Adorno, transcende o plano do debate entre modelos ou propostas em educação e recai na constituição do sujeito, engendrada pelos processos de educação costumeiramente descritos pela psicologia como *socialização primária*.

Ao nos depararmos com a idéia de que o caráter³³ do adulto, e como diz Adorno, mesmo daqueles que cometem crimes, forma-se em suas bases fundamentais na primeira infância, necessariamente nos remetemos à família como o principal agente neste processo. E poderíamos pensar de forma mais estrita no núcleo familiar, nas relações entre pais e filhos que surgem aos olhos da psicanálise como os

³³Entendo caráter, neste texto de Adorno, como personalidade, incluindo os preceitos morais, e não como código de valores do sujeito, algo que seria apenas da ordem da consciência.

representantes primeiros da ordem da cultura e da organização social na formação do psiquismo, por excelência, fornecedores dos conteúdos a serem introjetados pelo superego.

Pode-se supor que ao esclarecer que quando fala em educação após Auschwitz se refere também à problemática da educação infantil, Adorno nos chama a atenção para esta gênese de personalidades que vai se perpetuando na própria constituição do psiquismo da criança em sua relação com elementos da cultura anteriores a ela e que, por sua vez, já teriam mediado o psiquismo tanto de seus pais, quanto das instituições sociais às quais a criança será incorporada, como a própria escola.

Assim, pensar em Auschwitz, não requer apenas considerar um movimento da história coletiva, mas buscar compreender também a dimensão subjetiva desta coletividade. Estamos agora diante da problemática da personalidade. *Como seriam construídas personalidades em consonância com Auschwitz?*

Podemos agora lidar com a exigência proposta por Adorno à educação de forma ampliada. *Evitar que Auschwitz não se repita seria também se voltar para a gênese de personalidades?*

Podemos observar que ao longo do texto, o autor se debruça sobre esta questão, por exemplo ao analisar o que ele chama de caráter manipulador, na tentativa de compreender como ele se forma para evitar sua constituição futura, alterando as condições para que isto ocorra. O autor chega mesmo a incentivar tais estudos, considerados por ele como fundamentais na tentativa de impedir que Auschwitz se repita.

Mas o leitor poderá ser tomado pela insistência da lembrança: como transitar por tais afirmações, sem se perguntar: se os fundamentos da violência residem em condições objetivas presentes na sociedade e que são também, de certa forma, fundantes na formação da personalidade do sujeito, via socialização e decorrente distribuição de sua energia psíquica, *como podemos buscar a construção de personalidades emancipadas da violência e da dominação, sem a alteração das primeiras condições objetivas?*

Talvez seja a este caráter desesperador a que Adorno se refira no início do texto: perceber que esta tarefa representa construir obstáculos a algo moto-contínuo. Mas aqui podemos também avistar o que seriam algumas frestas na continuidade.

Adorno nos diz que o único poder efetivo contra o princípio de Auschwitz seria a autonomia, o poder para a reflexão e a autodeterminação (Adorno,1995). Poderíamos novamente questionar a possibilidade de autonomia, se desde que nos constituímos como indivíduos, já o somos enquanto governados por determinações prévias. Talvez o alerta inicial que nos coloca imperativamente o autor, se volte para a necessidade de explicitar esta origem e o estado de coisas em que estamos mergulhados e que nos atravessa mesmo quando poderíamos jurar que estamos sendo autônomos em relação à pressão social.

Creio que a sugestão de Adorno em relação à premência de que tomemos consciência dos mecanismos que levaram à barbárie e que continuam levando a ela, passe pelo desvelamento do quanto somos submetidos sim, à heteronomia. Por meio da reflexão e da crítica, poder chamar a consciência do indivíduo do assujeitamento em direção à potencialidade do autogoverno, mesmo que seja na condição de uma

idéia daquilo que poderíamos ser e nos é negado. Uma vez ainda: *seria esta a tarefa da educação crítica, trazer consigo a abertura para emancipação?*

Questões em aberto. Sobretudo porque nos levam a pensar que tal educação passaria por uma auto-reflexão crítica por parte do sujeito e, desta forma, pressupõem que na gênese de sua personalidade haveria espaço para a crítica. *Mas, e se não houver? E se, desde muito cedo, vamos aprendendo a não pensar, a não duvidar?*

Deixemos nossas questões registradas por ora, e passemos a ouvir as contribuições por parte do pensamento de Reich.

5.1.2 Reich: acontecimentos sociais, educação e processos psíquicos

Tendo como norte as questões suscitadas pela leitura de Adorno, seria quase inevitável ao estudioso da obra de Reich formular associações. Ora se pensa em perguntas reichianas à teoria crítica, ora vêm à mente críticas frankfurteanas às concepções de Reich. Podemos imaginar que esta conversa duraria anos. Mas, para começar, talvez fosse interessante nomear as primeiras lembranças sobre a proximidade de Reich em relação ao tema.

Em primeiro lugar, ambos os autores se ocuparam em pensar os processos envolvidos no fenômeno do nazi-fascismo, procurando compreender suas causas e repercussões, tanto em relação à história, quanto em sua dimensão subjetiva. Ao menos poderíamos fazer esta afirmação, lembrando que o referencial psicanalítico faz-se presente nos dois autores. Sem dúvida, o que já implica em dizer de suas especificidades, dadas as diferenças entre correntes de pensamento e interpretações

adotadas da própria psicanálise e que, de acordo com os referenciais assumidos, resultam em posicionamentos distintos e até mesmo divergentes. Fazemos associações também quando nos deparamos com a questão da ideologia, tema nobre, ao que parece, para os autores.

Sobretudo ao ouvirmos algumas idéias de Adorno sobre a educação, a saber, a importância da formação também como construção das bases para personalidades em acordo com as condições objetivas de uma dada época histórica, somos diretamente remetidos às idéias de Reich sobre a formação do caráter, na condição de estrutura global de personalidade, e sua articulação com as relações socioculturais, com a ideologia e com as relações de dominação. Chega-se mesmo à surpresa de encontrar afirmações muito semelhantes e o emprego de um certo tom de alerta em referência ao assunto, comuns.

Um exemplo:

(...) qualquer organização social produz nas massas de seus membros as estruturas de que necessita para os seus objetivos fundamentais. Sem essas estruturas, que a psicologia de massa deve explorar, a guerra não teria sido possível. (Reich, 1933, p. 25).

Por um lado, é certo que todas as épocas produzem as personalidades - tipos de distribuição de energia psíquica - de que necessita socialmente. (Adorno, 1995, p. 132).

Assim, pensou-se em reunir algumas destas idéias reichianas em que podemos notar paralelos com Adorno, para ensaiar algo próximo de um diálogo.

Iniciamos com o anúncio de que faríamos algumas aproximações entre idéias de Reich e Adorno. Talvez cheguemos a questionamentos que se aproximam. Vimos

que a partir do texto escolhido de Adorno, pudemos chegar a algumas conclusões e perguntas.

Parece-nos inevitável pensar na dupla educação e violência, tendo o autor localizado na primeira a tarefa primordial de evitar a segunda. Identificamos que por educação podemos entender formação - a constituição do sujeito - inclusive em sua dimensão primária, a educação infantil. Derivamos daí que se trata também em pensar na construção de personalidades, mediada pelas condições objetivas representadas na família. Nos ocupamos com a pergunta: *como pensar em uma educação emancipatória nestes termos? Seria possível?*

Ao nos voltarmos para o pensamento reichiano, encontramos também a idéia de que a educação, determinada por uma relação de poder e de dominação, forma tanto ideologias quanto personalidades em acordo com tais ideologias. Novamente nos deparamos com a educação compreendida como aquela exercida pela família, formadora do caráter.

Devemos dizer que a aproximação primeira e imediata entre os dois autores, sobretudo com as idéias deste específico texto de Adorno, se faz por esta questão: *como, através da educação, se formam sujeitos psíquicos predispostos à violência e submetidos à dominação ? Da qual podemos derivar: Como interpor resistências a este processo de aprisionamento da consciência que parece se perpetuar pela vida cotidiana?*

Já mencionamos que a saída para Adorno parece apontar para a necessidade da crítica. A crítica que desvele nossa sujeição e possa permitir que se fale do que nos é negado. Talvez a educação surgiria como esta possibilidade de crítica do

estabelecido, do ilusório e mistificador em relação à nossa autonomia e com um caráter conscientizador em relação à violência e a barbárie.

Mas, apesar de sabermos que em Reich a saída necessariamente passa pela transformação social, ao ouvirmos sua análise, temos a idéia de que mesmo a possibilidade da auto reflexão crítica queda ameaçada pela produção, por parte da organização social e de seus derivantes na moral e na cultura, de caracteres neuróticos automaticamente conectáveis à ideologia, sem espaço nem plasticidade psíquica para o questionamento.

Parece que Adorno aponta para este problema, mas nos deixa em aberto a contradição entre a necessidade de impor a exigência da crítica à educação e a possibilidade de ser ela própria a responsável pela não crítica.

Seria Reich, por incrível que possa parecer, mais “pessimista” que Adorno?

Para concluir seria imprescindível compreender melhor qual o lugar que Adorno reserva e como propõe a inflexão em direção ao sujeito, para podermos discutir a possibilidade ou não da crítica.

Mas até o momento, parece ter surgido em nossa exposição uma certa correspondência entre as leituras de Reich e Adorno sobre as formas pelas quais subjetividades vão sendo constituídas no processo de socialização/educação, em consonância com as necessidades de manutenção de uma ordem de dominação econômica e ideológica. Fica claro, nas contribuições de ambos os autores, que escolhas e atitudes do sujeito diante dos fatos sociais estão longe de um posicionamento autônomo e governado apenas pelo plano da consciência.

No recorte que fizemos, é nítido que a preocupação que se destaca não seria exatamente a possibilidade de felicidade do homem vivendo em uma sociedade autoritária ou marcada pela desigualdade econômica, mas as possibilidades de transformação ou não desta ordem de coisas. Sabemos ser este o tema por excelência dos estudos da teoria crítica. Sabemos também que em Reich, esta é uma preocupação que se articula com seu projeto científico.

Assim, se até agora acompanhamos as idéias de Reich sobre a ordem social e sua relação com o psiquismo reunidas em *Psicologia de Massa do Fascismo*, texto que muito pode contribuir em uma análise dos acontecimentos políticos e sociais, devemos trazer para a discussão as outras dimensões que o interesse pela educação ocupa em Reich.

Como estamos tentando lembrar, em Reich, transformar a sociedade muitas vezes surge como coadjuvante na profilaxia do adoecimento e sofrimento humano. Por sua vez, como esperamos ter demonstrado acima, sujeitos adoecidos e neuróticos *devido* à ação social seriam incapazes de transformação e de crítica, fechando o círculo.

E aqui nos encontramos diante da ambição reichiana, em que clínica, conhecimento, educação e militância política se articulam em um projeto transformador que requer mudanças estruturais na ordem da cultura e da sociedade e *ao mesmo tempo* requer ações que incidam sobre o sujeito, na busca pela possibilidade de felicidade natural do homem que estaria sendo impedida.

Podemos dizer, nesse sentido, que às questões acima delimitadas no diálogo com Adorno, sobretudo se *haveria a possibilidade de uma educação emancipatória em relação aos destinos da sociedade*, talvez possamos acrescentar desde já mais perguntas reichianas: *haveria, diante da cultura e da sociedade, a possibilidade de uma educação emancipatória do sujeito em relação à psicopatologia ? Seria esta uma das exigências, a exemplo da formulação de Adorno sobre a barbárie, que se impõem à educação, desde o ponto de vista reichiano? Voltemos a Reich.*

Como expusemos, Reich traz várias contribuições à análise dos processos sociais em sua relação com o psiquismo, mas o faz sem se transformar em um pensador estritamente da cultura e sim desde o lugar de um pensador da saúde mental. Da mesma forma, Reich também não era pedagogo ou um pensador em psicologia da educação, quando investiga o tema. Pelo contrário, parece que seu projeto de intervenção no sofrimento psíquico acabou por lhe exigir que buscasse fazer também interfaces com a área educacional. Escreve Albertini (1994):

(...) Reich não foi um autor com atuação restrita aos limites de uma única área do conhecimento. Sempre com a mesma atitude otimista e acreditando na possibilidade de maior felicidade humana, lutou em todas as frentes que de alguma forma pudessem contribuir para a realização desse objetivo. Uma dessas frentes foi a Educação. (p.59)

Parece natural que um psicanalista, confiante na concepção de que o sujeito psíquico se estrutura na relação com o outro e primariamente com as figuras familiares, volte-se para os processos que desenham esta constituição ao longo do desenvolvimento do sujeito. Mas para um psicanalista como Reich, questionador incansável da etiologia do adoecimento psíquico e investigador das possibilidades de

preveni-lo, as ações educativas parecem ter saltado aos olhos. *Seria a educação o representante mor da cultura em sua tarefa de reprimir o sujeito e responsável direta pelos efeitos da moral sobre o psiquismo? Poderia se constituir como mais um instrumento na prevenção da neurose se fosse reformulada?*

Pudemos acompanhar na análise de Reich sobre os processos que teriam possibilitado a adesão do proletariado alemão ao nazismo, a importância dada à educação na gênese de personalidades neuróticas. Sabemos que neste período pautava sua intervenção contra tudo aquilo que representasse uma prática educacional moralística e autoritária (Albertini, 1994), convencido que estava de sua tese de que o mal vem de fora do homem, da repressão de sua sexualidade, gerando a neurose.

É a época do vigoroso combate sexual de Reich e da idéia de revolução sexual. É a época das respostas e atitudes concretas de Reich diante das questões que fizemos acima. Como percebemos facilmente ao tomar contato com sua obra, a investigação sobre a etiologia do sofrimento psíquico em Reich parecia necessariamente estar articulada à intervenção em direção à transformação.

Sabemos também que no decorrer do desenvolvimento de sua obra, suas crenças e propostas para a educação vão ganhando em interesse e se reformulando, voltando-se cada vez mais para a educação infantil e redimensionando o problema sobre o conflito Homem/Cultura do período. Mas seria interessante olhar um pouco mais atentamente as formulações iniciais de Reich sobre a educação e observar suas questões, que acreditamos poder acrescentar novas elementos à nossa discussão.

O nascimento do interesse de Reich sobre a área educacional ocorre em um momento que o autor estava bastante envolvido com a produção psicanalítica. E

como psicanalista, dedicava sua atenção às questões de técnica, e já propunha um novo posicionamento diante da concepção de personalidade presente na psicanálise da época, procurando ir além da abordagem dos sintomas (Albertini, 1994). Estava surgindo o que mais tarde viria a ser a teoria do caráter.

Ao mesmo tempo, atuava na Clínica Psicanalítica de Viena, tomando contato com as camadas mais pobres da cidade e suas patologias. Estava preocupado em entender as causas da doença psíquica da época, a neurose, investigando possíveis fatores patogênicos. *Seriam as condições econômicas e sociais às quais aquele grupo de pessoas estaria submetido o fator que mais contribuiria para o agravamento da neurose?* Também, a partir de suas observações na clínica que o levavam a perceber que os pacientes neuróticos traziam associadas queixas ou problemáticas relacionadas à sexualidade, perguntava-se: *a repressão da sexualidade por códigos moralísticos impeditivos da satisfação, não seria um grande fator patogênico?*

Se a neurose era causada pela frustração das demandas pulsionais, gerando estase de energia, parece que aqui se inicia já a investigação mais original de Reich: *onde estariam ocorrendo os excessos de limitação frente às necessidades de satisfação do sujeito? Na cultura da época, inibidora da sexualidade? Em uma educação excessivamente repressiva da sexualidade da criança, que formaria adultos também reprimidos e incapazes de satisfação, logo neuróticos?*

Parece ser neste caminho, partindo da clínica e movido pelo interesse de compreender o que estaria causando a neurose e como preveni-la, que Reich vai se voltar à educação. Escreve *O caráter impulsivo*, em que dedica um tópico para analisar formas de educação e suas possíveis consequências na constituição da personalidade, sempre discutindo a relação entre possibilidade de satisfação pulsional

e os limites impostos pela educação. Descreve quatro formas possíveis de educação infantil, consideradas a partir da relação entre frustração e satisfação pulsional:

Na primeira delas, a mais adequada segundo Reich, ocorrem frustração e satisfação pulsional parciais. O que a caracteriza é a presença da ação educacional frustrante sem uma conseqüente inibição pulsional completa. O mesmo já não ocorre com a segunda forma. Nesta, a frustração excessiva, aplicada massivamente, cria condições para a organização de caracteres inibidos. Na terceira, ao contrário da anterior, uma atitude permissiva extremada gera o aparecimento de caracteres com pouca capacidade de autocontenção. Na quarta e última forma, uma ampla atitude permissiva é seguida pela aplicação de frustração intensa e traumática. (...) esta última forma de educação desempenharia importante papel no surgimento de caracteres impulsivos. (Albertini, 1994, p. 61-62).

Nessa perspectiva inicial, o que estava sendo abordado, segundo Albertini (1994), era a busca de uma dosagem ótima entre frustração e satisfação pulsional e a coerência no processo educativo, sendo que o erro nos processos educacionais que mais tarde viriam a ser responsáveis pelo adoecimento, residiria no grau exagerado de frustração ou de sua ausência na educação da criança.

Ainda com a perspectiva da clínica permeando seu olhar para a educação, surge, segundo Albertini (1994), aquele que seria o primeiro artigo de Reich especificamente dedicado à educação: *Os pais como educadores: a compulsão a educar e suas causas* (Schmidt; Reich, 1926/1975) que passaremos a comentar em alguns aspectos.

O primeiro deles que chama a atenção é a semelhança entre o tão comentado episódio supostamente acontecido com Freud, em que uma senhora haveria lhe procurado para lhe perguntar sobre a educação de sua filha e teria tido como resposta que fizesse como fizesse, qualquer forma seria igualmente má e a circunstância que parece ter dado margem a este artigo de Reich: inicia seu texto contando que também uma senhora havia lhe procurado recentemente para lhe pedir conselhos sobre a educação de sua filhinha (Reich, 1975*b*). Mas se a característica deste período nas idéias educacionais de Reich “é a convivência – nem sempre harmônica – entre o referencial freudiano e as emergentes concepções reichianas” (Albertini, 1994, p. 61), logo no primeiro parágrafo do texto nos deparamos com uma significativa diferença entre os dois autores.

O espírito de investigação sobre as possíveis relações entre a educação e a produção da neurose, parecem fazer com que Reich não se dê por convencido das formulações freudianas e passe a oferecer sua escuta atenta e minuciosa a esta mãe que lhe vem procurar. E aqui podemos enunciar uma das teses que desenvolvemos neste estudo: a importância das contribuições de um autor que mantém-se instigado permanentemente sobre as concepções teóricas, fazendo-as trabalhar a partir de suas observações.

Logo em seguida, Reich avisa que a mãe em questão detinha vários conhecimentos sobre a psicanálise e que tentava direcionar cuidadosamente suas ações educativas. Avisa também que as condições sob as quais a criança vinha sendo educada eram as mais favoráveis, não se tratando de um ambiente problemático o que a criança circulava. Mas insere já sua principal idéia neste texto:

Mas é importante verificar que até nas melhores condições possíveis surgem problemas de educação que têm origem na atitude *inconsciente* do educador para com a criança, e que por essa razão se tornam difíceis de resolver: nem sempre o saber se deixa traduzir numa atuação conseqüente (Reich, 1975b, p. 53).

Ou seja, se Reich estava interessado em investigar as causas de uma educação patogênica, se depara com um novo problema: não bastaria que os educadores fossem partidários de um saber sobre o desenvolvimento da criança, inclusive psicanalítico, ou que se preocupassem em conduzir os atos educativos *corretamente* com o intuito de não causar males psíquicos aos filhos e, conseqüentemente, ensinar aos pais como deveriam educá-los também não traria grande benefício, pois continuaríamos a agir no plano da consciência.

Reich demonstra que a senhora que vem lhe procurar, antes de ser uma educadora, era mãe e antes ainda, mulher e, como tal, se relacionava com sua filha, colocando suas ações educativas a serviço de demandas inconscientes, correspondentes ao seu desejo. Se seguimos o texto, percebemos que a única saída para a prevenção da neurose na criança em questão, seria análise da mãe. Neste sentido Reich chega a afirmar:

Vemos assim que as motivações conscientes são apenas racionalizações secundárias. Daí resulta a dificuldade extrema de apreender os problemas da educação. Não existe outro meio a não ser a psicanálise individual, ou seja, convencer os educadores do verdadeiro significado da sua atuação. (Reich, 1975b, p. 66).

Não pretendemos aqui discutir a viabilidade ou o mérito desta proposta que decorre da análise de Reich. Mas é interessante que neste texto, Reich aponta para mais um dos problemas envolvidos na educação como fator patogênico: a atuação da dimensão inconsciente, que delimita, os efeitos da educação na promoção da neurose, como também demonstrou em *Psicologia de Massa do Fascismo*.

Reich prossegue sua análise, identificando que esta dimensão inconsciente do educador, poderia levá-lo à exaustão na prática educativa, implicando em uma educação demasiadamente repressora, logo imprimindo à educação uma frustração desnecessária e patogênica, uma verdadeira compulsão à educar.

Albertini (1994) observa que neste texto de Reich há por um lado um interesse nas medidas educacionais como promotoras de saúde, se empreendidas com uma frustração necessária das pulsões da criança, ou de patologias no caso de essas frustrações serem excessivas. Ainda segundo o autor, ao reconhecer que “educar é também reprimir” Reich estaria próximo ainda da tese freudiana da inevitabilidade da neurose, que posteriormente discordará radicalmente. Mas por ora, deixemos registrado a inclinação de Reich para conceber a educação como em estreita relação com a etiologia dos adoecimentos psíquicos.

Prosseguindo nossa exposição, é bom lembrar que essa discussão - a relação entre educação e adoecimento psíquico - é polêmica atualmente. Por exemplo, vejamos o comentário de Costa (1984) sobre a mesma anedota freudiana que lançamos mão acima:

Freud, é sabido, não tinha muito senso de humor. Mas se lhe faltava humor, sobrava-lhe fineza de observação. Conta-se, por exemplo, que teria respondido a

uma mãe que lhe perguntara o que fazer para bem educar o filho: “faça como quiser, qualquer que seja a maneira ela será igualmente má”. Freud, descontado o mau humor, pretendia dizer que não existe prevenção possível da neurose. Hoje em dia, estamos tão habituados a crer que a saúde mental depende da educação, que uma semelhante afirmação pode causar estranheza. (Costa, 1984, p. 63).

Por outro lado, o que parece nos causar espanto é a própria afirmação do autor. Se é verdade que a educação designada por ele nesse mesmo artigo de “educação psicológica” esteve presente por muito tempo nos meios educacionais e que perdura ainda, é certo também que atualmente convivemos com a noção de que discutir a possibilidade de prevenção da neurose, recebe nos meios psicanalíticos, o mesmo tratamento dado por Freud no episódio acima. É comum ouvirmos o termo “neurose” identificado com normalidade – no jargão: *neuróticos, todos somos*.

Ou seja, as perguntas reichianas, acrescentadas às formulações de Adorno, necessariamente remetem ao próximo ponto que desenvolveremos: o debate Reich-Freud em um de seus capítulos mais tensos – a tese da inevitabilidade da neurose, ou ainda, da inevitabilidade do sofrimento, pois se vimos que para Reich a função estratégica da educação na superação ou manutenção da violência e da barbárie está diretamente ligada ao papel que desempenha na gênese da neurose, na condição de agenciadora da repressão sexual, discutir a possibilidade de prevenção da neurose, no projeto reichiano, alia-se à possibilidade de constituição ou não de sujeitos abertos à crítica e à auto-reflexão.

5.2. Reich – Freud e o problema da cultura

Wagner (1996) considera que não se pode observar uma ruptura entre Freud e Reich no que diz respeito às questões teóricas, mas no que se refere às questões de cunho ideológico, isto é, as concepções de homem, cultura, natureza, processo saúde-doença etc., encontramos o “ponto nodal daquilo que poder-se-ia vislumbrar como ruptura entre as idéias de Freud e de Reich” (p. 105), a partir do qual, as perspectivas reichianas irão divergir radicalmente das idéias de Freud, mesmo que partam de um problema em comum: o conflito homem x cultura.

Com efeito, é notória a controvérsia entre os posicionamentos reichianos em relação à psicanálise, enfocados pelos comentadores de sua obra e enfatizado diversas vezes pelo próprio autor. Nosso interesse está longe de esgotar as diferenças e semelhanças entre o as idéias desses pensadores, pois esse se constituiria já como um outro estudo. Nosso objetivo é aproveitar algumas perguntas que se sobressaem desse extenso debate entre Reich e Freud no que diz respeito ao conflito mencionado entre homem e cultura, que se aproximam de nosso tema.

Para tanto, acompanharemos inicialmente as idéias freudianas exprimidas em dois estudos separados por um longo período na produção freudiana, mas que podemos tomar como marcas de seus posicionamentos em relação ao conflito em questão: *Moral Sexual Civilizada e Doença Nervosa Moderna* de 1908 e *O Mal Estar na Civilização* de 1930.

1.2.1. Freud: o começo e o fim das ilusões

Tratar das idéias freudianas acerca do conflito homem x cultura não é tarefa fácil. Sendo desnecessário justificar tal dificuldade demasiadamente, enumeremos alguns de seus elementos. Em sua vasta produção, o tema aparece insistentemente e acompanha a evolução do pensamento freudiano em suas variações. Segundo Mezan (1985/1990), a socialização do ser humano está no centro da teoria psicanalítica da cultura, mas também no centro da teoria psicanalítica como um todo:

Partindo da tese de que a vida psíquica do homem é determinada simultaneamente de “dentro” e de “fora”, pela dinâmica pulsional e pelas relações sociais em que esta se insere, a psicanálise encontra inevitavelmente a questão de saber como estes dois fatores se combinam, se determinam reciprocamente e entram eventualmente em choque um com o outro. (Mezan, 1985/1990, p. 455).

A favor dessa observação, o autor lembra do posicionamento adotado por Freud em *Psicologia de Massa e Análise do Ego*:

O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto. É verdade que a psicologia individual relaciona-se com o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para seus impulsos instintuais [para suas pulsões]; contudo, apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido

ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social. (Freud, 1921/1974, p. 91).

Esta clássica declaração, além de apontar para o fato de que o tema da cultura está indissociavelmente presente nas formulações psicanalíticas e que, para compreendê-lo, devemos necessariamente ter em mente a forma como a psicanálise progride em seus conceitos, possibilita o entendimento de outra característica da própria teoria psicanalítica da cultura, ou seja, que para a análise freudiana não há diferença de natureza entre cultura e indivíduo:

Este fio condutor (...) se apóia na concepção de dois princípios que ultrapassam a esfera do psíquico para investir, do lado do infra-anímico, a dimensão biológica, e do lado do supra-anímico, a civilização como fruto da união dos homens. Pulsões de vida e pulsões de morte atravessam a totalidade do existente, do inorgânico (em que se revelam como forças de atração e de repulsão) ao internacional, engendrando conflitos em cada nível e dando origem às mais diversas manifestações. (Mezan, 1985/1990, p. 454).

Deve-se à isso o fato de encontrarmos o tema da cultura presente também nos textos freudianos que se ocupam da clínica, tanto naqueles que se ocupam especificamente do que poderia se chamar de uma antropologia ou sociologia psicanalítica. Mas, evidentemente, é nesse segundo grupo de estudos freudianos que os aspectos designados acima por Wagner (1996) de ideológicos aparecem mais explicitamente detalhados.

O autor define dois momentos no pensamento freudiano em relação às suas concepções de homem e de cultura, que auxiliam a comparação com o pensamento reichiano e que acendem o debate.

O primeiro deles poderia ser marcado por *Moral Sexual Civilizada e Doença Nervosa Moderna* (Freud, 1908/1974) que comentamos em alguns aspectos no tópico 3.1.2.1 deste estudo. Este texto, que pode ser considerado como a primeira exposição mais longa de Freud sobre o tema do conflito entre a civilização e as demandas pulsionais, se apóia nas descobertas apresentadas três anos antes nos *Três Ensaio*s, abordando pela primeira vez os aspectos sociológicos desse conflito, que mais tarde ganhará novos estudos.

Em *Moral Sexual...* Freud parte de estudos de alguns autores que discutiam a relação da “moral sexual civilizada” e da vida moderna com os distúrbios nervosos, lançando uma hipótese:

Não é arriscado supor que sob o regime de uma moral sexual civilizada a saúde e a eficiência dos indivíduos esteja sujeita a danos, e que tais prejuízos causados pelos sacrifícios que lhes são exigidos terminem por atingir um grau tão elevado, que indiretamente cheguem a colocar também em perigo os objetivos culturais. (Freud, 1908/1974, p. 187).

Prosseguindo sua exposição, avalia que os estudos anteriores não consideravam o fator etiológico mais importante não do “nervosismo” mas das doenças nervosas propriamente ditas (à época: psiconeuroses e neuroses atuais) – “a influência prejudicial da civilização que reduz-se principalmente à repressão nociva da vida sexual dos povos civilizados através da moral sexual ‘civilizada’ que os rege” (Freud, 1908/1974, p. 191).

Ou seja, fundamentado no ponto de vista econômico, Freud afirmava que a repressão da sexualidade, ao impedir o curso esperado da satisfação da libido, seria a responsável pelo armazenamento de energia, alimento do sintoma neurótico, como vimos anteriormente. Com a intenção de “inserir num contexto mais amplo o tema do aumento das doenças nervosas”, Freud passará a fazer uma análise da cultura:

Nossa civilização repousa, falando de modo geral, sobre a supressão dos instintos. Cada indivíduo renuncia a uma parte dos seus atributos: a uma parcela do seu sentimento de onipotência ou ainda das inclinações vingativas ou agressivas de sua personalidade. Dessas contribuições resulta o acervo cultural comum de bens materiais e ideais. Além das exigências da vida, foram sem dúvida os sentimentos familiares derivados do erotismo que levaram o homem a fazer essa renúncia, *que tem progressivamente aumentado com a civilização* [grifos meus]. (Freud, 1908/1974, p. 192).

Aqui são apresentadas algumas teses fundamentais para a nossa discussão, de acordo com a situação do pensamento freudiano à época. Em primeiro lugar, estamos diante de uma formulação que aponta para a inevitabilidade da renúncia pulsional para a civilização, já que “aquele que em consequência de sua constituição indomável não consegue concordar com a supressão da pulsão, torna-se um ‘criminoso’, um ‘*outlaw*’ diante da sociedade” (Freud, 1908/1974, p. 192). Em segundo lugar, é definida a forma como esse conteúdo pulsional reprimido ao longo do desenvolvimento psicosexual pode contribuir para a constituição da civilização: por meio da sublimação, capacidade da pulsão de deslocar seus objetivos originalmente sexuais, por outros não sexuais.

Mas ao mesmo tempo que descreve o antagonismo entre satisfação pulsional e civilização, localizando na repressão da primeira a condição de desenvolvimento da

segunda, Freud chama a atenção para o aumento progressivo dessa renúncia a partir das exigências da vida civilizada, fator responsável pelo *incremento* do adoecimento neurótico.

Ou seja, no pensamento freudiano da época, a sublimação não era considerada como capaz de solucionar o destino da intensidade das demandas pulsionais, sendo necessário um certo grau de satisfação direta na sexualidade. Em uma moral excessivamente repressora da sexualidade, essa satisfação não seria possível e teríamos como resultado um aumento das doenças nervosas: das neuroses e das perversões. E,

Os neuróticos são uma classe de indivíduos que, por possuírem uma organização recalcitrante, apenas conseguem sob o influxo de exigências culturais efetuar uma supressão *aparente* de suas pulsões, supressão essa que se torna cada vez mais falha. Portanto, eles só conseguem continuar a colaborar com as atividades culturais com um grande dispêndio de energia e às expensas de um empobrecimento interno, sendo às vezes obrigados a interromper sua colaboração e adoecer [grifos do autor]. (Freud, 1908/1974, p. 196).

É assim que a civilização, ao conduzir a renúncia pulsional necessária para a sua manutenção, acaba excedendo na repressão e produz circunstâncias adversas ao próprio processo civilizatório. O que leva Freud a concluir:

(...) as neuroses, quaisquer que sejam sua extensão e sua vítima, sempre conseguem frustrar os objetivos da civilização, efetuando assim a obra das forças mentais reprimidas que são hostis à civilização. Dessa forma, se uma sociedade paga pela obediência a suas normas severas com um incremento de doenças nervosas, essa sociedade não pode vangloriar-se de ter obtido lucros à custa de sacrifícios; e nem ao menos pode se falar em lucros. (Freud, 1908/1974, p. 207).

Freud localiza neste estudo a gênese do sofrimento humano e de seu adoecimento *no* conflito entre as demandas da sexualidade do sujeito e os impedimentos impostos pela cultura à sua satisfação. Ou seja, aqui não aparece um sujeito considerado *a priori* como portador de um conflito no interior de seu psiquismo, mas exatamente a leitura de um conflito que se estabelece no momento de articulação das necessidades do sujeito com as imposições da cultura. E se este conflito já era considerado como inevitável, a ação da cultura em relação ao sujeito aparece questionada.

As proibições culturais à satisfação são vistas por Freud em *Moral Sexual...* como exageradas - um impedimento da satisfação (que em certo grau também é vista pelo autor como necessária ao progresso da civilização) movido apenas por designações moralísticas. Em virtude disso, Freud não faz somente uma investigação sobre a causa da neurose neste texto, mas efetua claramente uma crítica da cultura repressora da sexualidade e propõe que seja transformada a cultura, como variável causadora do sofrimento, crítica que pode derivar uma proposta de prevenção do adoecimento, ao se minimizar os efeitos da civilização.

Porém, o curso que toma a investigação psicanalítica, e que passa por outras descobertas no funcionamento do indivíduo, levam Freud a se distanciar radicalmente das formulações de 1908, daquele texto tão pouco conhecido e que chega a causar estranhamento quando se sabe sua autoria, já que as idéias freudianas posteriores parecem ter tanto adquirido notoriedade, quanto um aspecto de inquestionabilidade.

Essa mudança caracteriza o segundo momento do pensamento freudiano definido por Wagner (1996). Pode-se dizer que a nova leitura freudiana mantém a

concepção presente, segundo Mezan (1985/1974), desde os primórdios da psicanálise, presente também no texto de 1908, de que a cultura repousa integralmente sobre a coerção das pulsões.

Se essa formulação já podia ser encontrada na correspondência de Freud desde muito cedo, como também em *Totem e Tabu* (Freud 1913/1974), é a partir de 1919 com a publicação de *Além do Princípio do Prazer* (Freud, 1920/1974) que ocorrerá a mudança significativa em sua análise sobre a cultura, consagrada em *O Mal Estar na Civilização* (Freud, 1930/1974).

Segundo Mezan (1985/1990) é inegável que o cenário político na data de publicação de *Além do Princípio do Prazer* pode ter contribuído para esta mudança no pensamento freudiano, pois sem dúvida é depois Primeira Guerra Mundial que a análise freudiana da cultura passará a centrar-se na agressividade, fator que pode ser estendido às obras do período final, em que cenários como a Revolução soviética e a ascensão do nazismo se ofereciam como pano de fundo para as análises do psicanalista. Mas ainda segundo o autor, seria essa uma compreensão apressada,

Pois um feixe de temas e conceitos novos é inseparável destas circunstâncias: a nova doutrina das pulsões, que substitui a oposição pulsões sexuais/pulsões do ego por pulsões de vida/pulsões de morte; a segunda tópica, que, sem se reduzir à primeira, tampouco a abole por completo; a sexualidade feminina, reconhecida agora como estruturalmente diferente do homem; a importância decisiva atribuída ao complexo de castração e aos fantasmas correspondentes, que abrem novas perspectivas para a compreensão das neuroses e das perversões, especialmente do fetichismo; a nova teoria da angústia, relacionada com estes conceitos, agora promovidos a um plano eminente no conjunto da teoria. (Mezan, 1985/1990, p. 432).

São essas formulações que definirão a chegada do pensamento psicanalítico à *O Mal Estar na Civilização* com uma ênfase no conflito. Como dissemos, é em *Além do Princípio do Prazer* e com a introdução do conceito de pulsão de morte que essa direção se inicia. Freud faz sua apresentação precedida pela ressalva:

O que se segue é especulação, amiúde especulação forçada, que o leitor tomará em consideração ou porá de lado, de acordo com sua predileção individual. É mais uma tentativa de acompanhar uma idéia sistematicamente, só por curiosidade de ver até onde ela levará. (Freud, 1920/1974, p. 39).

Se aqui a pulsão de morte era uma forçada especulação, parece ter se transformado em uma sólida concepção, como o autor nos dirá em seus escritos posteriores. Mas, contudo, essa formulação, que pode ser incluída no âmbito dos estudos de metapsicologia, fará um longo caminho até chegar à leitura do conflito entre o homem e a civilização como esclarece Mezan (1985/1990):

O constante dualismo do pensamento freudiano manifesta-se aí da forma mais nítida, e o par de opostos Eros/pulsões de morte ocupa nesta trajetória o lugar de um ponto de chegada: é a última expressão de uma exigência teórica fundamental. (...) a pulsão de morte não é deduzida da agressividade, mas da compulsão de repetição; somente após um intrincado percurso Freud desemboca na questão da agressividade. Esta é um dos “representantes” da pulsão de morte, a par do sadismo, do masoquismo primário, da severidade do superego etc.. (p. 433).

Inicialmente, para atender às exigências metapsicológicas, e buscar “as provas do funcionamento de tendências *além* do princípio do prazer, ou seja, de tendências

mais primitivas do que ele e dele independentes” (Freud, 1920/1974, p. 29), Freud buscará na biologia as manifestações da pulsão de morte. Para isso, parte da relação intrínseca que observa entre a compulsão à repetição e as pulsões e de sua formulação anterior de que a

finalidade da pulsão, que empiricamente se apresenta como satisfação, isto é, descarga do *quantum* de energia, visa reproduzir o estado anterior ao surgimento desta elevação da tensão. A satisfação é, assim, legitimamente retorno ao *statu quo ante* [grifos do autor]. (Mezan, 1985/1990, p. 442),

Freud irá buscar na esfera biológica os eventos produtores de tensão, em que a descarga passa a ser uma aspiração de retorno ao inorgânico. Já que o próprio conceito de pulsão – conceito limítrofe entre as fronteiras do psíquico e do somático – permite essa transição, a pulsão é estendida para todo o funcionamento da vida, que passa a ser compreendido como o constante duelo entre as tendências antagônicas: Eros e Thânatos:

(...) se toda pulsão visa restaurar o estado de quietude, e se a quietude do inorgânico é perturbada pela irrupção da vida, então o retorno à quietude é um retorno à não-vida, e a pulsão é um esforço para atingir a morte. Neste momento torna-se necessária a introdução de uma tendência à conservação da vida, e Freud convoca Eros para cumprir essa função. Dado que todo organismo procura perseverar em seu ser, esta tenacidade só pode indicar que cada ser vivo se encaminha à sua própria maneira para a morte. Eros, então, fugiria à tendência universal à repetição? Nada mais falso: uma vez surgida, a vida tende também a se repetir, e a função de Eros é assegurar a reiteração indefinida do ciclo vital, protegendo da tendência regressiva (...). (Mezan, 1985/1990, p. 443).

Progressivamente, Freud irá buscar a manifestação da pulsão de morte para além da biologia e do nível intrapsíquico, devido às dificuldades oferecidas por esses campos para sua apreensão, aproximando-se do tema da agressividade, após passar pela análise do sadismo e do masoquismo primário. Esse percurso parece necessariamente levá-lo cada vez mais ao domínio da civilização, já que a agressividade é exercida sempre sobre um outro ser humano que constitui-se como seu objeto. O território social poderia oferecer-se, assim, como o lugar por excelência de manifestação da pulsão de morte.

Na leitura freudiana da cultura, outra formulação teórica do período compreendido entre 1920-26 - o advento da segunda tópica - será um componente fundamental. Sobre ela, escreve Mezan (1985/1990):

A partir de *O Ego e o Id*, o aparelho psíquico passa a ser dividido em três instâncias: o id, o ego e o superego, que, como se sabe, respondem à exigência de considerar que o reprimido não representa a totalidade do inconsciente. (...) O problema que vai ocupar a teorização de Freud é, em síntese, o seguinte: o superego é ao mesmo tempo o herdeiro da relação primitiva com os pais, isto é, do complexo de Édipo, e o representante dos interditos e ideais sociais na psique individual. Entre os impulsos de desejo do id e a censura exercida pelo superego, o ego travará uma luta da qual surge o sentimento de culpabilidade. Ora, a progressão do sentimento de culpabilidade nas sociedades ocidentais é o tema de *O Mal-Estar na Cultura* (...). (p. 461).

Dessa maneira, podemos dizer que, se as primeiras concepções freudianas sobre o indivíduo e suas relações com a civilização, localizavam o conflito no choque entre as duas instâncias, sendo possível inclusive vislumbrar alguma possibilidade de mudança, se fossem empreendidas intervenções na cultura minimizando os danos

causados ao sujeito, em virtude das novas formulações, um outro conflito, anterior e independente àquele presente nas relações entre o homem e a cultura passa a fazer parte do cenário e imprime outra posição à civilização. É o que se apresenta em *O Mal Estar na Civilização* e que acompanharemos em alguns aspectos.

Freud inicia retomando algumas idéias apresentadas anos antes em *O Futuro de uma Ilusão*, abordando a idéia de um desamparo³⁴ fundamental do homem; o sonho de obter amparo seria então o motor da religiosidade. Naquele texto, Freud insistia ser essa uma ilusão que poder ser desfeita a partir do conhecimento científico, o que poderia trazer benefícios tanto para o sujeito, quanto para a civilização. Vejamos suas palavras em 1927:

Podemos insistir, tão freqüentemente quanto quisermos, em que o intelecto do homem não tem poder, em comparação com sua vida pulsional, e podemos estar certos quanto a isso. Não obstante, há algo de peculiar nessa fraqueza. A voz do intelecto é mais suave, mas não descansa enquanto não consegue uma audiência. Finalmente, após uma incansável sucessão de reveses, obtém êxito. Esse é um dos poucos pontos sobre o qual se pode ser otimista a respeito do futuro da humanidade, e, em si mesmo, é de não pequena importância. E dele podem derivar outras esperanças ainda. A primazia do intelecto jaz, é verdade, num futuro distante, mas provavelmente, não num futuro *infinitamente* distante [grifos do autor]. (Freud, 1927/1974, p. 68).

Curiosamente, antes que pudesse ser acusado de também compartilhar ilusões, ao crer na possibilidade de que a razão pudesse “vencer” a religiosidade, Freud

³⁴ Esta noção de desamparo parece estar em acordo com a segunda teoria da angústia presente no pensamento freudiano, em que o ego é entendido como um reservatório de angústia. Diante de alguma situação que lhe remeta a seu desamparo, é emitido um sinal de angústia no psiquismo e imediatamente são erigidas as defesas. Podemos notar que nessa concepção a idéia é que a angústia é a geradora da repressão, e não o contrário, como Freud descrevia anteriormente.

afirma categoricamente: “Não, nossa ciência não é uma ilusão. Ilusão seria imaginar que aquilo que nossa ciência não nos pode dar, podemos encontrar em outro lugar” (Freud, 1927/1974, p. 71). Mas se em *O Mal Estar...* suas concepções acerca da gênese da religiosidade permanecem calcadas no sentimento de desamparo, esse tom de “combate” desaparecerá e o próprio conhecimento científico será visto como mais uma das ilusões humanas.

Nesse sentido, Freud reitera suas idéias sobre a religiosidade e afirma seu descontentamento ao observar ser impossível a reversão do quadro:

Tudo é tão patentemente infantil, tão estranho à realidade, que, para qualquer pessoa que manifeste uma atitude amistosa em relação à humanidade, é penoso pensar que a grande maioria dos mortais nunca será capaz de superar essa visão da vida. (Freud, 1930/1974, p. 92).

Assim é que a tese fundamental deste estudo pode ser descrita no início do segundo capítulo, quando Freud afirma que a vida é árdua para nós, proporcionando muitas decepções, sofrimento e tarefas impossíveis, sendo necessário, a fim de que possamos suportá-la, medidas paliativas de três tipos: “derivativos poderosos, que nos fazem extrair luz de nossa desgraça; satisfações substitutivas, que a diminuem; e substâncias tóxicas, que nos tornam insensíveis a elas” (Freud, 1930/1974, p. 93).

Freud começa a desenvolver isso a que chama de “nossa desgraça” por uma questão existencial: qual seria o propósito da vida? Opta por responder à essa pergunta não por um caminho filosófico ou menos ainda, metafísico, mas examinando o que os homens demonstram por seu comportamento, ser a intenção de suas vidas:

A resposta mal pode provocar dúvidas. Esforçam-se para obter felicidade; querem ser felizes e assim permanecer. Essa empresa apresenta dois aspectos: uma meta positiva e uma meta negativa. Por um lado, visa a uma ausência de sofrimento e de desprazer; por outro, à experiência de intensos sentimentos de prazer. Em seu sentido mais restrito, a palavra ‘felicidade’ só se relaciona a esses últimos. Em conformidade a essa dicotomia de objetivos, a atividade do homem se desenvolve em duas direções, segundo busque realizar – de modo geral ou mesmo exclusivamente – um ou outro desses objetivos. (Freud, 1930/1974, p. 94).

Se o propósito da vida é decidido pelo princípio do prazer, desde logo pode-se afirmar o seu fracasso na obtenção da felicidade, pois ele está “em desacordo com o mundo inteiro, tanto com o macrocosmo, quanto o microcosmo. Não há possibilidade alguma dele ser executado; todas as normas do universo são-lhe contrárias” (Freud, 1930/1974, p. 95). Se as possibilidades de sermos felizes já são restritas, por constituição, já as possibilidades de infelicidade são muitas, mas podem advir de três fontes principais:

O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertência; do mundo externo, que pode voltar-se para nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente, de nossos relacionamentos com os outros homens. O sofrimento que provém dessa última fonte talvez nos seja mais penoso do que qualquer outro. (Freud, 1930/1974, p. 95).

Freud passa a apresentar várias formas pelas quais os homens tentam evitar o sofrimento: a intoxicação, a tentativa de aniquilamento das pulsões, o controle da

vida pulsional, a sublimação das pulsões, viver em um mundo de fantasia, a fruição pelas obras de arte, o isolamento, o delírio psicótico, a religião, a busca de amar e ser amado, a sexualidade, a estética, o sintoma neurótico. Ao mesmo tempo, Freud vai mostrando o quanto cada uma dessas estratégias são ilusórias e falhas. E se “o programa de ser feliz que o princípio do prazer nos impõe não pode ser realizado”, por outro lado, “não podemos abandonar nossos esforços de aproximá-lo da consecução, de uma maneira ou de outra” (Freud, 1930/1974, p. 102).

Acerca da impossibilidade de felicidade do homem, Freud conclui que, quanto às duas primeiras fontes de sofrimento por ele designadas, não há nada a fazer, já que “nunca dominaremos completamente a natureza, e o nosso organismo corporal, ele mesmo parte dessa natureza, permanecerá sempre como uma estrutura passageira, com limitada capacidade de adaptação e realização” (Freud, 1930/1974, p. 105). Se Freud avaliava que o reconhecimento dessas impossibilidades não paralisaria a atividade do homem, mas pelo contrário, impulsionaria sua ação, em relação à terceira fonte de sofrimento, a fonte social, nossa atitude seria diferente:

Não a admitimos de modo algum; não podemos perceber por que os regulamentos estabelecidos por nós mesmos não representam, ao contrário, proteção e benefício para cada um de nós. Contudo, quando consideramos o quanto fomos mal sucedidos exatamente nesse campo de prevenção do sofrimento, surge em nós a suspeita de que também aqui é possível fazer, por trás desse fato, uma parcela de natureza inconquistável – dessa vez, uma parcela de nossa própria constituição psíquica. (Freud, 1930/1974, p. 105).

Nesse ponto, Freud começa a encaminhar a discussão da civilização. O que parecia espantoso para ele, é o fato de aquilo que chamamos de civilização ser o responsável, em grande parte, por “nossa desgraça”, sendo que seríamos mais felizes

se voltássemos às condições primitivas, já que quase tudo que procuramos para nos defender das fontes de nosso sofrimento, faz parte dessa mesma civilização (Freud, 1930/1974).

Para Freud, a palavra civilização descreve “a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais e que servem a dois intuitos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos” (Freud, 1930/1974, p. 109).

Sobre sua primeira função, Freud dirá que é fácil avaliar o progresso efetuado pela civilização em relação aos seus objetivos durante o processo de humanização. Percorre a trajetória desde os primeiros atos de civilização até chegar ao avanço científico do homem contemporâneo e avalia:

Essas coisas – que através de sua ciência e tecnologia, o homem fez surgir na Terra, sobre a qual, no princípio, ele apareceu como um débil organismo animal e onde cada indivíduo de sua espécie deve, mais uma vez, fazer sua entrada como se fosse um recém nascido desamparado – essas coisas não apenas soam como um conto de fadas, mas também constituem uma realização efetiva de todos – ou quase todos – os desejos de contos de fadas. Todas essas vantagens ele as pode reivindicar como uma aquisição cultural sua. (...) O homem, por assim dizer, tornou-se uma espécie de “Deus de prótese”. (Freud, 1930/1974, p. 113).

Mas mesmo assim, Freud insiste na lembrança que esse aspecto da civilização não livrou o homem de seu sofrimento e que ele continua infeliz, mesmo em seu papel de “semelhante a Deus”. Assim, Freud passará em sua análise a examinar

aquele que seria o aspecto característico mais importante da civilização: a maneira pela qual os relacionamentos sociais são regulados.

Para isso, Freud inicialmente lembra que a primeira tentativa de civilização foi posta em prática exatamente para que esses relacionamentos pudessem ser regulados, sem o que ficariam sujeitos à vontade arbitrária do indivíduo, de sua força física e de suas demandas pulsionais:

A vida humana em comum só se torna possível quando se reúne uma maioria mais forte que um indivíduo isolado e que permanece unida contra todos os indivíduos isolados. O poder dessa comunidade é então estabelecido como ‘direito’, em oposição ao poder do indivíduo isolado, condenado como ‘força bruta’. A substituição do poder do indivíduo pelo poder da comunidade constitui o passo decisivo da civilização. Sua essência reside no fato de os membros da comunidade se restringirem em suas possibilidades de satisfação, ao passo que o indivíduo desconhece tais restrições. (Freud, 1930/1974, p. 115-116).

Aqui estão anunciadas duas teses fundamentais. Em primeiro lugar, Freud afirma que a civilização implica na redução da liberdade do sujeito e em segundo lugar, que o processo civilizatório exige a renúncia da satisfação pulsional, em nome de sua própria existência. Nesse momento, Freud lança uma importante pergunta:

Grande parte das lutas da humanidade centralizam-se em torno da tarefa única de encontrar uma acomodação conveniente – isto é, uma acomodação que traga felicidade – entre essa reivindicação do indivíduo e as reivindicações culturais do grupo, e um dos problemas que incide sobre o destino da humanidade é o de saber se tal acomodação pode ser alcançada por meio de alguma forma específica de civilização ou se esse conflito é irreconciliável. (Freud, 1930/1974, p. 116/117).

E Freud aponta a contribuição da psicanálise para o problema: se a civilização só pode ser baseada na renúncia pulsional, a pergunta que se impõe é a de saber até que ponto isso poderia acontecer:

Essa ‘frustração cultural’ domina o grande campo dos relacionamentos sociais entre os seres humanos. Como já sabemos, é a causa da hostilidade contra a qual todas as civilizações têm que lutar. (...) Não é fácil entender como pode ser possível privar de satisfação uma pulsão. Não se faz isso impunemente. Se a perda não for economicamente compensada, pode-se ficar certo de que sérios distúrbios decorrerão disso. (Freud, 1930/1974, p. 118).

O desenvolvimento do estudo oferece todas as evidências de que, por um lado esse conflito seria irreconciliável e, por outro, de que os “sérios distúrbios” a que Freud se refere acima também permanecerão. Tudo indica que é a restrição à satisfação sexual que permite a expansão da cultura e que, por outro lado, ela deve ser defendida do indivíduo e de suas pulsões, sobretudo por sua agressividade, derivada da pulsão de morte, já que

O elemento de verdade por trás disso tudo, elemento que as pessoas estão tão dispostas a repudiar, é que os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes pulsionais deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-

lo. *Homo homini lupus*. Quem, em face de toda sua experiência da vida e da história, terá a coragem de discutir essa asserção? (Freud, 1930/1974, p. 133).

Ao que podemos acrescentar: quem teria a coragem de discordar de que esse homem deve ser reprimido, em nome da civilização? Após essa implacável análise, parece que ansiar pela repressão, mesmo que em decorrência, inevitavelmente, haja neurose, sentimento de culpabilidade e infelicidade, pois essa perspectiva pode parecer menos nociva.

Mas se nos distanciarmos um tanto da leitura freudiana e de seus tão convincentes argumentos, encontraremos em Reich aquele “corajoso” ao qual Freud lança seu desafio e que ao nos apresentar outras possibilidades de compreensão do problema, também nos auxiliará a refletir acerca das implicações do posicionamento freudiano. Vamos a ele.

5.2.2. Reich: a recusa da resignação

Em *A Função do Orgasmo* (Reich, 1942/1994), uma das autobiografias científicas escritas pelo autor, encontramos seus comentários sobre o rompimento teórico com Freud no final dos anos 20, no que diz respeito ao problema da cultura.

Embora esse texto tenha sido escrito na década de 40, após a formulação por Reich da energia orgone, e que nele o autor empregue um referencial mais acentuadamente biológico, ultrapassando o recorte utilizado por este estudo, acreditamos ser possível recorrermos a ele, devido à retrospectiva feita por Reich de seu debate com as idéias de Freud.

No sexto capítulo do livro, Reich retoma suas descobertas sobre a relação da sexualidade com o adoecimento neurótico e sua atividade de higiene mental aliada à profilaxia do adoecimento psíquico e relembra discussões que aconteciam no final da década de 20 na casa de Freud, em que Reich apresentava suas idéias.

Segundo ele, as perguntas cujas quais estava empenhado em responder à época seriam: *Quais as conseqüências finais da teoria e da terapia psicanalíticas, se a psicanálise sustentar a importância da etiologia sexual das neuroses? É possível continuarmos a nos limitar apenas à análise das neuroses individualmente em uma clínica particular, já que a neurose se apresentava como uma epidemia? Qual a natureza do papel que o movimento psicanalítico? Por que é que a sociedade produz neurose em massa? Quais as fontes do “flagelo neurótico”?* (Reich, 1942/1994).

Ao longo de nosso estudo acompanhamos a forma pela qual Reich tentou dar respostas à essas questões e que se encontram condensadas em sua apresentação em *A Função do Orgasmo*: a partir da associação da teoria da genitalidade, da teoria do caráter, de suas formulações sobre a educação e de sua leitura sobre a ideologia. Mas o autor dá destaque nessa retrospectiva, ao fato de que essas idéias acabavam necessariamente levando ao problema da cultura e à divergências com o pensamento freudiano. Para tanto, Reich afirma que em 1929 as discussões sobre o tema estiveram fortemente presentes naquelas discussões que ocorriam no círculo íntimo de Freud e que

Poucas pessoas sabem que *O Mal Estar na Civilização*, de Freud, resultou dessas discussões sobre cultura, como uma defesa contra o meu trabalho em desenvolvimento e o “perigo” que ele acarretava. As afirmações com que

Freud se opunha às minhas opiniões apareceram no livro. (Reich, 1942/1994, p. 179).

Sem entrar na discussão sobre a pertinência dessa impressão de Reich, em que *O Mal Estar...* aparece como resposta de Freud às suas idéias, é fato que esse estudo freudiano consagra as diferenças de entendimento dos autores sobre o problema da cultura e possibilita um debate. Dessa forma, em sua apresentação, Reich irá examinar algumas das teses freudianas presentes naquele estudo e questioná-las.

Inicialmente, o autor toma o posicionamento de Freud em *O Mal Estar...* em que ele reafirmava que o prazer sexual seria o alvo do desejo humano de felicidade, ao mesmo tempo em que tentava demonstrar a insustentabilidade desse princípio: “a sua fórmula básica, teórica e prática, continuava a ser: o homem normalmente, e necessariamente, progride do “princípio do prazer” para o “princípio de realidade”: tem de renunciar ao prazer e ajustar-se à realidade” (Reich, 1942/1994, p. 180).

Para Reich, o problema que se anunciava residia na ausência de questionamento dessa realidade à qual os homens deveriam se adaptar e na ausência de questionamento sobre quais os prazeres, ou ainda sobre qual o grau de satisfação seriam compatíveis com a sociabilidade.

Mas a crítica reichiana irá tomar acentuadamente a direção do questionamento acerca das conclusões a que se poderia chegar a partir das teses freudianas: “toda descoberta científica inclui uma pressuposição ideológica e uma consequência social prática” (Reich, 1942/1994, p. 181). Dessa forma, o autor segue discutindo as teses freudianas sem perder de vista suas implicações em relação ao papel da ciência e de

suas intervenções. Reich irá dizer que muitas das descobertas revolucionárias de Freud acabaram em resignação, o que traria sérias conseqüências.

Por exemplo, Reich afirma que Freud justificou a renúncia de milhões de pessoas à felicidade, de maneira tão hábil como defendera a existência da sexualidade infantil e “alguns anos mais tarde, explorando a ignorância humana e o medo à felicidade, um gênio patológico mergulhou a Europa no abismo com o chavão da ‘renúncia heróica à felicidade’ ”. Lembra também das formulações freudianas sobre a religião em *O Futuro de uma Ilusão*, texto claramente otimista segundo o autor, em relação ao papel que a ciência poderia desempenhar na luta contra o misticismo e que posteriormente foram abandonadas devido a desilusão de Freud.

Para acompanhar como se desenvolve a resignação freudiana em *O Mal Estar...*, em que o “anseio de felicidade sempre aparece como uma visão fantástica, em luta com a dura realidade” (Reich, 1942/1994, p. 183) à qual, paradoxalmente, os homens têm que se adaptar, Reich retoma a discussão de Freud sobre a felicidade. Se ele era obrigado a admitir que este anseio por felicidade, mesmo impossível de ser atendido, constituía-se como o motor da vida humana, para Reich a incorreção presente na insistência em proclamar a incompatibilidade da felicidade humana com todas as instituições do mundo, ocultava um outro problema:

Admitir a possibilidade da felicidade humana teria sido a mesma coisa que admitir a incorreção da teoria da pulsão de morte. Teria significado uma crítica às instituições sociais que destroem a felicidade da vida. Para manter essa posição resignada, Freud desenvolveu argumentos que deduziu da situação existente, sem perguntar se essa situação é inerentemente necessária ou imutável [grifos do autor]. (Reich, 1942/1994, p. 184).

Encontramos aqui um dos principais questionamentos reichianos à postura adotada por Freud: Reich critica a interpretação reichiana do sofrimento, calcada em concepções metapsicológicas, que levariam a desconsiderar os fatores históricos e sociais envolvidos no problema do sofrimento do indivíduo, deduzindo sua compreensão da civilização pela teoria das pulsões. Sabemos que o referencial reichiano é distinto, até mesmo pelas proposições marxistas que compõem sua leitura e que o levam a questionar como as determinações históricas geram o estado de infelicidade do homem e que, devido a isso, são consideradas como passíveis de transformação.

Prosseguindo em sua exposição, Reich ainda se atém às designações de Freud acerca das fontes do sofrimento humano e que reservariam à felicidade um caráter ilusório, questionando-as. Em primeiro lugar, sobre a idéia de que uma das fontes desse sofrimento é o nosso próprio corpo “condenado à decadência e à dissolução”, Reich pergunta: “por que é, então, que a ciência, está sempre sonhando com o prolongamento da vida?” (Reich, 1942/1994, p. 186). Sobre a segunda fonte de sofrimento designada por Freud, a natureza, sempre capaz de se voltar contra nós, Reich escreve:

Por que, então, grandes humanistas passaram a metade da vida pensando nas maneiras de melhorar este mundo? Por que milhões de heróis da liberdade deram a vida na luta contra esse mundo exterior ameaçador, tanto no contexto social como no tecnológico? A peste não havia sido vencida, afinal? A escravidão física e social não havia sido reduzida? Não seria possível, jamais, dominar o câncer e a guerra, como a peste havia sido dominada? Nunca seria possível vencer a hipocrisia moralística, que mutila as nossas crianças e adolescentes? (Reich, 1942/1994, p. 186-187).

Mas em relação à terceira fonte de sofrimento, aquele causado pelas relações do sujeito com as outras pessoas, Reich tende a concordar em parte com Freud, no que tange à sua capacidade de gerar um dos mais dolorosos sofrimentos. Acreditava que este aspecto continuava inexplicado, mas discordava aqui radicalmente de Freud a respeito de ser este um sofrimento fatal e inevitável. Sobre ele, Reich pergunta:

Mas por quê? Que sentido havia, então, em focalizar o comportamento através da perspectiva de métodos científicos e racionais? Que sentido havia em defender a educação do homem para um comportamento racional e orientado para a realidade? Por alguma razão inexplicável, Freud não conseguia ver a contradição da sua atitude. Por um lado, estava certo ao reduzir a conduta e o pensamento humanos aos motivos irracionais inconscientes. Entretanto levava isso longe demais: o impulso de derrubar uma árvore para construir uma cabana não é de origem irracional. (Reich, 1942/1994, p. 187).

Novamente recorrendo à gênese sócio-histórica do sofrimento humano, Reich critica uma vez mais a atitude freudiana que, ao reduzir o problema tanto do indivíduo quanto da cultura à dinâmica pulsional, imprimiria a eles um caráter de inalterabilidade, naturalizando o conflito e o sofrimento. Esta atitude, além de determinar definitivamente a morte das esperanças de transformação, ainda iria definir qual o lugar da psicanálise e das intervenções em relação ao sofrimento:

Freud estava desiludido. A princípio, pensava haver descoberto a terapia radical das neuroses. Na realidade, isso fora apenas um começo. Era muito mais complicado do que sugeria a fórmula de tornar o inconsciente consciente. Sustentava que a psicanálise podia abraçar não apenas problemas médicos, mas problemas universais da existência humana. Mas não encontrou o seu caminho na sociologia. Em *Além do Princípio do Prazer*, penetrara, por meio de hipóteses, em importantes questões biológicas e deduzira daí a teoria da pulsão

de morte, que acabou sendo uma teoria errônea. A princípio, o próprio Freud assumira uma posição muito cética a respeito. *A psicologização da sociologia e também da biologia impedia qualquer perspectiva de conseguir um domínio prático desses enormes problemas* [grifos meus]. (Reich, 1942/1994, p. 187-188).

Em face dessas considerações, Reich relata que foram dois os motivos que o impediram de continuar a seguir as idéias de Freud sobre a cultura, expressas em *O Mal Estar...* Em primeiro lugar, Reich atribui seu distanciamento de Freud à constatação de que havia um trabalho a ser feito, determinado por suas escolhas políticas, que se colocava na contramão do que poderia ser vislumbrado a partir das formulações de freudianas:

(...) a exigência continuamente crescente por parte de milhões de pessoas culturalmente negligenciadas, materialmente exploradas e psiquicamente arruinadas de determinar sua própria existência social. O seu alvo era o da felicidade terrena. Não ver, ou não levar em conta, essa exigência seria fechar os olhos à situação política vigente. (Reich, 1942/1994, p. 188).

Em segundo lugar, Reich apresenta o outro motivo de sua divergência com Freud, apresentando uma concepção diametralmente oposta àquelas presentes em *O Mal Estar...:*

(...) eu havia aprendido a ver as pessoas de duas perspectivas: eram freqüentemente corruptas, servis, desleais, cheias de vazios chavões, ou simplesmente secas. Mas não eram assim por natureza. *Haviam se tornado assim por causa das condições da vida.* No início, porém, poderiam ter-se tornado um tanto diferentes; decentes, honestas, capazes de amar, sociáveis, mutuamente responsáveis, sociais sem compulsão. *Estávamos lidando com contradições do*

caráter que refletiam contradições da sociedade. Cada vez mais eu entendia que aquilo que se chamava de “mau” e de “anti-social” é um mecanismo neurótico [grifos meus]. (Reich, 1942/1994, p. 188-189).

Para Reich, o comportamento humano refletia as contradições entre a afirmação da vida e sua negação *no interior do processo social*. Assim como para Freud, a questão fundamental era saber se algum dia poderia solucionar-se a contradição entre o anseio de prazer e a frustração social do prazer. Para Reich, era exatamente a pesquisa psicanalítica no campo da sexualidade que poderia oferecer a primeira tentativa de transformação dessa ordem de coisas, “mas essa abordagem do problema fora totalmente excluída do quadro. A psicanálise tornou-se uma ‘teoria de adaptação cultural’ abstrata e portanto conservadora, cheia de contradições insolúveis” (Reich, 1942/1994, p. 189).

Nesse ponto já temos condições de avaliar algumas das perguntas fundamentais impostas pelo pensamento reichiano. Como vimos até aqui, Reich continuou convencido, assim como Freud em *Moral Sexual Civilizada...* de que o adoecimento é resultante da influência nociva da cultura, ao exercer a repressão da sexualidade. Reich acrescenta que essa repressão tem um sentido e uma finalidade para a organização de uma certa ordem social, sendo todo esse processo definido historicamente. Por sua vez, o adoecimento e a constituição de personalidades neuróticas ou anti-sociais por meio da educação, também desempenharia um estratégico papel na manutenção dessa ordem de coisas e no oferecimento de um terreno fértil para o enraizamento da ideologia, perpetuando a dominação de um grupo social sobre outro e, contribuindo para que aquela terceira fonte de sofrimento ganhe em importância.

Inicialmente, há a possibilidade de questionar, como vimos anteriormente, se a leitura reichiana não conduziria a uma situação circular e também a sentimentos de resignação, à semelhança das formulações freudianas, pois, radicalizando as conseqüências de suas idéias, é a sociedade e sua organização que produz sujeitos adoecidos e esses mesmo sujeitos, por sua constituição, que sustentam essa mesma organização social e que não dispõem, portanto, de recursos para transformá-la e, se as condições objetivas responsáveis em última análise, por esse processo permanecerem inalteradas, qual seria a saída? Apenas a transformação social? Mas como ela seria possível, dispondo de sujeitos neuróticos?

Se seguirmos este raciocínio, podemos encontrar também uma contradição no pensamento reichiano, que tanto insiste em valorizar a participação dos processos psíquicos no curso da história? Reich acusa Freud de ter naturalizado processos de ordem social, e de ter sustentado freqüentemente que se a estrutura humana era imutável, logo as condições de existência, reflexo dessa estrutura, também seriam imutáveis (Reich, 1942/1994, p. 191). Poderíamos também acusá-lo de socializar demasiadamente os processos do sujeito?

Mas se essas perguntas podem ser feitas, o risco que corremos com elas é voltar ao velho dilema entre a natureza e a cultura que por um lado, conduz a um beco sem saída e, por outro, simplifica tanto as formulações de Freud, quanto as de Reich. Mesmo assim, sabemos ser comum que as divergências ideológicas entre os autores receba um tratamento que muitas vezes as reduzem a uma querela, entre as tantas que encontramos na história do conhecimento e, como tal, deixam de ter importância.

O posicionamento que este estudo tem tentado tomar, é o de reconhecer que esse debate, longe de esgotar as dimensões do problema e por muitas vezes torná-lo mais complexo, coloca em evidência questões que até hoje provocam as nossas próprias atitudes.

Nesse sentido, nota-se que as contribuições reichianas, que podem ser questionadas, parecem constituir também algumas indagações ao pensamento freudiano tantas vezes tomado como inquestionável, por terem sido enunciadas por tão ilustre autoridade, como diz Reich (Reich, 1942/1994). Gostaríamos de destacar duas dessas contribuições, para além do dilema acima mencionado.

Em primeiro lugar, na leitura dos questionamentos reichianos, observamos sua constante preocupação com as implicações derivadas da atitude de Freud em relação ao sofrimento e suas causas. Esta linha de pensamento está em total coerência com a obra reichiana, sempre marcada pela intervenção e pela necessidade de articulação entre a produção teórica e a prática e podem seguir por duas vertentes.

No plano da sociedade, quais as conseqüências sociais de uma intervenção profissional governada pelo espírito de *O Mal Estar...*? Se as causas do sofrimento são consideradas imutáveis e se o sujeito, em última análise é o grande responsável pelo mal estar, devendo ser reprimido em nome da civilização, quais são as implicações dessa atitude? Desacreditar da possibilidade de mudança na sociedade? Adaptar, como supunha Reich, o indivíduo à sociedade? E ainda, abandonar a tarefa de transformar a sociedade, já que ela seria impossível?

Em relação ao sujeito, o entendimento que considera as causas do sofrimento como localizadas em um conflito que se passa no interior de seu psiquismo, portanto

constitucionais e independentes dos conflitos sociais, estes, efeitos do anterior, traz quais conseqüências para a clínica e para outras intervenções?

Sabemos do posicionamento de Reich em relação à estas perguntas, que podem parecer simplificações mas que, como tentaremos desenvolver posteriormente, podem desenhar alguns dos sérios problemas que encontramos atualmente no campo da psicologia. Para o autor, considerar o sofrimento, o adoecimento e a infelicidade como estados contingentes à vida social, permitia apontar para a possibilidade de transformação e imprimia também outras implicações à prática.

Seriam necessárias, sem sombra de dúvida, alterações cruciais nas condições de existência, ou seja, na organização social, gênese do adoecimento do indivíduo, mas *ao mesmo tempo*, cuidar desse mesmo sujeito, por meio da clínica, da prevenção das patologias, por intervenções na educação. E aqui nos aproximamos da segunda contribuição que acreditamos poder obter das idéias de Reich, anunciada acima.

A característica que marca a obra reichiana do período – estar ao mesmo tempo às voltas com as formulações da psicanálise e do marxismo – se pode ter imprimido à sua obra problemas conceituais como discutimos no tópico 4.4, parecem também tê-lo levado a acentuar o problema na *interface* entre os aspectos que dizem respeito ao sujeito, sua biologia, seus processos psíquicos, sua formação e aqueles relacionados à organização social construída por esses mesmos sujeitos e sua história, seus processos políticos, sua materialidade. E com isso, sua obra necessariamente chama nossa atenção para essas dimensões que aparecem imbricadas na realidade, quer a tomemos pelo ponto de vista do sujeito, quer a tomemos pelo ponto de vista da sociedade.

Se a perspectiva de Reich, ao demarcar essa tensão, procurando levar em conta tanto os problemas do sujeito quanto da cultura e da sociedade, aponta para a possibilidade de harmonia a ser construída, e é fato que podemos dela duvidar, não nos parece adequado supor ser esse apenas um embate entre otimismo e pessimismo, outra velha briga, nem apenas uma crença ingênua na fácil possibilidade de felicidade do homem. Ouçamos mais uma vez Reich:

Fui acusado de ser um utopista, de querer eliminar do mundo a insatisfação e salvar apenas o prazer. Entretanto pus o preto no branco ao afirmar que a educação convencional torna as pessoas incapazes para o prazer – encorajando-as contra o desprazer. *O prazer e a alegria da vida são inconcebíveis sem luta, sem experiências dolorosas e desagradáveis auto-avaliações.* A saúde psíquica se caracteriza não pela teoria do Nirvana dos iogues e dos budistas, nem pelo hedonismo dos epicuristas ou pela renúncia do monasticismo; caracteriza-se pela alternância entre a luta desagradável e a felicidade, entre o erro e a verdade, entre a derivação e a volta ao rumo, entre o ódio racional e o amor racional; em suma, pelo fato de se estar plenamente vivo em todas as situações da vida.

A capacidade de suportar o desprazer e a dor sem se tornar amargurado e sem procurar o refúgio no encorajamento caminha lado a lado com a capacidade de receber felicidade e de dar amor. Como salientou Nietzsche, aquele que poderia ‘exaltar-se até atingir as culminâncias do céu’ deve estar preparado para ‘ser mergulhado na morte’ [grifos do autor]. (Reich, 1942/1994, p. 175).

Para tentar verificar se essas considerações podem de fato representar contribuições para aqueles problemas com os quais temos também nos deparado contemporaneamente, passemos a discutir como elas poderiam se relacionar com a atualidade da produção de conhecimento em psicologia e com a prática profissional.

5.3. Outras questões

Após termos acompanhado o percurso de Reich, focalizando algumas de suas idéias sobre a relação entre psiquismo, sociedade e cultura e ensaiado um possível debate entre essas idéias e as formulações de outros autores, resta-nos tecer algumas considerações acerca do potencial crítico do pensamento de Reich e suas contribuições para questões contemporâneas.

Acreditamos que essas contribuições poderiam advir de muitos aspectos da obra reichiana, como de suas proposições clínicas, de suas idéias sobre a educação, sobre a psicologia política. Mas escolhemos desenvolver aquelas que podem se relacionar com a produção de conhecimento em psicologia e com a atividade profissional. Para isso, inicialmente apresentaremos alguns impasses em que acreditamos estarem envoltos os saberes e as práticas psicológicas, para posteriormente discutirmos sua proximidade com o pensamento reichiano.

Se tomarmos em uma perspectiva histórica a relação do homem com o conhecimento, da qual somos herdeiros mais próximos de algumas épocas e movimentos e mais distantes de outros, mas que nem sempre nos damos conta e menos ainda, problematizamos, teremos a oportunidade de reconhecimento de nossas heranças e sobretudo, alimento para nossas críticas e posicionamentos. E falamos em heranças, como estas com as quais lidamos na clínica como mitos familiares, que carregamos conosco como se fossem nossa identidade e vamos aos poucos desvendando como tantos outros que nos habitam e que respondemos a eles sem perceber.

A quem temos tentado responder ou prestar contas na prática profissional em psicologia? A antigas tradições epistemológicas que ainda autorizamos como nossos juizes? Estamos empenhados em buscar atitudes em relação ao conhecimento sobre o fenômeno psicológico que nos aproxime dele de forma ética e menos ilusória? Acreditamos serem estas perguntas, fundamentais.

Para nos aproximarmos delas, partiremos de uma constatação já familiar, de que transitamos em psicologia por um território de multiplicidade. Multiplicidade já colocada na caracterização de um campo que se estende desde uma inúmera gama de práticas profissionais em circunstâncias e objetivos distintos e muitas vezes contraditórios, até a convivência de concepções teóricas altamente diversificadas que compõem o conjunto de saberes psicológicos.

Nesse sentido, podemos verificar que mesmo nosso objeto de estudo e intervenção pode aparecer tão plural quantas sejam as concepções disponíveis sobre ele. Podemos encontrar definições de psicologia como o estudo do comportamento, da subjetividade, do sujeito, do sujeito do inconsciente, do grupo, da relação indivíduo sociedade, da relação e assim por diante.

Podemos presenciar quotidianamente um embate para saber de quem é ou seria o direito de ocupar algo como o legítimo ou oficial discurso de uma psicologia, ao mesmo tempo que já sabemos que se há alguma característica comum a este campo, é o da pluralidade.

Muitas são as atitudes possíveis em virtude desta condição de nosso corpo de conhecimento: escolher uma de suas vertentes, se fechar nela e conviver com as outras, ora como meio irmãs, ora como irmãs, ora como ilustres desconhecidas e

ignorar as dimensões de nosso campo e de seus problemas. Então, nem precisamos mais nos definir como psicólogos, já que podemos ser psicanalistas, behavioristas, gestaltistas, fenomenólogos, rogerianos e ter ainda outros sobrenomes.

Podemos também, voltar a buscar identidade nas práticas profissionais que efetuamos: psicólogos clínicos, educacionais, hospitalares, institucionais, organizacionais... Assim, parece que quando o embate para tentar saber o que é a psicologia afinal não está em evidência, trabalhamos como se a psicologia pudesse ser isso tudo, é só escolher. E quantas vezes não ouvimos de alunos de graduação: escolher como? Como se fossem colorações das quais nos aproximamos por simpatia ou por oportunidades casuais? De certo, esta é uma outra questão. O que leva cada profissional a se filiar a estas vertentes da psicologia, sem sombra de dúvida, receberá as marcas da própria trajetória e objetivos pessoais, mas também de sua formação, de seus mestres, de sua experiência com os outros de seu campo e com seu objeto.

Mas acreditamos que o problema reside exatamente no fato de não se tratar, no nosso caso, de times de futebol ou coisa que o valha. E usamos esta comparação um tanto grosseira, com o intuito de atentar para a forma descomprometida que às vezes encontramos para lidar com nossa diversidade, seus riscos e implicações. A idéia de que por trás de uma leitura em psicologia está uma determinada concepção de homem e, conseqüentemente, de mundo, muitas vezes é esquecida. Mais ainda, esquece-se que isto define uma tomada de posição em relação à nossa inserção diante deste mesmo homem e mundo.

E até aqui trabalhamos com a melhor, ou a mais otimista avaliação de que, ao fazer uma escolha por determinada concepção teórica e profissional, estaremos sendo coerentes com suas pressuposições, conscientes de que nos diferenciamos de outras

propostas porque discordamos de suas premissas e posicionamentos. Ao passo que podemos também encontrar um outro tipo de multiplicidade, ou melhor de mistura, em que conceitos e leituras do objeto psicológico surgem amalgamadas às mais díspares condutas em relação ao mundo e ao próprio sujeito de conhecimento.

Ou seja, aqui sim é que nos aproximamos de um panorama caótico, em que encontramos algumas tentativas de se chegar à verdade do objeto por vias que talvez mais nos afastem dele e que tragam implicações sofríveis em relação aos papéis que a psicologia como saber e profissão podem desempenhar na contemporaneidade, sobretudo se considerarmos que esta questão vai para além de uma organização de nossos conhecimentos, já que ao mesmo tempo a psicologia contribui para a própria configuração de subjetividades.

Por outro lado, ainda temos de enfrentar os olhares lançados a nós por outros campos do conhecimento, que muitas vezes nos acusam de inconsistência ou que interpretam nossa pluralidade como falta de rigor ou como exemplo de que não fazemos parte de um campo científico, ou se o fazemos, não o deixamos de fazê-lo sem problemas.

De fato, problemas é o que não nos falta, tanto em nossa convivência interna, quanto no diálogo com outros saberes. Mas a possibilidade que se abre ao nos voltarmos para a história de constituição de nosso campo, exatamente nesta relação com o que acontecia no cenário do mundo moderno, pode ser menos uma tentativa de resolução de nossos impasses, mas de compreensão de suas raízes e de redimensionar nossas perguntas.

É interessante que ao partirmos do cenário atual, aparentemente povoado por incertezas sobre nossa identidade, em busca de nossas origens, chegamos facilmente até o período em que se gestava o chamado projeto epistemológico da modernidade, projeto esse que também se constitui como tentativa para dar conta de um panorama caótico, em que o conhecimento iria ter as marcas de uma missão: restabelecer a ordem de certezas recém arruinada por uma brutal mudança cultural e histórica em que se diversificam, por um lado as possibilidades de existência e por outro, saem de cena as crenças e costumes transmitidos pela tradição, como reguladores do ser em sua relação consigo mesmo, com os outros e com o mundo (Figueiredo,1996).

No caminho de volta, é possível acompanhar como se construiu, a partir desta urgente necessidade de organizar a experiência mundana, um ser que conhece colocado quase como fora do mundo, o mito de uma razão purificada de afetos, transcendente.

Vemos surgir a concepção de que para alcançar a verdade deveria se buscar apenas um bom método, um método que exercitasse ao máximo esta razão purificada para que ela se transformasse o mais próximo de um espelho, continente da representação de uma realidade independente do sujeito. Como se a verdade estivesse disponível àquele que descobrisse o “bom caminho, a melhor estrada” entre o conhecimento e a realidade.

Aqui podemos encontrar uma singularidade moderna, ou seja, conceber o conhecimento como representação e chegarmos a duas grandes crenças que podem ser destacadas: *a concepção de uma realidade independente do sujeito, ali à espera de ser observada e a da possibilidade de um sujeito autônomo em relação a este mesmo conhecimento capaz de se desprender de si próprio para poder acessar a*

verdade, sem deformações, por adequação da representação à coisa representada através de um bom instrumento, de um bom método.

Figueiredo (1996) observa que os saberes psicológicos já ao se constituírem, lançam as condições para que estas crenças possam vir à terra, talvez até mesmo pela relação absolutamente peculiar, no campo da psicologia, entre sujeito e objeto do conhecimento, ou mesmo pelos próprios saberes da psicologia acerca deste mesmo sujeito, um sujeito corpóreo, social, inserido no mundo natural e desconhecido por ele próprio, o que coloca em xeque a possibilidade de uma separação absoluta entre o conhecimento por ele empreendido e a realidade que o cerca, da qual a autonomia é profundamente questionável.

Mas podemos facilmente perceber que anos à frente na história da produção do conhecimento em psicologia ainda encontramos estas noções do antigo projeto epistemológico, convivendo com nossas compreensões sobre a subjetividade. É insistente a lembrança de alguns discursos psicológicos que ainda tentam lidar com o fenômeno como uma verdade que está à espera de ser acessada docilmente se dispusermos de bons métodos. E esta lembrança leva tanto aos alunos em seu processo de formação, ávidos por chegar à tal verdade sobre o sujeito e à melhor forma de alcançá-la, quanto a discursos de vários profissionais.

Para além da atitude política das psicologias em tentar lidar com seu campo de forma a dar a entender que cuidamos de nosso objeto com rigores supostamente científicos, parece ser esta uma das heranças a que nos referíamos acima. A impressão é que muitas vezes sucumbimos ao peso de uma velha tradição de como conhecer, buscando ou chegar a uma verdade única ou conhecer uma realidade

independente de nós mesmos, mesmo que trabalhemos sob abordagens teóricas incompatíveis com esta possibilidade, como é o caso da psicanálise.

E a idéia que poderia ser ressaltada, é que nem sempre esta concepção de conhecimento aparece claramente defendida, mas como se estivesse nas entrelinhas de nossos discursos e como se ainda compartilhássemos, cada teoria psicológica à sua moda, de algo como uma “política da certeza” (Figueiredo, 1996).

Esta observação não pretende apontar para a tendência ainda atual de se redescutir a cientificidade ou não da psicologia. Mas para uma atitude em relação ao conhecimento, com a qual convivemos quase como um pano de fundo, sem nos darmos conta: como ainda carregamos um certo “temor” por estarmos nos posicionando em relação ao conhecimento e sua validação de maneira correta ou não, mesmo no cotidiano de nossa prática. De onde viriam estas sombras, se ao mesmo tempo que carregamos este incômodo, podemos também transitar por outras noções de sujeito, de realidade?

Sabemos que as diversas psicologias atualmente disponíveis foram se constituindo exatamente nesta encruzilhada entre atestar, mais do que testemunhar, a falência das ambições do projeto epistemológico moderno, levada a cabo em seu próprio avanço, que demonstrou ele próprio suas dificuldades e seu caráter ilusório no trato com o mundo, e das possibilidades de posicionamento posteriores a ele.

Já que a tradição epistemológica não poderia mais assegurar as certezas em relação ao conhecimento, algumas psicologias ainda irão procurar, mesmo assim, buscar a credibilidade nos antepassados deste projeto e continuar buscando neles o modelo científico. Algumas ainda, iriam se desenvolver na amplitude de

possibilidades outras de lidar com a relação sujeito objeto, marcadas pela crítica ao conhecimento representacional e da noção de verdade por adequação ou correspondência, empreendida por uma nova transição no mundo do conhecimento pelos grandes críticos da velha epistemologia, em que “a ética assume uma posição central” (Figueiredo, 1996, p. 25). E aqui, mais diferenças, pois as propostas de redesenhar a relação do homem com o conhecimento, na crítica das epistemologias modernas irão tomar rumos radicalmente distintos, seja em Nietzsche, em Heidegger, nos pragmatistas, ou ainda mesmo na psicanálise.

E se pensarmos que podemos recorrer a uma visada de nosso campo dispondo da noção em que as escolas foram se construindo em híbridos destas tendências, como podemos constatar através da sistematização pelas matrizes do pensamento psicológico (Figueiredo, 1991), em que encontramos em uma mesma escola raízes de tendências distintas, a multiplicidade de nosso campo, surge demarcada ao longo da história como condição de sua própria constituição, mais do que uma mera diversidade, em sua relação com a produção de conhecimento e na relação com seu objeto. Compreensão que nos leva novamente à idéia de que seria impensável uma tentativa de unidade entre as psicologias, mesmo de um consenso sobre o que seria o objeto de estudo da psicologia e de como conhecê-lo.

Mas parece que apenas encontrar uma interpretação ou uma compreensão histórica para a multiplicidade no campo das psicologias ainda não nos leva a alguma tranqüilidade no tocante às questões levantadas acima e que voltamos a sublinhar.

Devemos tomar o cuidado para que o guia de orientação neste território não se altere de um panorama de diversidade como o que expusemos inicialmente, em que são vislumbradas uma série de “possibilidades de leitura” dentro da psicologia sobre

nossos fenômenos, sendo apenas uma questão de escolha pessoal transitar por eles, para algo que acrescente a esta, a perspectiva de que nos encontramos assim porque a história nos fez chegar a este ponto, em uma leitura fatalista que talvez não traga grandes contribuições a quem adentra nestes caminhos.

Talvez também tentar empreender uma tentativa de classificação das psicologias de acordo com as epistemologias fortes, para nos dizer quem na psicologia está dentro da ciência, quem está na crítica, ou fora do campo científico, seja inviável ou não nos ajude muito também, já que acabamos de acompanhar como as psicologias formaram-se híbridas e nas fronteiras de projetos epistemológicos de outras ciências.

Ainda continuaremos com o problema de como se orientar em nossa pluralidade, levando em conta as implicações de nossas escolhas em relação às formas de como lidar com o conhecimento e com nosso objeto e de como temos nos relacionado com a noção de verdade. E, sobretudo, como articulamos este conhecimento que empreendemos sobre a experiência psicológica e o mundo que nos cerca. Afinal, qual nossa tarefa em relação à ética.

Parece que nos deparamos com a velha questão de como lidar com um outro que nos escapa, que nos leva aos limites da possibilidade de entrarmos em contato com ele e que nos questiona radicalmente em nossas crenças a todo momento. Mas que nos defendemos disto que seria a própria possibilidade de uma psicologia, buscando certezas e resistindo ao outro, mesmo que este outro sejam as concepções teóricas, nossos saberes e nossas ambigüidades e insistimos em procurar uma verdade tranquilizadora.

É possível deduzir que uma das maiores dificuldades na produção de conhecimento em psicologia, seja por certo acompanhar e facilitar este caminho na direção de uma angústia necessária ao processo de conhecimento do outro, despido das crenças de objetividade e de uma verdade acessível ao olhar do conhecedor. Esta parece ser uma das grandes tarefas que se impõem diante de nós. Proceder constantemente uma avaliação das direções que tomamos em nosso processo de conhecimento, em como tomamos parte em tradições epistemológicas e que sentidos e implicações decorrem de nossas formas de lidar com a experiência subjetiva.

O mesmo se aplica às maneiras como temos organizado nossos processos de formação, que não podem deixar de lado a compreensão dos pressupostos envolvidos em cada estratégia montada pela psicologia e que deve evitar o risco novamente de seguir à caça da verdade mais fácil ou dócil. Mais do que possibilitar uma boa “escolha”, talvez devamos o tempo todo buscar a formação de profissionais que desenvolvam a possibilidade de continência para a alteridade. Sempre sabendo que no caminho que tomarmos, poderão nos esperar, por trás de paisagens aparentemente tranqüilas, as perigosas e conhecidas armadilhas que herdamos de um projeto de conhecimento anterior a nós.

Até aqui discutimos a situação paradoxal em que se encontra a produção de conhecimento em psicologia; devemos agora voltarmo-nos para aqueles problemas que cercam a psicologia como profissão. Se partimos, por um lado, da multiplicidade inerente ao nosso campo, chegando mesmo à possibilidade de dizermos da existência de *psicologias* e discutirmos as implicações dessa natureza dos saberes e das práticas psicológicas, e por outro, identificar a presença muitas vezes silenciosa de um anseio por objetividade e por certezas, é hora de discutirmos outras ambigüidades que convivem com esses problemas.

Na introdução desse estudo já anunciamos alguns deles que se referem especialmente às dimensões que ocupam a influência da cultura nos processos envolvidos com a personalidade e que recebem um tratamento ambivalente no campo das práticas psicológicas.

Se por um lado observávamos que o tema tem recebido maior atenção nas preocupações da psicologia contemporânea, ocupadas em compreender as subjetividades de nossos tempos, os sintomas modernos em sua relação com os acontecimentos culturais e o papel das intervenções diante destes fenômenos, até mesmo impulsionados pelo agravamento dos problemas sócio econômicos e das patologias psíquicas, por outro, afirmávamos ser possível perceber insuficiências na forma pela qual a psicologia tem lidado com esses problemas quotidianamente.

Observávamos a convivência dessa atitude interessada na relação entre os processos psicológicos, a sociedade e a cultura, com posicionamentos por parte da psicologia que privilegiam apenas um certo *mundo interno* do sujeito sobre o qual intervêm, muitas vezes definido de forma obscura, em que se misturam concepções de ordem organicista, justapostos a conceitos psicanalíticos, e a observações que consideram a influência de fatores sociais nos adoecimentos subjetivos em questão, transparecendo uma inconsistência teórica.

Ou seja, ainda no plano das práticas psicológicas, observamos a falta de uma fundamentação suficiente acerca de posicionamentos ideológicos e epistemológicos sobre o objeto, já que quase sempre as intervenções reproduzem a confusão entre pressupostos teóricos antagônicos que coabitam os saberes, desarmonia essa nem sempre explicitada ou esclarecida.

Nossa afirmação anterior apontava para a permanência do dilema entre permanecer nos modelos explicativos que tendam a dividir o fenômeno em tendências parciais, em que tudo pode ser traduzido *ou* pelo biológico, *ou* pelo sociológico *ou* pelo psicológico ou aceitar a saída da unidade biopsicossocial.

O exercício profissional é carregado de exemplos dessa natureza. Ao nos depararmos com, por exemplo, a queixa de uma pessoa que procura um serviço de saúde mental, é comum encontrarmos uma seqüência de dificuldades por parte da atividade dos psicólogos. Em primeiro lugar, a cena é quase sempre protagonizada pelas dúvidas pertinentes à discussão que realizávamos acima sobre a relação com o conhecimento: como fazer um diagnóstico, como identificar se estamos diante de sanidade, adoecimento, ou apenas dos efeitos da miséria e da heteronomia à qual estamos todos submetidos?

Se for possível optar por uma das alternativas, ou se considerar todas “mais ou menos” válidas, surgem novos grandes problemas. Como explicar a gênese daquele estado para planejar intervenções? Seria algo da ordem do natural, como uma predisposição genética, ou uma alteração neuroquímica? Seria algo da ordem da “psicodinâmica”? Ou finalmente, teria sua fonte nos processos sociais?

Estas perguntas, que podem parecer básicas demais, parecem fazer parte de um panorama desolador em que se encontram psicólogos formados nas condições das quais dispomos atualmente. E se essas perguntas tão fundamentais continuam a atormentar nossos profissionais em seus processos de trabalho, o que já aponta para uma grave situação, as conseqüências dessas dúvidas, que em certa medida poderiam até trazer benefícios a um conhecimento que deve ser constantemente construído e

questionado pelo testemunho da experiência, essas conseqüências nem sempre são animadoras.

Como temos dito, encontramos algumas soluções mais comuns. Ou se opta por uma das alternativas e se planeja uma intervenção que exclui as demais, ou se exclui o problema, ou se permanece na inconsistência da multideterminação, ou do modelo biopsicossocial. Mas três aspectos nos chamam a atenção nessa ordem de coisas: nossas concepções epistemológicas permanecem obscuras, suas implicações são minimizadas e todo esse processo é dificilmente questionado e problematizado.

Reich descrevia a ação de muitos psicanalistas e estudantes que lidaram com as construções teóricas de Freud, como a de alguém que encontra uma mesa servida e não precisa preocupar-se com a cozinha (Reich, 1942/1974). Nossa impressão é de que essa circunstância se compara à atitude tantas vezes presente nas práticas psicológicas contemporâneas em vários aspectos, mas que se destaca em seus posicionamentos sobre a relação entre processos psíquicos, sociedade e cultura.

Quando toma algumas idéias como verdades naturais inquestionáveis ou quando permanece em uma fragmentária fundamentação teórica que às vezes se aproxima do senso comum, é notório o distanciamento de grande parte da prática profissional em psicologia dessa “cozinha” descrita por Reich, onde se deveria estar atento à construção do conhecimento, às implicações de seus posicionamentos e onde deveria se passar a busca de uma atitude crítica.

Se à essa altura o leitor estiver recordando de intervenções psicológicas que possam apoiar uma discordância de nossos argumentos, devemos tecer um comentário a esse respeito. É fato que nesse território de multiplicidades que temos

descrito como o campo da psicologia, também há a presença de muitas práticas que ainda nos fazem acreditar na possibilidade de uma intervenção psicológica pautada pela ética e comprometida com a crítica em relação ao conhecimento e ao seu papel social.

Mas sem entrarmos no mérito acerca de quais das tendências seriam hegemônicas, parafraseando alguns argumentos reichianos, lembramos que diariamente milhares de pessoas procuram pelos serviços psicológicos levando seu sofrimento e sua condição material e perguntamos: recebem qual tipo de intervenção?

O próprio fato de observamos a presença, em grandes segmentos das práticas psicológicas de graves insuficiências para lidar com o problema da relação entre a subjetividade e os processos socioculturais e a constatação de que os efeitos de nossas intervenções podem provocar conseqüências desastrosas, parecem nos impulsionar a discutir essas circunstâncias e a recusar a minimização dessas dificuldades.

Para nos aproximarmos mais ainda das dimensões desse problema, podemos ter em mente outras contradições e ambigüidades advindas do cenário atual em que se desenvolvem as práticas psicológicas. Por um lado, é possível identificar por parte da psicologia um discurso consensual acerca da importância de que a psicologia assuma seu “compromisso social” e que se debruce sobre os sérios problemas de nossa realidade em sua relação com a subjetividade, de forma muito distinta do que ocorria à época dos escritos de Reich, em que essa era uma das principais tarefas: convencer os estudiosos e os profissionais da importância desses temas.

Ainda nesse sentido, verifica-se que essa tendência está em acordo em primeiro lugar com a observação das necessidades de nosso objeto, em tempos tão sombrios

como os atuais. Em segundo lugar, desde Reich, contamos com produções teóricas que redimensionam as concepções acerca das intervenções psicológicas e que impõem grandes desafios não somente aos psicólogos, mas aos alicerces de muitas vertentes da psicologia tradicional.

Assistimos atualmente a tentativa de reversão de modelos clínicos e assistenciais, como os empreendidos no campo da saúde mental e da saúde como um todo e nas intervenções no campo da educação, para citarmos exemplos célebres, em que as estratégias construídas procuram aproximar e focalizar cada vez mais a interface entre o sujeito psíquico e as determinações socioculturais, procurando empreender ações na extensão deste feixe de fenômenos articulados.

Mas a contradição que observamos é que, se é notório que grande parte dos profissionais não está preparada para essas mudanças, como verificamos por meio da experiências multidisciplinares, no caso da psicologia, este aspecto aparece acentuado. Convivemos com práticas profissionais que permanecem distantes desses problemas ou reproduzem, de maneira gritante, dúvidas e inconsistências fundamentais, como descrevíamos acima.

Mas afinal, em que as contribuições de Reich se relacionam com essa descrição dos problemas atravessados pelos saberes e pelas práticas psicológicas? Procuramos ao longo de nosso estudo demonstrar como o desenvolvimento do pensamento reichiano, ao percorrer a vastidão do conflito entre os processos psíquicos e os fatores socioculturais e a relação disto com as intervenções concretas, coloca dilemas e tensões em evidência, cujos quais, como também tentamos demonstrar, nos encontramos às voltas atualmente.

A discussão sobre conflito entre natureza e cultura, sobre o indivíduo e a sociedade, sobre as intervenções educacionais, sobre a relação do tratamento individual e os acontecimentos coletivos, sobre a relação entre os processos psíquicos e os acontecimentos sociais e políticos, sobre a inevitabilidade do sofrimento, todas estão presentes na obra reichiana.

E a característica que chama a atenção na forma como esses temas são desenvolvidos por Reich é exatamente o compromisso e a disposição pela investigação desses temas, tanto no plano dos saberes, quanto no plano das práticas. É um imperativo da obra de Reich, não se dar por convencido pelo existente, seja ele as formulações teóricas disponíveis, a situação das técnicas empregadas nas intervenções, sejam as circunstâncias sociais ou o sofrimento humano. Reich foi um grande questionador e sua obra, como temos dito ao longo de nosso estudo, pode se oferecer como um guia nas perguntas que temos feito ou deixado de fazer.

Acreditamos também que mesmo quando Reich nos oferece respostas aos problemas que insistentemente sua obra delimita, o autor, pela radicalidade com que o faz, desafia a percorrer os limites desses problemas e, inevitavelmente, a pensá-los novamente.

Nosso estudo não tem a pretensão de fazer esse percurso, que deve ser pessoal, nem compartilha da crença ingênua de que a obra de Reich, oferece soluções para tão complexos problemas. Mas procura defender que ler Reich é um convite à crítica. E acredita ser somente nela que podem residir nossas esperanças.

*É quase humilhante que, após trabalharmos por tanto tempo, ainda estejamos tendo dificuldade para compreender os fatos mais fundamentais. Mas decidimos nada simplificar e nada ocultar. **Se não conseguimos ver as coisas claramente, pelo menos veremos claramente quais são as obscuridades.***

Sigmund Freud

6. Considerações Finais

Recorrer à sabedoria de Freud, parece auxiliarmo-nos na difícil tarefa de finalizar nosso estudo. Ou melhor seria dizer, em nosso caso, interrompê-lo. Usamos as palavras de Freud, pois elas parecem sintetizar de forma brilhante, aquilo que pretendemos desenvolver como conclusões possíveis, tanto de nossa pesquisa, quanto em relação a seu objeto.

Se o autor oferece inicialmente a descrição de um estado desanimador tão freqüente àqueles que se aventuram na investigação de complexos temas, com os quais nos identificamos diretamente, seja em nossa atividade de pesquisa, seja em nosso exercício profissional, ao constatar que após tanto empenho e tantos anos de estudo, permanecemos com grandes dificuldades para compreender aspectos fundamentais, como é o caso da relação entre os processos psíquicos e os fatores socioculturais, é na seqüência de sua afirmação que encontramos amparo.

Escolher não simplificar nossos problemas nem ocultar sua complexidade não é tarefa fácil. Mas acreditamos ser a única possibilidade de transitarmos de forma ética em nosso território. Talvez a maior parte de nossas dificuldades, advenha exatamente dessa encruzilhada em que temos de fazer opções entre o aparente, a resignação, o já pensado e entre o oculto, o enfrentamento dos problemas teóricos e práticos, por aquilo que está por pensar.

Acreditamos que o contato com a obra de Reich seja uma boa oportunidade, para os profissionais e sobretudo para os psicólogos em formação para mergulhar nesse lugar em que é impossível, como dizia Freud, *ver claro*, mas que constantemente também torna-se muito difícil dar-se conta de suas constitucionais

obscuridades. E esse nos surge como o trabalho primordial no campo da psicologia contemporânea.

Em relação ao nosso estudo, temos clareza de algumas de suas obscuridades, ou seja, de suas limitações. Para lidar com o tema escolhido, adotamos um tratamento que conduz a uma visão panorâmica de muitos aspectos demasiadamente complexos. Sabemos que essa opção se faz em detrimento do aprofundamento e rigor necessários à sua avaliação e que cada um deles poderia constituir oportunidade de estudos específicos.

Mas se ao final desse estudo, que em última análise é um convite à leitura de Reich, o leitor estiver um pouco mais sensibilizado em relação à aposta que fazemos no potencial crítico do pensamento reichiano, como um operador destas perguntas à aspectos tão fundamentais de nossos saberes e de nossas práticas, estaremos plenamente satisfeitos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. (1995) Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ALBERTINI, P.(1992) Reich: história das idéias e formulações para a educação. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

_____ (1994) Reich: história das idéias e formulações para a educação. São Paulo: Ágora.

_____ (s.d.) Wilhelm Reich e o Combate à Servidão Humana. In: ALBERTINI, P.; CARONE, I.; CROCHIK, J. L. O Surgimento da Psicologia Política e a Questão da Subjetividade Moderna: Reich, Adorno e Marcuse. (mimeo).

_____ (1996) Uma psicanálise também reichiana! (prefácio) In : WAGNER, C. M. (1996) Freud- Reich: continuidade ou ruptura? São Paulo: Summus, p. 7-9.

ALBERTINI, P.; CARONE, I.; CROCHIK, J. L. (s.d.) O Surgimento da Psicologia Política e a Questão da Subjetividade Moderna: Reich, Adorno e Marcuse. (mimeo).

ARENDDT, H. (1987) Rosa Luxemburgo: 1871-1919. In: Homens em tempos sombrios. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (1968/1987) Prefácio. In: Homens em tempos sombrios. São Paulo: Companhia das Letras.

BARRETO, A. V. B. (1997) Em busca de Eros: a “democracia natural do trabalho” e a relação entre poder e afetividade no pensamento de Wilhelm Reich. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, UNICAMP.

BELLINI, L. M. (1993) Afetividade e Cognição: o conceito de auto regulação como mediador da atividade humana em Reich e Piaget. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

BOADELLA, D. (1973/1985) Nos caminhos de Reich. São Paulo: Summus.

CÂMARA, M. V.A. (1998) Reich – O descaminho Necessário. Introdução à clínica e à política reichianas. Rio de Janeiro: Sette Letras.

CHAUÍ, M. (1991) Repressão Sexual. Essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense.

_____ (2000a) Convite à Filosofia. São Paulo: Editora Ática.

_____ (2000b) Crítica e ideologia. In: Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez.

CLASTRES, P. (1976/1997) Liberdade, infortúnio, inominável. (ensaio anexo) In: LA BOÉTIE, E. (1997) Discurso sobre a servidão voluntária. Lisboa: Edições Antígona.

CLÉMENT, C. B. (1973/1975) O campo freudiano e as mutações da psicanálise. In: BRUNO, P.; CLÉMENT, C. B.; SÈVE, L. (1973/1975) Para uma crítica marxista da teoria psicanalítica. Lisboa: Editorial Estampa.

COIMBRA, C. M. B. (1992) Gerentes da Ordem: algumas práticas “psi” nos anos 70 no Brasil. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

CONSELHO CENTRAL DOS JARDINS DA INFÂNCIA SOCIALISTAS DE BERLIM; SCHIMIDT, V.; REICH, W. (1975) Elementos para uma pedagogia anti-autoritária. Porto: Escorpião.

COSTA, J. F. (1989) História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico.- 4ª edição revista e ampliada- Rio de Janeiro: Xenon.

_____ (1984) Saúde Mental, produto da educação? In: COSTA, J. F. (1984) Violência e Psicanálise. Rio de Janeiro: Graal.

DE REICH, I. O. (1978) Wilhelm Reich: uma biografia personal. Barcelona: Gedisa.

ENGELS, F. (1979) A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FIGUEIREDO, L. C. (1991) Matrizes do Pensamento Psicológico. Petrópolis: Vozes.

_____ (1996) Revisitando as Psicologia. Da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUC.

FIGUEIREDO, L. C. (1999) Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi. São Paulo: Escuta.

FREUD, S. (1908/1974) Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna. In: Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago.

_____ (1913/1974) Totem e Tabu. In: Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago.

_____ (1920/1974) Além do Princípio do Prazer. In: Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago.

_____ (1921/1974) Psicologia de Massa e Análise do Ego. In: Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago.

_____ (1926/1974) Inibição, Sintoma e Angústia. In: Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Vol. XX. Rio de Janeiro: Imago.

_____ (1927/1974) O Futuro de uma Ilusão. In: Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago.

FREUD, S. (1930/1974) O Mal Estar na Civilização. In: Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago.

GOMES, J. M. (1997) Prefácio difícil apesar da ajuda de Montaigne (prefácio). In: LA BOÉTIE, E. (1997) Discurso sobre a servidão voluntária. Lisboa: Edições Antígona.

HAYNAL, A. E. (1995) A Técnica em Questão: Controvérsias em Psicanálise: de Freud e Ferenczi a Michael Balint. São Paulo: Casa do Psicólogo/ Clínica Roberto Azevedo.

HIGGINS, M.; RAPHAEL, C. (org.) (1979) Reich fala de Freud. Lisboa: Moraes.

JONES, E. (1961/1979) Vida e Obra de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Zahar.

KATZ, S. C. (1985) (org.) Psicanálise e Nazismo. Rio de Janeiro: Taurus.

LA BOÉTIE, E. (1997) Discurso sobre a servidão voluntária. Lisboa: Edições Antígona.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. (1995) Vocabulário da Psicanálise. São Paulo: Martins Fontes.

MALINOWSKI, B. K. (1983) A vida sexual dos selvagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

MENEZES, P. R. (1996) Princípio de Epidemiologia Psiquiátrica. In: ALMEIDA, O. P.; DRACU, L.; LARANJEIRA, R. Manual de Psiquiatria. Rio de Janeiro: Guanabara-koogan.

MEZAN, R. (1985/1990) Freud, pensador da cultura. São Paulo: Brasiliense.

MERLEAU-PONTY, M. (1975) O filósofo e sua sombra. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural.

MOTA, M. V. S. (1999) Princípios reichianos fundamentais para a Educação: base para a formação do professor. Tese de Doutorado, Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.

OLIVEIRA e SILVA, J. R. (2001) Sobre a conceituação de caráter no pensamento de Reich: problematização e perspectivas de entendimento. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

REICH, W. (1927/s.d.) Psicopatologia e Sociologia da Vida Sexual. Porto/ São Paulo: Escorpião/ Global (Coleção bases, número 8).

REICH, W. (1929/1977) Materialismo Dialético e Psicanálise. Lisboa: Presença.

_____ (1932/s.d.) A Irrupção da Moral Sexual Repressiva. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1933/1974) Psicologia de Massa do Fascismo. Porto: Escorpião.

_____ (1933/2001) Análise do caráter. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1936/1981) A Revolução Sexual. Rio de Janeiro: Zahar.

_____ (1942/1994) A Função do Orgasmo. Problemas econômico-sexuais da energia biológica. Vol. I de A descoberta do orgônio. São Paulo Brasiliense.

REICH, W. (1942/1988) Psicologia de Massa do Fascismo. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1953/1976) People in Trouble. Nova York: Farrar, Straus and Giroux.

_____ (1975a) Early Writings: volume 1. Nova York; Farrar, Straus and Giroux.

_____ (1975b) Os Pais como Educadores: A compulsão a educar e suas causas. In: CONSELHO CENTRAL DOS JARDINS DA INFÂNCIA SOCIALISTAS DE BERLIM; SCHIMIDT, V.; REICH, W. Elementos para uma Pedagogia Anti-Autoritária. Porto: Escorpião.

_____ (1978) O Combate Sexual da Juventude. Lisboa: Antídoto

_____ (1988/1996) Paixão de Juventude: uma autobiografia, 1897-1922. São Paulo: Brasiliense.

ROUANET, S. P. (1989) Teoria Crítica e Psicanálise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

ROUANET, S. P. (1990) A Razão Cativa. As ilusões da consciência: de Platão a Freud. São Paulo: Brasiliense.

TABACOF, H. (1995) Roteiro para encontrar Wilhelm Reich. In: Pulsional- Boletim de Novidades – Ano VIII, número 70, São Paulo, p. 24-27.

WAGNER, C. M. (1994) A Psicanálise de Sigmund Freud e a Vegetoterapia Carácter- Analítica de Wilhelm Reich: continuidade ou ruptura? Dissertação de Mestrado, Psicologia Clínica, PUC-SP.

_____ (1996) Freud- Reich: continuidade ou ruptura? São Paulo: Summus.

